

LUDEMILA CARDOSO PEREIRA

**CABO VERDE: DA DESCOLONIZAÇÃO À
ABERTURA DEMOCRÁTICA**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

Lisboa

2013

LUDEMILA CARDOSO PEREIRA

**CABO VERDE: DA DESCOLONIZAÇÃO À
ABERTURA DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada para a obtenção de grau de Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governação no Curso de Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2013

Epígrafe

É uso comum dizer-se que o cabo-verdiano é a principal riqueza e pedra angular da sociedade de Cabo Verde; portanto, o povo deverá estar, em cada dia que passa, de cabeça erguida e sem viseira, com os pés fincados no chão, assumindo esta liberdade e responsabilidade inerentes.

Mello de Andrade

Dedicatòria

A todos aqueles que no escuro da solidão padeceram, enlouquecendo a mente e chagando o corpo, e sucumbiram para que não caiam no vazio do esquecimento.

Às minhas filhas gémeas Karen e Cármen, que de uma forma ou outra contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade

Agradecimentos

Aos meus pais Luísa Cardoso e Vicente Pereira, por terem apostado em mim e por todo incentivo e respeito que tiveram pelas minhas decisões.

Aos meus irmãos e familiares que, junto com os meus pais, sempre me deram carinho e coragem.

Ao meu esposo, pelo companheirismo e fonte da minha inspiração.

A todos os meus colegas de curso e professores pelo engajamento e dedicação.

Ao meu Orientador Professor Doutor José Filipe Pinto, pela disponibilidade e apoio constante e pela sua capacidade de incentivo na orientação desta Dissertação.

Um agradecimento especial a Carla Gomes, funcionária do Arquivo Histórico de Cabo Verde, pela amizade e apoio prestado.

Resumo

Cabo Verde, descoberto no século XV, viveu sob o domínio de Portugal até ao processo de descolonização, que culminou na independência do arquipélago.

A 5 de julho de 1975, o PAIGC, partido binacional, que já estava no Poder na Guiné-Bissau, tomou conta do Poder em Cabo Verde, passando ambos os países a viver sob o regime de partido único.

Esta união foi mantida até ao golpe de Estado de 1980, em Bissau, que levou à cisão dos dois Estados, dando lugar a um novo partido, o PAICV, que passou a governar Cabo Verde a partir de 1981.

No entanto, o regime continuou a ser de partido único.

Em 1990, o Conselho Nacional do PAICV decidiu proceder à abertura política, permitindo que outros partidos concorressem às eleições.

Assim, as eleições legislativas, as presidenciais e as autárquicas de 1991, foram vencidas de forma clara pelo único partido da oposição que cumpria as exigências legais para concorrer, o MpD.

O estudo da evolução política do arquipélago permite constatar que a democracia está no caminho da consolidação, tendo havido alternância política nas eleições de 2001. Por isso, Cabo Verde tem sido apontado como um exemplo no que concerne ao regime democrático na África não apenas Lusófona.

O objetivo desta dissertação é analisar a evolução política de Cabo Verde, desde o processo de descolonização até à abertura política e traçar uma visão prospetiva sobre o país.

Palavras-Chave: Cabo Verde, Descolonização, Monopartidarismo, Multipartidarismo, Democracia

Abstract

Cape Verde, discovered in the XV century, lived under the Portuguese domination until the decolonization process, which culminated in the independence of the archipelago.

On the 5th of July of 1975, the PAIGC, a binational party, which was already governing Guinea-Bissau, took the Power in Cape Verde, leading both countries to live under a single party regime.

This union was maintained until the coup d'état of 1980, in Bissau, that led to the splitting of the two States, giving rise to a new party, the PAICV, which started to govern Cape Verde since 1981.

However, the regime remained a single party one.

In 1990, the PAICV National Council decided on a political opening, allowing other parties to compete in the elections.

Thus, the legislative, presidential and municipal elections of 1991 were clearly won by the only opposition party that fulfilled the legal requirements to compete, the MpD.

The study of the political evolution of the coup d'état allows to watch that the democracy is on its way to consolidation, due to political changes in the 2001 elections. Therefore, Cape Verde has been pointed as an example concerning to the democratic regime in Africa, and not only in Lusophone area.

The purpose of this dissertation is to analyze the political evolution of Cape Verde, since the decolonization process until the political opening and draw a prospective view of the country.

Keywords: Cape Verde; Decolonization; Single Party; Multiparty; Democracy

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADM	Aliança Democrática para a Mudança
ANC	Congresso Nacional Africano (<i>African National Congress</i>)
ANP	Assembleia Nacional Popular
APA	Associação Americana de Psicologia (<i>American Psychological Association</i>)
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CCPD	Círculo Cabo-verdiano para a Democracia
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CEL	Comité Executivo de Luta
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSL	Conselho Superior de Luta
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Frente Ampla de Cabo Verde
FLIGC	Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas
GRIS	Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LOPE	Lei da Organização Política do Estado
MAC	Movimento Anticolonialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde

MpD	Movimento para a Democracia
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAI	Partido Africano de Independência
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné Bissau e Cabo-Verde
PCD	Partido da Convergência Democrática
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PNUD	Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRD	Partido da Renovação Democrática
PSD	Partido Social Democrata
PTS	Partido do Trabalho e Solidariedade
RDAG	Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UDC	União Democrática Cabo-verdiana
UE	União Europeia
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UPICV	União do Povo das Ilhas de Cabo Verde
UPLG	União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa
UPG	União das Populações da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólares dos Estados Unidos (<i>United States Dollar</i>)

Índice Geral

Epígrafe.....	Erro! Marcador não definido.
Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	7
Introdução.....	11
Problemática Teórica.....	11
Objeto e Percurso Expositivo.....	12
Metodologia.....	14
Capítulo 1.....	15
Contextualização Teórica: Definição de Conceitos.....	15
1.1 Colonização.....	15
1.2 Colonialismo.....	19
1.3 Descolonização.....	25
Capítulo 2.....	30
A Descolonização de Cabo Verde.....	30
2.1 As Fases da Descolonização em Cabo Verde.....	31
2.1.1 A Tomada de Consciência.....	31
2.1.2 A Luta de Libertação.....	36
2.1.3 A Transição de Poder.....	41
2.1.4 Independência.....	46
Capítulo 3.....	49
A Fase do Partido Único.....	49
3.1 O Período do Domínio do PAIGC.....	50
3.2 A Cisão com a Guiné-Bissau e o aparecimento do PAICV.....	57
Capítulo 4.....	63
Transição do Sistema de Partido Único para o Sistema Multipartidário.....	63
4.1 Razões da Transição do Sistema de Partido Único para o Sistema Multipartidário.....	64

4.2 O Surgimento do MpD	70
4.3 Primeiras Eleições Gerais	71
4.4 A Evolução Política de Cabo Verde.....	77
4.5 Visão Prospetiva	85
Conclusão.....	944
Bibliografia	97
Webgrafia.....	103
Índice Remissivos.....	104
APÊNDICES.....	I
Apêndice 1 – Entrevista.....	II
Apêndice 2 – Entrevista.....	VI
ANEXOS	XII
Anexo 1 – Lei nº7/74 – Direito das Colónias à Independência	XIII

Introdução

Problemática Teórica

A política expansionista de Portugal teve início em 1415, com a conquista de Ceuta, porto estratégico para as atividades comerciais, uma vez que ali iam ter as rotas do ouro e das especiarias. Durante a segunda metade do século XV, depois de abandonada a política de conquista, os portugueses foram descobrindo terras ao longo do litoral oeste africano e estabelecendo feitorias nos portos mais acessíveis destas terras.

Segundo Albuquerque e Santos (1991) a descoberta do Arquipélago de Cabo Verde não é precisa, mas terá ocorrido entre 1460 e 1462 por António de Noli e Diogo Gomes, ainda sob a tutela do Infante D. Henrique. A sua designação deve-se à posição fronteira ao cabo Verde no litoral da Senegâmbia.

À semelhança dos Açores, o seu povoamento processou-se no sentido nascente-poente, incidindo, sobretudo, sobre as ilhas de Santiago e Fogo. A colonização foi feita essencialmente por donatários que administravam as terras em nome do rei e traziam colonos do sul de Portugal continental, sendo a atividade económica principal o comércio de escravos da Guiné para as outras colónias ou mesmo para a Metrópole.

Hernandez (2002) salienta que entre o final do século XVII e início do século XVIII, com o desaparecimento dos primeiros donatários, as terras foram divididas entre diversas famílias, segundo concessão de direito de uso e fruição, condicionada no tempo e mediante o pagamento de uma renda anual. Essa concessão teve uma distribuição desigual, beneficiando maioritariamente colonos influentes, embora tenham sido distribuídas algumas terras pelos habitantes mais pobres do arquipélago. Nesta fase surgiram os morgadios, que criaram um poder político-administrativo unificado, com vários cargos administrativos cuja principal função era a supervisão.

A política exercida nesta época foi essencialmente mercantilista, sempre controlada segundo os interesses da coroa, o que explica o facto das ilhas com terrenos mais produtivos terem atividades económicas agrícolas ou agro-pastoris para exportação.

Esta política foi do desagrado dos morgados, devido ao sistema fiscal exercido, o que levou à burla contínua dos regulamentos reais. Após a abolição da escravatura no final do século XIX, a economia do arquipélago entrou em declínio, ocorrendo um grande êxodo de cabo-verdianos, dadas as condições de trabalho precárias a que estavam sujeitos.

Em 1910, Portugal tornou-se uma República e iniciou-se uma política de relativa autonomia das colónias, conforme consta no artigo 67 da Constituição Republicana: “Na Administração das Províncias Ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas.” (Hernandez, 2002, p.111)

O mesmo autor refere ainda que, a partir de 1925, as medidas políticas centralizaram todo o poder na Metrópole, promovendo-se a união política da Metrópole com as colónias, assim como a solidariedade económica entre ambas as partes, mantendo-se uma autonomia administrativa precária das colónias. Mesmo após a II Guerra Mundial, com os incentivos internacionais à descolonização, Portugal manteve as suas colónias, reprimindo o descontentamento que se ia generalizando entre a população africana.

Este descontentamento foi aumentando de tom, levando à criação de movimentos nacionalistas de libertação dos povos africanos da soberania portuguesa que, a partir de 1961, entraram em confronto militar com as Forças Armadas Portuguesas.

Em Cabo Verde e na Guiné o movimento foi liderado por Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC)

É a partir deste ponto que se iniciará o desenvolvimento desta Dissertação, partindo das razões da descolonização até à criação de um país democrático e com boas perspectivas de crescimento económico.

Objeto e Percorso Expositivo

O primeiro objetivo da presente Dissertação é fazer uma resenha Histórica daquilo que foi o Processo de Descolonização de Cabo Verde com o propósito de identificar as várias fases da descolonização, designadamente o papel de Portugal na Transição do poder.

Parece importante referir as situações que mais contribuíram para o processo de descolonização de Cabo Verde, nomeadamente, identificar as principais motivações que estiverem na origem deste processo. Além disso, interessa debater a transição, numa fase posterior à independência, do sistema de partido único para o sistema de multipartidarismo, embora numa versão algo próxima do bipartidarismo, pelo menos ao nível do acesso ao Poder Central.

Para uma melhor consolidação e exposição de ideias consideradas chaves na compreensão do trabalho, foram colocadas algumas perguntas de partida, que serviram como modelo na organização e realização da Dissertação.

Assim sendo, toma-se como referência as seguintes questões:

- De que forma o PAIGC representava efetivamente os povos de Guiné-Bissau e Cabo Verde?
- Por que razão a luta de libertação não foi feita em Cabo Verde ao contrário do que aconteceu na Guiné-Bissau?
- Será que os líderes de luta e de libertação de Cabo Verde estavam preparados para assumir o Poder após a independência?
- O sistema de partido único adotado pelos governantes era o mais viável nessa fase?
- Como decorreu a fase do partido único?
- Que motivos levaram à criação do PAICV?
- Quais as causas da abertura do multipartidarismo?
- Qual é o estado atual da democracia em Cabo Verde?

Com a finalidade de responder a estas perguntas, consideradas pertinentes na elaboração desta Dissertação, estruturou-se o trabalho em quatro capítulos, de forma a facilitar a compreensão e o encadeamento da História recente de Cabo Verde e o seu desenvolvimento político.

No primeiro capítulo, proceder-se-á ao enquadramento histórico e à definição dos conceitos de colonização, colonialismo e descolonização, pela importância dos mesmos na temática em estudo.

No segundo capítulo serão abordadas as várias fases da descolonização de Cabo Verde.

No terceiro capítulo será feita uma análise da fase do partido único, PAIGC, que predominou por várias décadas, as causas da cisão com a Guiné-Bissau e, por fim, o aparecimento do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

No quarto capítulo será narrada a transição do sistema de partido único para um sistema multipartidário e, por fim, far-se-á uma visão prospetiva em relação ao tema em questão.

A temática escolhida parece importante, uma vez que Cabo Verde se encontra, segundo os dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os países de desenvolvimento médio e, por isso importa saber as razões que explicam esse sucesso.

Metodologia

No que toca à metodologia utilizada para a elaboração desta Dissertação, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, privilegiou-se a pesquisa qualitativa e recorreu-se às técnicas de análise bibliográfica, análise documental e entrevista.

Todavia, parece-nos sensato afirmar que não nos foi possível entrevistar figuras inerentes ao processo histórico da independência e de construção do Estado, bem como os dinamizadores da democratização do Poder em Cabo Verde. Facto este, deveu-se por um lado a indisponibilidade desses actores e, por outro lado deveu-se ao facto de investigadora não possuir condições materiais que lhe permitisse deslocar à Cabo Verde. Por isso, como ilustramos nas alíneas anteriores, optamos por cingir o nosso trabalho sobretudo na análise documental. Opção que não foi fácil no início da fase da pesquisa, dado à carência de livros e outros documentos afins que abordassem a temática em estudo, dado ao carácter relativamente recente desta problemática de estudo.

Dada a persistência e a tamanha vontade em saber a posição oficial sobre esta temática, a opção recaiu sobre actual Presidente da Assembleia de Cabo Verde, Doutor Basílio Ramos, e Mário Matos EX Secretário-Geral do PAICV. Nesta conformidade, foi solicitada autorização e enviado do respectivo guião, tendo a entrevista sido recolhida presencialmente. Contudo, é de assinalar que pela sua característica, tratou-se de uma entrevista exploratória que veio configurar de extrema importância na prossecução deste trabalho.

A documentação utilizada foi consultada em várias bibliotecas de Lisboa: Biblioteca Nacional, Biblioteca Calouste Gulbenkian, Biblioteca Victor de Sá, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa e Biblioteca Municipal.

Além disso, recorreu-se a documentos fornecidos pelo Arquivo Histórico de Cabo Verde e pela Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

No que concerne à formatação e elaboração deste trabalho, foram respeitadas as normas para a elaboração e apresentação de Dissertações da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).

Assim, optou-se por uma das duas normas aceites pela instituição, a norma da American Psychological Association (APA), e pela letra Arial, fonte 11.

Capítulo 1: Contextualização Teórica: Definição de Conceitos

Os conceitos de colonização, colonialismo e descolonização estão intrinsecamente ligados. Se a colonização aconteceu numa época de necessidade expansionista do continente europeu, o colonialismo sucedeu-lhe por uma imposição de competitividade económica com consequências bastante adversas para o continente africano. Por isso, as colónias, através da organização de movimentos de libertação exigiram a descolonização e conseguiram conquistar a sua independência.

A definição destes conceitos e o respetivo enquadramento histórico serão descritos nos próximos subcapítulos.

1.1 Colonização

No período pré-colonial, o poder político africano era bastante rudimentar, e intervinha essencialmente na preservação dos costumes e nas trocas comerciais.

Portugal foi o primeiro país europeu com ímpeto colonizador sobre o continente africano. Segundo defendeu Calafate (1943, pp. 122-123):

“Bem mais volumosos e pesados eram quási todos os países do Velho Mundo, quando os Portugueses se meteram a colonizar, com notável senso prático, as terras que, com excelente visão, iam, ao longe, descobrindo. [...] E chegaram para povoar e cultivar as ilhas desabitadas do Atlântico; para assegurar numerosas feitorias por mais de quatro mil léguas de costa, em meio de tribus hostis e aguerridas, enxameantes; para guarnecer as muitas naus do comércio internacional, que por Lisboa se fazia, e defendê-lo das piratarías dos estrangeiros [...]; para internar no coração da África ousados «funantes» e missionários cristãos [...]”

A conquista de Ceuta, no norte de África, em 1415, deu início à expansão colonial dos portugueses. Para a Europa foi o ponto de partida para a conquista e colonização do continente africano, uma situação que iria permitir “adquirir pouco a pouco o domínio de outros continentes e descobrir terras novas, nas quais pudessem dar continuidade à sua empresa colonizadora”. (Hrbek, 2010, p.113)

De acordo com Macedo (1994), o primeiro esboço de colonização foi da responsabilidade de padres cristãos que, com o apoio papal, estavam autorizados a construir edifícios religiosos nos territórios adquiridos pela coroa e tinham como missão converter os indígenas ao cristianismo.

Porém, a colonização europeia, que tinha muitos outros interesses para além da questão religiosa, foi conquistando a sua influência em África “mediante a instalação de

colónias, exploração, criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, ocupação de zonas estratégicas e tratados com dirigentes africanos.” (Valles, 1974, p.42)

Importa salientar, como faz Alegria (1998), que, apesar de haver quem considere que as primeiras terras a serem colonizadas por civis nesta aventura expansionista europeia foram os Açores e a Madeira por portugueses e as Canárias por espanhóis, não se pode considerar verdadeiramente que esses arquipélagos foram alvo de colonização, mas sim de povoamento, uma vez que esses arquipélagos estavam desabitados aquando da descoberta.

No caso português, esses povoadores partiam em busca de melhores condições de vida, uma vez que as condições económicas, sociais e políticas do reino eram bastante precárias.

De registar que o termo colonização abrange muito mais que a ideia de povoar uma determinada terra. Implica, segundo Lara (2000, p.14), “uma dominação imposta por um poder político exterior”, sendo que a mesma é “exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade” e pretende a “transferência das pessoas, instituições, capitais, tecnologias, valores culturais e civilizacionais metropolitanos”, bem como a “subordinação dos recursos e das instituições da região dependente aos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante.”

Andrade (1975, p.9) prefere analisar o fenómeno da colonização sob duas visões “a do colono e a do colonizado, diferenciadas pela posição social, como pela etnia a que um e outro pertencem e assentes na terra que se pretende que seja comum, ao menos temporariamente.”

No fundo, a intenção do país colonizador é expandir a sua área de domínio político-económico, exercendo para isso uma política de dependência e opressão, de integração, por vezes forçada, dos nativos pelo contingente militar e de desrespeito pelos seus usos, costumes e tradições.

Marques (1999, p.105) definiu que esta dependência política se caracterizava “por estruturas de poder e decisão instaladas a partir da metrópole, com base em quadros dela oriundos, segundo um quadro jurídico-institucional estabelecido pela mesma metrópole destinado a preservar esta situação.” Essa era a razão pela qual “as populações locais eram mantidas em regime de menoridade e marginalidade cívica.”

De acordo com Pinto (2009a, p.40), o período entre a chegada dos europeus a África e a sua fixação efetiva foi bastante longo. Aliás, tomando como exemplo o caso português, entre a “descoberta de Angola em 1482 e a fundação de Luanda, primeiro estabelecimento português permanente no litoral angolano, em 1576, decorreu quase um século, mais precisamente, 94 anos.”

O mesmo autor, baseado no relatório de Pinto de Magalhães de 1842, refere que “os portugueses que iam para África eram assassinos, ladrões e vadios”, ou seja, as colónias eram descritas como território de degredo e escravatura, o que as tornava muito pouco atrativas para as famílias se estabelecerem, dado que somado a este fator, a esperança média de vida era cerca de dez anos inferior à da Europa e a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima.

Por isso, o povoamento foi tão demorado, levando Ly-Tall (2010) a considerar que, no caso português, a principal finalidade da colonização no período expansionista era o monopólio do comércio, cedendo a arrendatários regiões específicas por prazos negociados e construindo fortes – feitorias - que garantiam o controlo efetivo sobre o comércio costeiro. Para além disso, os portugueses intervinham nos conflitos internos dos países costeiros ocidentais, de forma a retirar privilégios comerciais.

Essa ideia é corroborada por Ferreira (1977, p.29) ao afirmar que a soberania portuguesa foi durante muito tempo “esporádica e limitada a alguns pontos espalhados ao longo da costa africana. Desde o século XV, até ao século XIX, a presença portuguesa consistia essencialmente em comerciantes de escravos e de ouro e num número reduzido de missionários.”

Acrescenta ainda Andrade (1975, p.17) que os portugueses e as populações nativas estabeleciam relações sociais muito variadas: “livres ou escravos, como senhores ou subalternos, civilizando uns (ensino religioso, ofícios, costumes à base moral) e deixando outros na barbárie.” Desta forma, existiram povos que colaboraram e até prestavam vassalagem à coroa portuguesa e outros que foram capturados e subjugados à escravatura.

De notar, conforme fez Pinto (2009a), que a prática da escravatura não teve início com a chegada dos portugueses, ou dos europeus em geral, a África. Já era um hábito comum no continente, quer entre tribos rivais, quer entre membros da própria tribo. No entanto, os europeus, para além de promoverem esta prática, foram também responsáveis por esta forma de subjugação.

Em relação à colonização, hoje sabe-se que não foi pacífica, nem linear. Foram cometidas atrocidades, as trocas comerciais eram profundamente desvantajosas para os indígenas, que trocavam ouro e marfim por bugigangas e a presença europeia era imposta, mesmo contra vontade dos indígenas pela força das armas. Por isso, aldeias inteiras tiveram de ser abandonadas ou os seus habitantes sujeitos a trabalhos forçados e a condição de «negro» foi inferiorizada.

Esta situação é ilustrada por Hernandez (2005, p.23) da seguinte forma:

“A partir do momento em que foram utilizadas as noções de “brancos” e “negros” para nomear, de forma genérica, os europeus colonizadores e os africanos colonizados, os segundos têm de enfrentar uma “dupla servidão”: como ser humano e no mundo do trabalho. O negro [...] transformado em mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, também símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior.”

Esta desvalorização dos povos africanos criou marcas profundas nas suas individualidades, que foram ainda mais marcantes na curta, mas devastadora, época do colonialismo, conforme se verá de seguida.

Porém, segundo Silveira (2005), para entender como nasceu a nação cabo-verdiana, após o processo de descolonização, torna-se necessário explicar como foi o seu início.

Assim, apesar do povoamento do arquipélago ter sido lento, os primeiros habitantes com intenção de se fixarem no território, adquiriram concessões dos terrenos e organizaram-se em morgadios, onde todo o trabalho mais duro era realizado por mão-de-obra escrava.

Sendo um território tão diferente, em termos de clima e características do solo, do que era conhecido pelos portugueses, foi muito difícil criar culturas sustentáveis e a pastorícia era desenvolvida apenas em pequena escala. Daí que, aproveitando a localização estratégica do arquipélago, a principal fonte de rendimento tenha sido o comércio de escravos.

Contudo, importa salientar o papel da Igreja neste povoamento, pois serviu para dar início ao processo de assimilação, defendido mais tarde, por razões diferentes, pela política de Salazar.

A Igreja anunciava o Cristianismo como a salvação das almas e promovia, para além da escravatura autorizada por bula papal, a união entre os colonizadores – os morgados, donos das terras - e os escravos africanos como forma de povoar as ilhas. Por outro lado, também tinha uma forte responsabilidade sobre a educação, criando o primeiro Bispado africano neste território, em 1533, sendo responsável pela construção de vários estabelecimentos de ensino no arquipélago e introduzindo uma cultura intelectual europeizada.

Porém, devido à sua insularidade, a língua portuguesa ensinada pela Igreja aos escravos africanos para facilitar a comunicação foi, aos poucos, transformada numa língua com maior facilidade de comunicação oral, nascendo assim a língua cabo-verdiana, o crioulo.

Nesta altura, Cabo Verde era um importante entreposto comercial de escravos para a Europa e as Américas. No entanto, o período de fome provocado por mais uma seca

prolongada, que ocorreu no século XVII, e a perda de vantagem competitiva¹ fez cair o valor comercial do escravo no arquipélago, o que teve como consequência a conquista de muitas cartas de alforria, permitindo ao cabo-verdiano começar a afirmar-se na sociedade, ainda que como pequenos e humildes agricultores de subsistência.

De acordo com Silveira (2005) foi no século XVIII, quando o arquipélago assistiu à chegada de novos emigrantes vindos da Europa e do norte de África, que o mestiço, fruto do cruzamento de brancos europeus com negros africanos, foi introduzido na estratificação social, entre o senhor branco e o negro escravo. De notar que estes novos emigrantes trouxeram novos conhecimentos nas artes, na literatura e nas ciências, o que, a par da língua crioula, ajudou a construir a coesão da identidade cultural cabo-verdiana.

Com a abolição da escravatura, este processo de miscigenação de sangue e de cultura começou a ser feito em cada ilha e foi aí que teve início o último capítulo na mestiçagem característica de Cabo Verde.

No entanto, esta particularização das características da criação do povo cabo-verdiano serviu para, mesmo após as fases do colonialismo e da descolonização, o povo não perder a sua noção de nação, elemento para a afirmação do país.

1.2 Colonialismo

Enquanto a colonização teve início no século XV, o conceito de colonialismo, intrinsecamente relacionado com o de imperialismo, apenas aparece na História a partir da Conferência de Berlim, em 1885.

A Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885 foi proposta por Portugal e dela fizeram parte a maior parte dos países europeus colonialistas e outros com interesses económicos em África². Para Uzoigwe (2010), esta conferência, inicialmente não tinha por objetivo³ a partilha de África. No entanto acabou por distribuir os territórios africanos e por estipular o princípio de ocupação efetiva, que determinava que os territórios pertenciam a

¹ A partir de meados do século XVII, Portugal perdeu a capacidade de proteger os territórios ultramarinos de forma eficaz, devido a estar perante uma crise económica e passou a transportar os escravos diretamente para onde eram necessários. Cabo Verde perdeu, assim, a função de entreposto de comércio de escravos, a sua principal atividade económica. (Silveira, 2005)

² Os países signatários desta conferência foram Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha, Áustria-Hungria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Itália, Rússia, Suécia e Noruega (unificadas de 1814 a 1905), na Turquia e os Estados Unidos da América.

³ Os objetivos iniciais da Conferência de Berlim eram essencialmente relativos aos interesses coloniais na África Central, nomeadamente: a liberdade do comércio na bacia do Congo e seus afluentes; a interdição ao comércio de escravos; a neutralidade dos territórios na bacia do Congo; a navegação no Congo e no Níger; as condições essenciais a serem seguidas nas novas ocupações do continente africano e, por último, quais as ocupações já efetuadas que deveriam ser consideradas como efetivas.

quem os ocupasse de forma efetiva, ou seja, teriam de ser colonizados, uma vez que deixava de ser reconhecido o direito histórico de posse decorrente da descoberta.

Com esta conferência, o continente africano, economicamente mais frágil, tornava-se alvo da exploração económica, sendo dominado política, económica e militarmente pelas metrópoles.

No fundo, foi o culminar da sede de adquirir de forma gratuita matérias-primas, nas quais o continente africano era rico e promissor, para fornecer as indústrias europeias que se encontravam no auge da Revolução Industrial.

Este tipo de exploração era variável, tanto devido ao desenvolvimento histórico de cada colónia, como de cada metrópole à qual estava associada. Porém, os colonialistas tinham em comum o facto de imporem uma “exploração desenfreada dos recursos humanos e naturais dos povos africanos, em nada contribuindo para o seu desenvolvimento histórico”. (Valles, 1974, p.42).

Aliás, o mesmo autor e na obra citada afirma que enquanto o sistema capitalista trouxe grandes avanços económicos e sociais, sendo o grande impulsionador da industrialização na Europa, em África estes avanços eram travados pelo impedimento de usufruir deste recurso, reprimindo o desenvolvimento social e o progresso económico. Para manter esta repressão as metrópoles eram obrigadas a enviar para as colónias unidades militares e administrativas e impedindo os nativos de ter acesso a postos mais elevados da administração.

Após a I Guerra Mundial, a Europa ficou bastante fragilizada e os Estados Unidos da América passaram a ter o domínio de monopólios, situação que até então era exclusivo de cada metrópole.

Esta mudança de paradigma provocou alterações nas formas de colonialismo, distintas de acordo com a opção política, económica e social de cada potência colonizadora.

Assim, algumas optaram por um tipo de colonialismo exercido de forma indireta, dando uma falsa ideia de autonomia às colónias, tentando impedir a organização dos movimentos de libertação nacionais, ao mesmo tempo que retiravam “os maiores lucros possíveis” e fortaleciam “a base económica, política, ideológica e militar do imperialismo, mantendo [as colónias] em situação de dependência.” (Valles, 1974, p.44)

Além desta forma, existia o colonialismo direto que recorria a uma centralização feita a partir da Metrópole. Neste tipo de colonialismo as colónias eram administradas por agentes do Poder Central, que recebiam ordens e que, por norma, não ouviam as populações.

No que diz respeito às vantagens e desvantagens do colonialismo, Rodney (1975) considera o efeito positivo do colonialismo em África praticamente nulo, não contribuindo de forma alguma para o desenvolvimento do continente africano.

Boahen (2010) concluiu que o impacto do colonialismo foi positivo e negativo, embora os efeitos positivos tivessem sido, na sua maioria, apenas para proveito dos colonizadores. Quanto aos efeitos negativos, entorpeceram todo um continente, recorrendo ao trabalho forçado, reprimindo a industrialização, adotando um sistema de monocultura orientado para a exportação e sem alicerces para a educação e saúde adequados.

Aliás, pode afirmar-se que o impacto do colonialismo se fez sentir em áreas como a política, a economia e a social.

No que se refere à dimensão política, o impacto foi visível, por exemplo, na definição das fronteiras ainda hoje existentes, com a consequente separação de comunidades étnicas, situação que obrigou a migração de muitos indivíduos⁴. Além disso, há a considerar a criação de sistemas judiciários e administrativos, que, excetuando os países muçulmanos, ainda hoje se mantêm.

No entanto, ainda no aspeto político, convém não esquecer que houve opressão, discriminação e exploração dos nativos, sentimentos que viriam a ter reflexos no relacionamento pós-colonial.

No que diz respeito a uma das principais motivações – o elemento económico – importa referir que foram criadas infraestruturas de comunicação, como por exemplo estradas e vias férreas, desenvolveu-se a indústria mineira e expandiram-se algumas monoculturas. Porém, estes benefícios pouco ajudaram ao desenvolvimento das colónias africanas, pois não houve uma aposta na industrialização e na transformação de matérias-primas. Além disso, as regiões com menos recursos naturais foram negligenciadas e as mais ricas foram apropriadas pelos europeus, sem contar que foi adotada uma política monetária que mantinha os lucros nas metrópoles, sem qualquer obrigação de investimento nas colónias, impedindo até o acesso ao crédito e à formação empresarial por parte dos africanos.

Finalmente, no que concerne ao impacto social, não se deve esquecer que a população africana, principalmente nos centros urbanos, teve uma melhoria da qualidade de vida, com acesso a cuidados médicos, educação básica, saneamento e trabalho remunerado. Foi também introduzida a língua materna das metrópoles e difundidas religiões monoteístas, como o cristianismo e o islamismo, que permitiram enriquecer ainda mais a

⁴ A título de exemplo, os Bakongo estão divididos pelas fronteiras de Angola, Congo Belga (atual Zaire), Congo francês (atual República Popular do Congo) e Gabão. (Boahen, 2010, p.924)

pluralidade da sociedade africana, embora haja autores que considerem esses elementos como desestruturantes das sociedades africanas.

Segundo esses autores, os efeitos sociais negativos foram bastante marcantes, com a desertificação do meio rural, a discriminação racial e a opressão da cultura africana, começando pela própria língua nativa, e passando pela música, a arte, a dança, os nomes, a religião, o casamento, o regime sucessório e tudo o mais que fosse diferente dos costumes europeus.

Em suma, não se pode afirmar que o colonialismo foi totalmente negativo ou totalmente positivo para o território africano. O seu impacto variou de região para região, de atividade para atividade e de colonizador para colonizador, embora na perspectiva do colonizado, o lado negativo se tenha imposto ao positivo.

Apresentadas estas ideias, é tempo de perceber o que se passou relativamente a Portugal.

A dependência face ao colonizador está explícita nas palavras de Torres (1991, p.48) que diz que a colónia estava “de certa forma, condicionada pelas estratégias económicas, políticas e sociais da Europa, nomeadamente de Portugal, e pela influência exercida do exterior sobre as sociedades africanas, directa e indirectamente, desde os primeiros contactos, ou seja a partir do século XVI.”

Para Davidson, Isaacman e Pélissier (2010), o tipo de colonialismo exercido por Portugal, ainda que tivesse semelhanças com os restantes países europeus, tinha algumas características particulares, relacionadas com o limitado poder económico da metrópole que formava assim um Estado colonial fraco, que se tornou progressivamente, autoritário, com uma grande carência de capitais portugueses, situação que levava ao recurso ao trabalho forçado e a uma política de assimilação.

Após o fim da I República e do período de ditadura militar, António de Oliveira Salazar subiu ao Poder com uma visão das colónias⁵ semelhante à adotada para a metrópole: um regime de opressão, baseado na censura e na repressão de opiniões, com uma polícia secreta que intimidava a população.

Ainda, segundo os últimos autores referidos, o Governo defendia uma economia fechada, avessa à inovação e ao desenvolvimento, com o capital a ser regulado e controlado pelo regime. Como consequência, levou ao empobrecimento da metrópole, que

⁵ Importa salientar que neste trabalho «colónia» será a designação utilizada, ainda que não tenha sido o termo usado desde o início da expansão marítima. Este sofreu designações diversas consoante as épocas e os interesses. Assim, se nos finais do século XVIII existem documentos com o termo «colónia», talvez por influência de países como Inglaterra ou França, nas cortes de 1821 adotou-se a designação de «Províncias do Reino». A Constituição de 1838 redefiniu como «Províncias Ultramarinas» e foi só em 1930, no Acto Colonial, que António de Oliveira Salazar definiu no título I, artigo 3º que “os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial português.” (Lima, 2001, p.147)

não tinha possibilidade de investir nas colónias e impunha a força do trabalho, recorrendo à exploração da mão-de-obra africana, barata e sem quaisquer contrapartidas, para a extração dos recursos naturais.

Este tipo de colonialismo foi ilustrado por Torres (1991, p.42) que referiu que “em Portugal, a ocupação colonial e, sobretudo, o tipo de relação entre a metrópole e as colónias, foi mais arcaico [do que nos restantes países europeus] na medida em que o mercantilismo português sobreviveu para além da primeira metade do século XX.”

Aliás, mesmo ainda na I República, foi promulgado o primeiro Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas – Decreto 951/14 - que demonstrava a forma como era administrado o seu trabalho, ilustrado nos seus três primeiros artigos.

Assim, o Artigo 1º estipulava que “Todo o indígena válido das colónias portuguesas fica sujeito, por esta lei, à obrigação moral e legal de, por meio de trabalho, prover ao seu sustento e de melhorar sucessivamente a sua condição social.”

Quanto ao Artigo 2º, dizia que “Todo o indígena válido que não tiver domicílio certo, nem meios de subsistência, nem exercer habitualmente alguma profissão, ofício ou outro mester em que ganhe a sua vida nos termos do artigo 1º, não provando necessidade de força maior, que o justifique, de se achar nestas circunstâncias, será julgado [...] e, condenado, será entregue à autoridade administrativa, que lhe poderá fornecer trabalho pelo período que entender conveniente, dentro da área do respectivo distrito [...]

Finalmente, o Artigo 3º definia que “A escolha do modo de cumprir a obrigação imposta pelo artigo 1º é livre para os maiores de 18 anos; e a todos os modos legítimos do seu cumprimento é garantida a protecção da lei e dos funcionários encarregados de executá-la; mas aos que a não cumprirem de modo algum, a autoridade pública, pode impor-lhes o seu cumprimento”.

Neste ponto, é importante referir que o trabalho, supervisionado por administradores locais, incluía por exemplo, trabalhar nas roças dos colonos e construir estradas, portos e linhas ferroviárias, sendo algumas destas prestações de serviço não remuneradas por serem consideradas de interesse local.

Conforme foi dito anteriormente, o colonialismo português defendia, ainda, a política de assimilação, que segundo salienta Ferreira (1977) tinha como objetivo mostrar que Portugal não era racista e que qualquer africano poderia tornar-se português, desde que assimilasse a religião, a língua e a tecnologia portuguesas.

De facto, não deixava de ser um ato racista, porque o africano só era aceite como civilizado se tivesse um certo nível cultural. No entanto, os colonos, a maioria analfabetos ou com pouca instrução, eram cidadãos civilizados, ou seja, a distinção era em termos de raça e não da cultura.

A estes «novos africanos», os assimilados⁶, que abdicavam dos seus usos e costumes africanos, eram dados alguns privilégios, nomeadamente em termos educativos. Apesar disso, esta pequena elite, com formação académica, assistia ao dia-a-dia de precariedade e repressão a que eram sujeitos os outros africanos. Estes, «não assimilados», mesmo após algumas reformas institucionais, como a abolição do Estatuto do Indigenato em 1961 e o reconhecimento de que também eram cidadãos portugueses, não gozavam de todos os direitos civis, inclusivamente não estavam autorizados a deslocar-se da sua região sem autorização.

Na prática, esta política não funcionou. Poucos foram os africanos que aderiram a ela, devido à carência de escolas para a formação pretendida e aos poucos postos de trabalho oferecidos.

Talvez a colónia portuguesa com maior taxa de sucesso neste processo de assimilação tenha sido Cabo Verde, pois, de acordo Silveira (2005), a miscigenação e integração na sociedade tinha raízes desde o início da construção da mesma. Em termos de educação, era também aqui que existiam o maior número de escolas relativamente ao número de habitantes. Porém, o arquipélago oferecia pouco trabalho, tinha elevados níveis de pobreza e a prioridade laboral era maioritariamente dada aos portugueses vindos da metrópole.

Por essa altura, começaram a ser organizadas algumas corporações⁷, como, por exemplo, a Junta de Defesa dos Direitos de África e o Grémio Africano, que, mesmo sob a opressão do regime português, tentavam divulgar as injustiças praticadas e defender os africanos.

Importa aqui chamar a atenção para o paradoxo da política colonialista assimiladora adotada por Portugal que, ao mesmo tempo que reprimia o povo africano, permitia que alguns africanos se afastassem destas sociedades repressivas, se instruissem e acabassem por se organizar com uma finalidade anticolonialista.

Ainda que o Governo os tentasse silenciar e os perseguisse, estes pequenos focos organizados de denúncia e resistência ao colonialismo foram a génese dos movimentos de libertação, fulcrais para o fenómeno da descolonização que será analisado no próximo subcapítulo.

⁶ Para ser considerado assimilado o africano teria de reunir as seguintes condições: saber ler e escrever a língua portuguesa, possuir os meios necessários à sua subsistência e à das suas famílias, ter bom comportamento atestado pela autoridade administrativa da área em que reside e diferenciar-se pelos seus usos e costumes da sua raça. (Marques, 1986)

⁷ Estes movimentos iniciais deram lugar a muitos outros que se foram organizando mesmo na clandestinidade e daí saíram os fundadores dos movimentos de libertação nacionais.

1.3 Descolonização

“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.” (Office of the High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2013)

O Homem tem direito à sua individualidade, assim proclamam os artigos 3º e 19º, transcritos acima, da Carta Universal dos Direitos Humanos, elaborada em 1948 e essa tem sido, desde sempre, a sua maior busca. Quando este direito é reprimido, como aconteceu com o fenómeno da colonização, e de forma mais feroz quando evoluiu para o colonialismo, o «colonizado» cujas crenças, tradições e costumes e até mesmo a liberdade e a dignidade são discriminadas e oprimidas em prol do colonizador, tem necessidade de reivindicar os seus direitos. Quando estes não lhe são reconhecidos, começa a nascer um sentimento de resistência e de revolta, que se propaga por todo um povo quando a opressão é generalizada.

Desta forma, para Ferro (1996, p.235) “em África, a resistência à colonização teria começado com a própria colonização – desde que esta foi sentida como uma agressão.”

Pode então considerar-se que a ideia de descolonização sempre esteve na mente dos africanos. No entanto, houve um acender de rastilho corroborado pela definição de Vitoriano (1998, p.175) que diz que “a descolonização [...] resulta do despertar dos povos não europeus, até aí dominados pelas potências coloniais.”

Segundo Kouassi (2010), a Organização das Nações Unidas (ONU), criada após a II Guerra Mundial foi fundamental para dar início ao processo de descolonização em África. As atrocidades cometidas durante a Grande Guerra levaram a comunidade internacional a desejar a conservação da paz e o facto de esta guerra ter como objetivo lutar pela liberdade contra Países totalitários ou autoritários tirava legitimidade aos países imperialistas, nomeadamente a Grã-Bretanha e a França, que somando a este fator, estavam económica e militarmente fragilizadas.

Para comprovar isso, na Carta das Nações Unidas, elaborada em 1945, no Capítulo XI denominado ‘Declaração Relativa a Territórios Não Autónomos’, o artigo 73º, alínea b) fazia saber que os seus membros, que assumiam “responsabilidades pela administração de territórios”, cujos povos não tinham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconheciam “o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios” e aceitavam, “como missão sagrada”, “promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo

das suas instituições políticas livres”, tendo em conta “as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes. Assim, este artigo resume a intenção de a ONU promover uma descolonização progressiva e pacífica.

A somar a esta intenção, Pinto (2002) refere outro fator de promoção da descolonização europeia, o início do período da Guerra Fria.

De facto, após o final da II Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA) entraram num conflito político-estratégico, dando lugar à denominada Guerra Fria⁸, que se manteve até à extinção da URSS em 1991.

Havendo uma competição económica entre as duas superpotências, o bloco de leste mostrava-se disponível para apoiar a autodeterminação dos países africanos, o que forçou os americanos a intervir de forma ativa na negociação da libertação destes povos. Ou seja, ambos queriam tirar proveitos económicos com este apoio, só que de formas diferentes.

Enquanto a URSS, liderada por Nikita Kruchchev, pretendia expandir a sua política comunista, os Estados Unidos da América não queriam perder a sua influência no continente africano, que era, até então, exercida sobre as metrópoles, o que fez com que a política de John Kennedy – eleito Presidente dos Estados Unidos em 1961 – tivesse de adotar um carácter anticolonialista, para não perder a sua influência sobre os novos Estados africanos⁹ que se viriam a formar.

Porém, não se pode esquecer que os países colonizados que participaram na guerra ao lado das metrópoles desejavam ser recompensados com a independência, tornando-se “um imperativo para todas as classes e camadas sociais de África e Ásia” (Valles, 1974, p.19). O mesmo autor defende ainda que a conjuntura era favorável para o sucesso dos movimentos de libertação nacional, devido à derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês, ao surgimento do socialismo nos países da Europa oriental, à crise do capitalismo e à criação do campo socialista, o que corrobora com o anteriormente descrito.

Além da ONU uma outra organização criada em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), veio dar um suporte adicional à libertação dos povos colonizados. Na Assembleia Constituinte, os Países africanos independentes comprometiam-se a apoiar essa libertação declarando, unanimemente, que “todos os Estados africanos independentes

⁸ Neste período, as duas superpotências desenvolveram uma política de blocos, onde do lado americano, que compreendia os países da Europa Ocidental e a maior parte do continente americano, era defendida a política capitalista, considerada a representação da democracia e da liberdade, e do lado soviético, composto pelo leste europeu e grande parte da Ásia, era enfatizado o socialismo como solução contra os problemas sociais.

⁹ Importa aqui salvaguardar que esta alteração da política americana não se resumiu aos países africanos, mas sim a todos os países colonizados, pois todos estavam sujeitos a penetração comunista, no entanto, para o âmbito deste trabalho será apenas destacado o continente africano

têm o dever de ajudar os povos dependentes da África que lutam pela liberdade e pela independência”, reconhecendo, ainda, a “imperiosa e urgente necessidade de combinarem e intensificarem os seus esforços para acelerar a incondicional conquista da independência nacional, de todos os territórios africanos submetidos à dominação estrangeira.” (Kodjo & Chanaiva 2010, p.905)

Esta luta pela independência é a base de sustentação de todo o processo de descolonização que Mazrui (2010, p.9) define como o processo através do qual “o regime colonial atinge seu fim”, uma vez que “as instituições coloniais são desmanteladas e os valores, bem como as modalidades coloniais são abandonados”.

No que concerne ao agente que espolia o processo, “teoricamente, a iniciativa da descolonização pode ser tomada, seja pela potência imperialista, seja pelo povo colonizado. Na realidade, a verdadeira descolonização é geralmente imposta pela entrada dos oprimidos em luta.” (Mazrui, 2010, p.9)

Assim, com o apoio adicional destas duas organizações os movimentos nacionalistas de libertação, através das suas elites políticas, para além de terem como objetivo tornarem-se independentes, política, económica e culturalmente das metrópoles, pretendiam modernizar a sua sociedade e conquistar o respeito da comunidade internacional. Para isso, salienta Chinweizu (2010, p.928), pretendiam uma descolonização política “impondo um fim às humilhações do racismo”, procurando um desenvolvimento económico baseado na industrialização.

Se esta pretensão à independência foi, de certa forma, bem aceite por alguns países europeus, como a Inglaterra, outros houve que foram forçados a aceitar esta ideia, como foi o caso da França, que teve um moroso e complexo processo de negociações¹⁰, e de Portugal, que recorreu à força, culminando numa guerra colonial.

Portugal foi o último dos impérios europeus a despertar para esta vaga de descolonização¹¹.

Aliás, em 1951, já com o fenómeno da descolonização a agitar a Europa, António de Oliveira Salazar, que inicialmente tinha dado pouca importância às colónias, proclamou que “a missão dos portugueses teriam no mundo era de miscigenar, de se misturar, uma aptidão especial que os portugueses teriam e outros não” (Rosas, 2000, p.25), dando uma visão integracionista do Império, o que mostrava que Portugal não estava muito interessado em seguir outras potências na libertação das suas colónias. Conforme Ferreira (1977)

¹⁰ À exceção da Argélia que recorreu à luta armada culminando numa guerra contra a França, as restantes colónias francesas conseguiram conquistar a sua independência através de negociações.

¹¹ Na realidade foi nos anos 20, com o Congresso Pan-Africano, no qual participaram delegados das colónias portuguesas que começou a desenvolver-se nas colónias a ideia nacionalista de independência, ainda que de uma forma bastante ténue. (Correia, 2000, p.52)

assinala, o regime de Salazar até fez uma emenda à Constituição Portuguesa, substituindo o termo «colónias» por «províncias ultramarinas», dando uma ideia de unificação do território português.

Esta política de «remar contra a maré» da descolonização devia-se à fragilidade social e económica que o país vivia. Portugal era um país pobre, atrasado, pouco instruído, avesso ao progresso da Europa e perder as suas colónias transformava-o num país sem interesse para o investimento das outras potências mundiais, e, conseqüentemente, mais empobrecido e isolado do resto da Europa.

Álvaro Cunhal (1964, p.90), um contestatário do regime, mostrou, assim, o seu ponto de vista sobre esta questão:

“O facto de que o governo de Salazar continua seguindo uma política colonialista nos moldes tradicionais, quando as outras potências coloniais se viram já obrigadas a fazer concessões no sentido da autodeterminação [...] deve-se a que por detrás da dominação colonial portuguesa ou de braço dado com ela, está a dominação inglesa, americana, alemã, belga e francesa, nas colónias de Portugal [...] A actual política colonial de Salazar, longe de atestar a independência e a “grandeza” de Portugal, atesta o domínio imperialista estrangeiro sobre o nosso país e o papel dos colonialistas portugueses, como associados ou agentes das grandes potências imperialistas.”

De acordo com Maxwell (1985), as potências pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou (NATO), nomeadamente os EUA, teriam interesse em que Portugal mantivesse as suas colónias, uma vez que desta forma poderiam manter aí os seus investimentos e usufruir estrategicamente desses territórios. Para além disso, salienta Mauro (1975), Portugal dava apoio aos americanos na Guerra Fria, tinha uma relação próxima com o Brasil e propagandeava uma política de colaboração e cooperação entre todas as regiões do país, incluindo as províncias ultramarinas.

Porém, como se viu anteriormente, devido à vantagem que a URSS estava a ganhar, a administração americana teve de alterar a sua política, em particular no caso português. Assim, embora não esquecendo a necessidade de manter as boas relações com Portugal, a Administração de Kennedy tentou incentivar a descolonização.

Perante estes fatores, os movimentos de libertação das colónias portuguesas iniciaram, através da diplomacia, a luta pelo seu propósito. Os seus líderes, que agiam na clandestinidade, reivindicavam a independência, negada pela metrópole, denunciavam a forma como se vivia nas colónias e, por fim, viram-se obrigados a substituir a luta diplomática pela luta armada para atingir o seu objetivo.

Se a ideia de independência era comum a todos eles, existiam algumas peculiaridades nas suas visões. Se para Amílcar Cabral, líder do PAIGC “a descolonização era um processo contínuo e não apenas a transferência formal do poder do estado colonial para o estado nacional”, para Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, líderes do

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o início da descolonização correspondia “ao inicial desejo de independência dos povos colonizados e após diversas reivindicações.” (Pinto, 2005, p.118)

Se para os líderes dos movimentos nacionalistas a ideia essencial era a independência, para Melo Antunes, um dos capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA), descolonizar não se resumia a deixar de colonizar, “era abrir a possibilidade a que territórios submetidos à dominação colonial acabassem por ter uma vida autónoma, própria, o que significava abrir a possibilidade de chegarem à independência.” (Guerra, 2009, s/p)

Aliás, Correia (1991, pp.13-15) vai mais longe ao definir a descolonização como “a fase terminal de um sistema de relações coloniais”, um processo com cinco fases interdependentes: tomada de consciência; luta de libertação; transferência do Poder; independência; e consolidação da identidade nacional.

Assim, a fase da tomada de consciência corresponde ao período em que a elite mais informada e politizada se organiza com a missão de motivar o povo para lutar pelas suas reivindicações.

Segue-se a fase da luta de libertação que depende da atitude da potência colonial, mas corresponde à luta pela independência, que pode ser apenas política ou também militar.

Depois, vem a fase da transferência de Poder iniciada quando a potência colonizadora aceita negociar a independência e se estabelece um calendário para o efeito.

De seguida vem a fase da independência que está relacionada com a passagem do Poder para os órgãos do novo Estado, situação que pode levar a uma luta interna pelo poder, como aconteceu, por exemplo, em Angola.

Por fim, a fase da consolidação da identidade nacional que envolve a construção de uma nação, com uma identidade social, política, económica e cultural própria.

No caso português, o processo relativo a cada colónia teve as suas especificidades e nem todos contemplaram as cinco fases assinaladas.

As fases do processo de descolonização de Cabo Verde serão desenvolvidas no Capítulo 2 do presente trabalho.

Capítulo 2: A Descolonização de Cabo Verde

De acordo com a investigação de Martins (2009), os registos de resistência à dominação colonial demonstram que esta existiu desde o início do povoamento do arquipélago de Cabo Verde. Se, inicialmente, estas revoltas eram apenas de pequenos grupos de trabalhadores, devido aos maus tratos e às condições de vida a que eram sujeitos, mais tarde, começaram a organizar-se movimentos que reclamavam a liberdade.

Importa, aqui, salientar também outro fator de descontentamento da população evidenciado por Boxer (1975) e que decorre de um erro da administração portuguesa. Assim, apesar de o arquipélago se encontrar, do ponto de vista estratégico, numa posição geográfica privilegiada, possui um clima árido, que provocou ciclos de secas e fomes periódicas, levando a uma elevada taxa de mortalidade entre os seus habitantes, situação sempre negligenciada pela metrópole, que nunca tomou quaisquer medidas para aliviar a população.

Para Ferreira (1977), o objetivo dos movimentos nacionalistas era a libertação do colonizador português e a criação de um país com características políticas, administrativas, económicas, sociais e culturais próprias.

No caso de Cabo Verde, o movimento só passou a ser conhecido internacionalmente quando Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, começou a difundir as reivindicações da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Num destes discursos. Em 26 de outubro de 1971, Amílcar Cabral declarou:

“[...] perante o colonialismo português e o imperialismo de um modo geral, não se põe a questão de optar entre a vida armada ou a via pacífica. A nossa luta tinha de ser armada, pois os colonialistas e imperialistas sempre decidiram utilizar as armas contra nós. Decidimos numa reunião clandestina realizada em Setembro de 1959 em Bissau parar as demonstrações, fortalecer a organização clandestina, movendo-nos para o campo, mobilizando o povo e preparando-nos para a luta armada. [...] a nossa luta é apenas a resposta contra a violenta opressão do nosso povo pelo colonialista português.”¹²

Analisando esta declaração verifica-se que, por esta altura, o processo de descolonização já tinha dado o seu passo inicial e a luta armada já estava em marcha. O estudo deste processo ocorrerá no próximo subcapítulo.

¹² Extrato de um discurso de Amílcar Cabral em 26 de outubro de 1971.

2.1 As Fases da Descolonização em Cabo Verde

Neste subcapítulo, tomar-se-á como base o processo de descolonização descrito por Correia (1991, pp.13-15) e transpor-se-á para o caso de Cabo Verde.

Assim, este processo desenvolveu-se ao longo de cinco fases, com início na tomada de consciência por um grupo de estudantes das colónias, encabeçado por Amílcar Cabral, que pretendia unir esforços entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde com vista à independência, seguida da luta armada sob a forma de guerra colonial, que culminou na transferência de poder de Portugal para o PAIGC e na tão desejada independência.

A consolidação da consciência nacional viria a acontecer mais tarde, embora no caso de Cabo Verde, haja autores, como Pinto (2005), que consideram que a Nação já existia muito antes do Estado.

2.1.1 A Tomada de Consciência

De acordo com Évora (2004), o processo de descolonização teve início entre os finais da década de 50 e o início da década de 60 do século XX, quando começaram a surgir os movimentos nacionalistas. Estes movimentos, na sua maioria, nasceram em Lisboa, para onde vinham os estudantes das colónias para prosseguirem os seus estudos universitários, uma vez que, nessa altura, ainda não havia Ensino Superior nas denominadas províncias ultramarinas.

Para Amílcar Cabral, um momento importante para o despertar da luta pela libertação foi o fim da II Guerra Mundial que “trouxe uma corrente de esperança” (Melo, 1974, p.161).

Facto corroborado por Aristides Pereira (2003), que acrescenta que, apesar de já ocorrerem manifestações contra o regime a partir da II Guerra Mundial, o grande impacto nacionalista na Guiné-Bissau ocorreu na década de 50, também devido à influência da evolução política que decorria no Senegal e na Guiné francesa.

Coincidentemente ou não, foi na mesma década que Amílcar Cabral chegou à Guiné-Bissau para fazer o Recenseamento Agrícola e conheceu Aristides Pereira.

Porém, o nacionalismo cabo-verdiano cedo se mostrou, não só através de revoltas contra os exploradores e a repressão a que eram sujeitos, como também a partir de manifestações de cariz cultural, em particular na literatura.

Aliás, segundo Amílcar Cabral¹³ apesar da opressão cultural do opressor, os movimentos de libertação desenvolveram-se porque o povo continuou a resistir culturalmente, mesmo quando a resistência político-militar não tinha lugar. Nas palavras do dirigente do PAIGC, “é a resistência cultural que, num dado momento, pode revestir-se de novas formas, isto é, política, económica, armada, para combater a dominação estrangeira.” (Cabral, 1972, p.6)

Há que salientar que, a consciencialização para a luta pela independência em Cabo Verde teve um grande impulso de Abílio Duarte, que foi o primeiro mobilizador dos jovens, através da criação do Grupo do 3º Ciclo, em Mindelo, com o pretexto de desenvolver ações culturais.

No entanto, Amílcar Cabral era da opinião que a adesão maior à luta pela independência aconteceu em Portugal, com a ida de vários jovens das diferentes colónias para a metrópole para prosseguirem os seus estudos e “tomaram consciência da necessidade de se unirem perante o opressor.” (Melo, 1974, p.161)

Como salienta Mateus (1999, p.39), o “regime nunca vira com bons olhos o acesso dos africanos ao ensino superior, procurando assim evitar a formação de elites que, depois, desencadeassem ou acelerassem a luta pela independência nos territórios coloniais.” Aliás, à política colonialista portuguesa não convinha haver uma sociedade culta e informada e os poucos progressos na educação eram devidos a “pressões internacionais” e “à luta dos movimentos emancipalistas.”

Mesmo assim, foi neste ambiente estudantil que começam a surgir as ideias de independência, também devido ao regime colonial extremamente repressivo que não permitia a criação de qualquer estrutura política e a liberdade de expressão.¹⁴

Muitas associações de estudantes influenciaram os estudantes africanos, mas as Casas dos Estudantes do Império (CEI) de Lisboa e de Coimbra, que nasceram para dar uma ideia de unificação e integração de toda a nação portuguesa, foram as mais influentes. No fundo, serviam para facilitar o controlo dos estudantes africanos que, até então, se encontravam dispersos pelas Casas de Estudantes de cada colónia.

Contudo, o seu efeito foi o oposto, pois serviram de ponto de partida para a consciencialização política dos estudantes africanos, tornando-se centros de intercâmbio e de trocas de ideias nacionalistas. De notar que os fundadores dos movimentos

¹³ Extrato de um discurso de Amílcar Cabral em 15 de outubro de 1972.

¹⁴ Realça Mateus (1999, p.65) que “os estudantes africanos sofreram múltiplas influências, que contribuíram para a sua formação cultural e política.” As influências associativas surgiram da Casa dos Estudantes do Império; das Associações Académicas; do Centro de Estudos Africanos; do Clube Marítimo Africano; e da Casa de África. As influências político-orgânicas vinham do Partido Comunista Português; do Movimento de Unidade Democrática; e do Movimento Anticolonialista. Por último, as influências político-culturais estavam relacionadas com ideais marxistas, neorrealistas e da negritude.

independentistas, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos, entre outros, passaram por estas Casas.

Já concluídos os estudos, estes mesmos independentistas fizeram surgir outras organizações anticolonialistas, como o Movimento Anticolonialista (MAC), criado em 1958 por Amílcar Cabral e outros colaboradores guineenses e angolanos, cujo objetivo era coordenar a ação dos africanos na luta contra o colonialismo e conquistar a independência dos povos africanos sob domínio colonial português.

Esta organização passou a Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN) em 1960, tornando-se, desta forma, uma união entre partidos¹⁵ dos países africanos colonizados por Portugal - e não apenas de indivíduos, como o MAC – mas com o mesmo objetivo do MAC.

A FRAIN evoluiu para a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que agrupava movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e defendia a união entre os movimentos, com vista a reunir esforços na luta contra o colonialismo português e pela liberdade. Esta nova organização estabeleceu contactos com vários países, nomeadamente Vietname, Congo e Cuba, que apoiavam a sua causa.

Estas organizações eram acompanhadas atentamente pela Metrópole que, segundo Mateus (1999, p.93), impossibilitava “o caminho pacífico para a descolonização”, através da “proibição absoluta da formação de quaisquer partidos ou movimentos legais e pela repressão das organizações clandestinas.”

Ainda assim, no início desta «era de descolonização», Portugal era tido por parte considerável da comunidade internacional como bom colonizador, com políticas de integração e de assimilação bem-sucedidas.

Como tal, Amílcar Cabral, inconformado, sentiu necessidade de denunciar o sistema colonial praticado por Portugal. A primeira vez que o fez foi numa conferência de imprensa que deu em Londres, em Dezembro de 1960, na qual participaram as organizações anticolonialistas – MPLA, PAIGC e Goa League. Desta conferência saiu uma ideia consensual de que se o Governo português não respondesse às suas reivindicações, passariam à luta armada.

Aliás, Amílcar Cabral era o dinamizador e o porta-voz da luta pela independência tanto da Guiné-Bissau como de Cabo Verde, mas muitos outros houve que pertenceram a esta luta e foram perseguidos e interrogados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – vulgarmente conhecida por polícia política. Todos eles se organizavam de

¹⁵ Estes partidos foram o Partido Africano da Independência, mais tarde PAIGC, pela Guiné e o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) e a UPA (União das Populações de Angola), por Angola, embora este último só pertencesse teoricamente.

forma a propagandear e a promover esclarecimentos sobre a necessidade de independência pela qual lutavam, tanto a nível interno, junto das populações, como externamente, principalmente com países que os apoiavam, como a URSS, a República Democrática Alemã, a Argélia, Marrocos, o Senegal e a Guiné Conakri, entre outros.

Foi nesta fase de tomada de consciência que surgiram os movimentos nacionalistas de cada colónia portuguesa e, evidencia Mateus (1999), a sua divulgação foi iniciada nas cidades das colónias, onde se encontravam a maioria dos africanos assimilados, uma elite burguesa que ambicionava melhores condições socioeconómicas e que sentia de forma mais direta a segregação colonialista.

De acordo com Amílcar Cabral (1972) o facto de esta mobilização ter tido início junto dos africanos assimilados deveu-se a ser uma classe que vivia em constante conflito moral por ser vítima de humilhações por parte do colonizador, que não os aceitava como iguais, e por assistir às injustiças de que a massa trabalhadora era alvo.

Por isso, assistiu-se a um “aparente paradoxo da dominação colonial”, pois foi no “seio da pequena burguesia indígena”, uma classe social que crescia do colonialismo, que nasceram “os primeiros passos importantes em direcção à mobilização e organização das massas para a luta contra o poder colonial.” (Cabral, 1972, p.14)¹⁶

Entre estes movimentos¹⁷, foi fundado por um grupo de nacionalistas cabo-verdianos e guineenses, na clandestinidade, em setembro de 1956, o Partido Africano de Independência (PAI), que mais tarde deu lugar ao PAIGC¹⁸, movimento independentista da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, liderado por Amílcar Cabral que passou a desempenhar a função de Secretário-Geral e porta-voz do partido. Para além de Cabral fizeram parte da sua fundação, Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Luís Cabral e Fernando Fortes, entre outros.

Segundo Pinto (2002, p.109), Amílcar Cabral tinha uma visão particular sobre o processo de descolonização, considerando-o “um processo contínuo e não apenas uma transferência formal do poder do Estado Colonial para o Estado Nacional.”

Do ponto de vista da sua organização, inicialmente, o partido começou por se organizar em células, sendo as primeiras nas cidades de Bissau, Bolama e Bafatá, pois foi a pequena burguesia a primeira a ambicionar melhores condições de vida e a pretender a

¹⁶ Extrato de um discurso de Amílcar Cabral em 15 de outubro de 1972.

¹⁷ Segundo Évora (2004), surgiram outros movimentos a reivindicar a independência dos dois países: a Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (FLIGC); o Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV); o Movimento de Libertação da Guiné-Bissau (MLG); a União das Populações da Guiné (UPG); a Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa (RDAG); e a União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa (UPLG). Alguns destes movimentos ainda se fundiram na Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné (FLING), opositora do PAIGC, que acabou por desaparecer devido a divergências internas e falta de organização.

¹⁸ De acordo com Martins (2009), o PAIGC, apesar de ter uma forte influência marxista, devido ao facto dos fundadores terem estudado em Portugal onde estes ideais eram correntes no meio estudantil, considerava-se com uma ideologia heterogénea, o que vai levar à sua desintegração como se verá no Capítulo 3.

autonomia. O partido promovia as suas ações de sensibilização junto dos funcionários urbanos, nomeadamente empregados do comércio e serviços, com mais força participativa na luta política.

Porém, após a prisão de vários militantes por parte da PIDE em Bissau, em 1959, Amílcar Cabral instalou-se em Conakri e era a partir daí que dirigia o processo de mobilização, ao mesmo tempo que criava condições logísticas e reunia os apoios necessários para a ação armada.

Amílcar Cabral tinha a preocupação de mobilizar e formar jovens, pois considerava-os os futuros responsáveis do partido, e depois reenviava-os para o interior da Guiné-Bissau para continuarem o processo de mobilização junto dos camponeses.

No entanto, houve um momento decisivo que marcou a mudança de abordagem do partido. Foi em 1959, quando ocorreu o assassinato de vários estivadores no cais de Pidgiguiti, em Bissau, que faziam greve, reclamando um aumento de salários.

Segundo Pereira (2003, p.141) este massacre, em que morreram 50 pessoas, serviu para o PAIGC tomar consciência real “do carácter violento de que eram alvo as acções de mobilização e de reivindicação nos centros urbanos”, levando a direccionar estas ações para o meio rural.

Este crime provocou uma enorme indignação dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Foi nessa altura que o partido reconheceu que a luta armada era a única solução para a independência e alterou a estratégia. Assim, começou a mobilizar camponeses, pois era nos campos que a luta iria ser iniciada.

Contudo, da investigação de Pinto (2010) retira-se que, ainda em 1961, o Ministro do Ultramar, tomava conhecimento que os nacionalistas, já tinham pedido apoio ao Senegal e, vindos da República da Guiné, estavam a organizar-se na fronteira de forma a entrar em Farim – no norte da Guiné-Bissau.

Aliás, segundo o mesmo autor, para alguns portugueses a guerra colonial na Guiné-Bissau teve início nessa altura, “em Julho de 1961, quando o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) atacou algumas povoações próximas da fronteira noroeste do Senegal: São Domingos, Sazana e Varela.” (Pinto, 2010, p.392)

Porém, os militantes do PAIGC não corroboram esta ideia, considerando que a guerra começou apenas a 23 de janeiro de 1963.

Voltando à mobilização, de notar que esta ação também ocorreu em Cabo Verde e, em março de 1964, Amílcar Cabral¹⁹ defendia “a necessidade de implantar a organização do Partido em Cabo Verde e de um trabalho intenso e urgente com vista à consciencialização e

¹⁹ Extrato de uma carta de Amílcar Cabral dirigida à Estrutura Clandestina do PAIGC em Portugal, em março de 1964.

enquadramento das massas rurais”, tendo esta mobilização como objetivos “a implantação do Partido no seio das massas cabo-verdianas, sobretudo das massas camponesas”, a “constituição efectiva dos órgãos locais do Partido”, e a “agitação política com vista à criação nas massas de um espírito insurreccional favorável à adesão de largas camadas à acção militar contra as forças colonialistas.” (Pereira, 2003, p.161)

Apesar dos esforços no sentido da mobilização, em 1968, várias células clandestinas do partido em Cabo Verde foram desmanteladas pela ação da PIDE e os seus dirigentes presos. Amílcar Cabral foi então obrigado a proceder a uma reestruturação, o que levou Jorge Querido a deslocar-se ao arquipélago a fim de reunir os clandestinos dispersos. Esta consciencialização foi tão eficaz que, no final dos anos 60, os militantes cabo-verdianos queriam iniciar a luta armada no arquipélago.

Importa, aqui, realçar que apesar de terem em comum o mesmo objetivo, a origem social dos militantes do PAIGC era diferente consoante a colónia. Os guineenses eram humildes camponeses e operários urbanos e os cabo-verdianos eram estudantes universitários da metrópole e emigrantes, o que provocou algumas divergências no seio do partido, conforme se verá mais à frente.

Em jeito de remate, Pereira (2003, p.148) defende que o sucesso da luta de libertação promovida pelo PAIGC deveu-se em grande parte à “forma metódica, coerente e sistemática como foi feita a mobilização geral” que desencadeou a luta armada na Guiné-Bissau.

2.1.2 A Luta de Libertação

A luta de libertação pela independência de Cabo Verde não pode ser separada da Guiné-Bissau, uma vez que apenas um movimento partidário binacional – o PAIGC – teve influência nesta luta, o que, tal como evidencia Évora (2004), de certa forma foi vantajoso, pois houve uma centralização de forças para o mesmo objetivo. Por isso, “A unidade é a nossa força principal” (PAIGCb, 1974, p.14) tornou-se o lema do partido.

Segundo Melo (1974, p.166), a partir de 1960, anos antes de recorrerem à luta armada, os dirigentes do PAIGC fizeram vários apelos por escrito ao Governo português, o primeiro dos quais exigindo “o reconhecimento solene e imediato dos direitos dos povos guineense e cabo-verdiano à autodeterminação; a retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) da Guiné e das ilhas de Cabo Verde”. Para além disso, reclamava “a amnistia total e incondicional e a libertação de todos os presos políticos e a organização de um processo parlamentar capaz de assegurar aos territórios a criação

dos seus próprios órgãos de independência democrática.”

Diplomaticamente, Amílcar Cabral, em nome do partido, tentava promover também ações de sensibilização junto da ONU e da OUA, mas também junto de alguns países europeus e de africanos já libertados, de forma a reunir o maior número de apoios possível.

No entanto, depois de várias tentativas do PAIGC para negociar diplomaticamente a independência dos dois países e desta ser negada pelo Governo português, a direção do partido, à semelhança dos movimentos nacionalistas angolanos, declarou guerra a Portugal em 23 de Janeiro de 1963.

A respeito do início da luta armada, disse (Cabral²⁰1974, p.15):

“Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do Governo português, nem da parte da O.N.U., as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963, para responder, com a nossa luta armada de libertação, à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo Governo de Portugal.”

Importa salientar que na mesma data Amílcar Cabral envia um memorando à Assembleia Geral da ONU a anunciar a razão da passagem à luta armada. Este documento tornou-se histórico porque forçou à alteração da legislação internacional.

Ora, a 14 de dezembro de 1960, devido à pressão de vários países africanos e asiáticos, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 1514, na qual se reconhecia o direito dos povos à autodeterminação e à independência, conferindo legitimidade e legalidade aos movimentos de libertação nacional.

No entanto, não existiam mecanismos que obrigassem as potências colonialistas a cumprir os princípios da autodeterminação. Com o memorando de Cabral, a ONU percebeu que havia necessidade de dar a legitimidade de recorrer a todos os meios disponíveis, inclusive os violentos, para fazer valer o direito à autodeterminação dos povos, passando estes meios a ser aceites a partir de 1963.

No que diz respeito a Cabo Verde, na realidade, no arquipélago a luta pela independência foi apenas política e pouco valorizada por Portugal. A libertação, tanto do arquipélago como da Guiné-Bissau, deveu-se à luta armada que ocorreu em território guineense, cuja vitória foi do PAIGC e acabaria por impor o reconhecimento de independência dos dois países pelo Governo português, sendo que a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau foi feita ainda antes do 25 de abril de 1974.

O PAIGC decidiu fazer a luta de guerrilha apenas na Guiné-Bissau “onde existiam as condições políticas, geográficas, demográficas, logísticas e de comunicação mais favoráveis.” (PAIGCb, 1974, p.45).

²⁰ Intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Outubro de 1972.

Na verdade, em relação às condições geográficas, os terrenos pantanosos e matas densas, eram mais favoráveis para este tipo de ação²¹ em emboscada e ataques de curta duração. Para além disso, tinham a vantagem de os portugueses não conhecerem o terreno, ao contrário de Amílcar Cabral, que, tendo sido o engenheiro agrónomo responsável pelo recenseamento agrícola, tinha um profundo conhecimento do território.

De salientar que na Guiné-Bissau, principalmente nas regiões mais rurais, existiam vários grupos étnicos, com um forte enraizamento da sua identidade, e, por isso, mais resistentes ao poder colonial durante o período de ocupação efetiva. Estes grupos e os mais isolados devido à sua localização geográfica foram os que tiveram os combates mais violentos com o colonizador. (Cabral, 1972)²²

Além deste fator havia outros, como o facto de terem o apoio da população e de poderem ter um apoio de retaguarda na Guiné Conakri, a Sul e no Senegal, a Norte, países fronteiriços.

Todavia, Pereira (2003) chama a atenção para outro fator decisivo, o facto de a PIDE agir de forma muito ativa no arquipélago, reprimindo, perseguindo e infiltrando-se no interior do partido, o que dificultava a sua organização estrutural.

Cabo Verde, agia de forma diplomática, procurando apoio político e militar noutros países e politicamente, sensibilizando as populações com a elaboração de panfletos que eram distribuídos nos dois países para a importância desta luta.

Apesar de em Cabo Verde não ter ocorrido luta armada, Leitão da Graça (2004, p.84) ilustra assim o descontentamento e a ambição pela liberdade: “a população cabo-verdiana que aspira à independência política como único meio para o progresso económico do país, manifesta ódio crescente à soldadesca e à Pide que reprimem tais aspirações em nome da soberania espoliadora e sanguinária do Estado colonial-fascista”.

De acordo com Lopes (2002), existiam alguns colaboradores do PAIGC em Cabo Verde que, nos finais dos anos 60, tinham vontade de fazer também ali a luta armada. No entanto, o partido não concordava. Hoje, Manuel Rodrigues²³, um destes colaboradores reconhece que teria sido inviável, uma vez que o arquipélago passava por uma seca severa.

“Por isso, com o desembarque das nossas forças [PAIGC], ou púnhamos os portugueses a correr daqui em dois tempos e, mesmo assim, seríamos depois cercados e morreríamos de fome, ou então acontecia o contrário: o próprio povo chacinaria em dois tempos os dirigentes da luta da luta armada em Cabo Verde, antes que ele próprio morresse de fome” (Lopes, 2002, p.229)

²¹ A luta de guerrilha foi baseada nas ocorridas no Vietname e em Cuba, com este último, os países do Leste Europeu como a Checoslováquia, a Jugoslávia; a China, a República Democrática Alemã, Marrocos e a Argélia a apoiarem esta luta não só através do fornecimento de material bélico como também dando formação militar nos seus países.

²² Discurso de Amílcar Cabral, em 15 de outubro de 1972, aquando do recebimento do grau de Doutor Honoris Causa na Universidade de Lincoln.

²³ Entrevista concedida a 08 de junho de 1995, em Praia, Cabo Verde a José Vicente Lopes.

Estes anseios não escapavam ao Governo português que enviou também para esta colónia alguns militares de forma a controlar quaisquer ataques. A presença da força armada portuguesa aumentou ainda mais a hostilidade do povo cabo-verdiano, nomeadamente entre a camada juvenil. Contudo, o partido tinha inúmeras fragilidades no arquipélago, ocorrendo até desentendimentos entre os militares. Estas fragilidades foram notadas com maior intensidade quando foram presos alguns dos quadros do partido em Cabo Verde pela PIDE.

Mesmo com o assassinato de Amílcar Cabral em 1973 pelos seus pares, devido a divergências no seio do partido²⁴, a luta pela autodeterminação avançou de forma positiva, levando até, ainda no mesmo ano, à eleição de uma Assembleia Nacional Popular (ANP) nas regiões libertadas, que seriam dois terços do território. Esta Assembleia declarou a independência unilateral da Guiné-Bissau, que foi reconhecida por cerca de 80 países e pela ONU em Outubro desse ano.

Esta proclamação da independência veio contribuir para o isolamento ainda maior do Governo português, que recusava as propostas de mediação, perante a comunidade internacional. A acrescentar a isso houve, a partir de 1973, um incremento bélico do PAIGC, perdendo os militares portugueses a supremacia aérea.

O facto de a Guiné-Bissau ter sido reconhecida pela comunidade internacional como Estado independente e Cabo Verde não tomar o mesmo rumo esteve relacionado com “um estatuto distinto”, resultado de “uma dinâmica distinta [...] da acção do partido em cada um dos dois territórios.” Enquanto na Guiné-Bissau já havia sido criado “um Estado e uma Assembleia Nacional Popular livremente constituída”, que possibilitou a proclamação da existência desse Estado, em Cabo Verde “a luta encontra-se ainda no plano de acção política clandestina.” (PAIGCb, 1974, p.49)

Porém, a unidade do partido e o seu objetivo binacional não se perdeu, pelo contrário, “ o P.A.I.G.C. prossegue, alarga e desenvolve a sua acção vitoriosa contra os colonialistas portugueses.” E saiu reforçada com a ideia de não haver diferenças entre guineenses e cabo-verdianos, “tratando-se de um só, de um mesmo povo que, circunstâncias históricas, fora e além da sua vontade, obrigaram a viver, em geral, em dois territórios distantes um do outro.” (PAIGCa, 1974, p.146)

Aliás, segundo Pereira (2003), de forma a pressionar a resolução do diferendo entre o Governo português e os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, a 6 de abril de 1974 o PAIGC apresentou um conjunto de propostas, sendo elas: o estabelecimento de um novo

²⁴ Segundo Pereira (2003), Amílcar Cabral foi vítima de uma conspiração de guineenses, elementos do partido, que cometeram o crime por ressentimentos pessoais e ambição e com o apoio da PIDE, que pretendia fomentar a divisão no partido.

tipo de relações, baseadas no princípio da igualdade; a disponibilidade imediata para dar início às negociações com ou sem cessar-fogo; o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e independência de Cabo Verde e o reconhecimento desse mesmo direito aos povos das outras colónias portuguesas. Estas propostas foram consideradas pouco relevantes pelo Governo português.

De notar o papel do Movimento das Forças Armadas (MFA), principal responsável pelo golpe militar que pôs fim ao regime português, e que surgiu, essencialmente, devido à guerra colonial, pela contestação dos três ramos das forças armadas em continuar numa luta que apenas fazia sentido para o regime. O MFA estava totalmente contra a política colonial praticada por Portugal, sendo na Guiné-Bissau que o movimento se mostrava mais bem organizado.

A 25 de Abril de 1974, o Governador da Guiné, Bettencourt Rodrigues, foi preso, ficando o Governo provisório sobre a alçada do MFA, o que, segundo Lopes (2002, p.353) foi um “importante factor de pressão sobre Lisboa, no sentido de ser assinado, o mais depressa possível, o cessar-fogo com o PAIGC”, e, conseqüentemente, a desmobilização das tropas portuguesas.

Importa, aqui, fazer um reparo em relação ao papel do General António de Spínola na guerra colonial na Guiné-Bissau. O General era um estratega com experiência em teatros de guerra e a sua abordagem quando chegou à Guiné-Bissau e foi nomeado Governador militar era de respeito pelas etnias e individualidades dos guineenses e rapidamente percebeu que não deveria manter a luta armada nesta colónia, defendendo que a solução para a guerra deveria ser política. Disse Spínola (1974, pp.41-42): “haverá de reconhecer que o caminho próspero de sobrevivência da Nação passa necessariamente pelo rápido restabelecimento da paz [...] o que se não conseguirá senão pela via das soluções políticas.”

Após a queda do regime, como Presidente da República nomeado pela Junta de Salvação Nacional, defendeu referendar a necessidade de independência afirmando que “ não haverá que rejeitar a consulta à vontade dos povos que se acolhem sob a Bandeira das Quinas, porque é no respeito dessa vontade que terá de residir a indestrutível força da nossa nação” (Spínola, 1974, p.57) porque “tudo indica que, pelo menos a maioria absoluta dos nossos africanos, escolheria a permanência num contexto português” (Spínola, 1974, p.149). Além disso, sugeriu a administração das colónias como regiões autónomas, “pela criação de um sentimento que una, de facto, os vários grupos humanos constitutivos da Nação que queremos ser e os torne aptos a conscientemente permanecerem portugueses”, promovendo:

“a autodeterminação das populações pela sua integração na República Portuguesa, o que, não sendo fácil no quadro atual, o será todavia num quadro diferente. Sê-lo-á quando essas populações se sentirem em pleno pé de igualdade; quando puderem dar expressão às suas instituições tradicionais, fazendo-as evoluir dentro de um contexto português; quando puderem, de facto, votar as leis aplicáveis às suas comunidades; quando puderem eleger sem restrições os seus representantes; quando constituírem livremente as suas próprias autarquias; quando os seus governantes puderem ser produto das instituições locais democraticamente constituídas; quando, enfim, sentindo-se livres para optar, puderem igualmente compreender que é na adesão a uma comunidade lusíada que está a caminho do seu progresso, do seu bem-estar e da sua verdadeira independência, face ao neo-colonialismo que avassala os seus vizinhos africanos.” (Spínola, 1974, p.148)

Em suma, para Spínola, deveria adotar-se uma constituição federal com “igualdade de direitos” e “todos os territórios ultramarinos deveriam receber o mesmo grau de descentralização de poderes, governo próprio, individualidade jurídica e plena autonomia administrativa e financeira.” (Spínola, 1974, p.152)

Contudo, esta tese federalista, para além de ser rejeitada pelos movimentos nacionalistas, não era aceite pela maioria dos partidos políticos que então surgiam em Portugal, nem pelo MFA, pois ambos defendiam a independência das colónias. A acrescentar a isso, o país era pressionado pela comunidade internacional a reconhecer a independência das suas colónias, nomeadamente pela ONU e pela OUA.

Assim, 26 de julho de 1974, foi promulgada a Lei Constitucional nº 7/74 (ver Anexo 1) que reconhecia o direito à independência e dava início ao processo de transição do Poder. Com esta promulgação, poderia parecer que o general Spínola demonstrava que desistia da ideia de um Portugal com regiões autónomas africanas, apaziguando assim tanto as relações políticas internas como externas. Não era o caso e, pouco tempo depois, abandonou o cargo, uma vez que não se revia nos passos que estavam a ser dados.

Salienta Lopes (2002) que após a saída de Spínola, o general Francisco Costa Gomes assumiu o seu lugar e no discurso que fez na Assembleia Geral da ONU a 17 de outubro de 1974, em Nova Iorque, assegurou que o processo de descolonização português decorreria no sentido da autodeterminação e independência com uma solução adequada às necessidades de cada novo Estado.

2.1.3 A Transição de Poder

Apesar de a independência da Guiné-Bissau já ser reconhecida pela ONU e por muitos países desde 1973, só em Agosto de 1974, após a queda do governo de Marcelo Caetano em Portugal, Mário Soares e Pedro Pires, representantes respetivamente do Governo português e do PAIGC, assinaram um acordo de autodeterminação, conforme afirma Évora (2004).

As negociações não foram fáceis porque o PAIGC defendia a independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, enquanto Portugal queria separar os dois processos, situação que viria a acontecer.

Dado que não tinha havido luta armada em Cabo Verde, Portugal encontrava-se num impasse para negociar a libertação do arquipélago, uma vez que existiam várias vias possíveis para esta negociação, todas elas defendidas por quadros portugueses importantes.

De acordo com Pinto (2005), a hipótese mais forte, e que veio a ser a tomada, era negociar com o PAIGC e concordar com a união entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Porém, existia ainda a possibilidade de recorrer a um referendo para dar voz à população sobre o desejo de independência ou a manutenção de uma ligação a Portugal e uma terceira via que era a negociação da independência com os partidos que estavam a surgir no arquipélago.

Assim, por um lado, o Governo português tentou promover um referendo na colónia, via defendida não só por Spínola e seus apoiantes, como também por alguns cabo-verdianos que consideravam ser mais benéfico o arquipélago ser mantido como uma região portuguesa. Além disso, existiam ainda rumores de que alguns cabo-verdianos receavam que a Guiné-Bissau disponibilizasse o seu território para a instalação de uma base da URSS, o que desagrava à comunidade cabo-verdiana.

Este referendo pretendia saber se a população efetivamente desejava a independência, uma vez que existia entre a população uma franja que não se identificava com o continente africano, pois considerava que os seus usos e costumes não eram africanos e a sua história não era africana, mas sim o resultado de uma mistura entre portugueses e africanos. A acrescentar a isso, tinham receio da fragilidade económica que adviria da independência, pois, devido às consequências imprevisíveis do clima do território, as atividades económicas primárias eram inconstantes.

Este desejo foi negado à partida pelo PAIGC que alegava ser apenas para Portugal ganhar tempo e evitar a independência.

Por outro lado, havia quem defendesse a independência de Cabo Verde mediante a negociação com os partidos que surgiam no arquipélago, como a União Democrática Cabo-verdiana (UDC) – que não defendia a independência e pretendia manter a ligação a Portugal – e a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) – que defendia a independência, mas sem a união com a Guiné-Bissau. A Spínola agradava a ideia do surgimento destes partidos, pois se o primeiro defendia a sua solução federal, o segundo representava a voz radical, opositora ao PAIGC.

Esta preferência era tão nítida que Spínola promovia a sua propaganda, permitindo a sua difusão pelas rádios, ao mesmo tempo que tentava impedir a deslocalização de quadros do PAIGC para Cabo Verde, pois Portugal não concordava em negociar com apenas um partido com receio de comprometer a democracia no território.

Esta hipótese era defendida não só por alguns portugueses, como também por um grande número de cabo-verdianos, pois contrariamente ao que o PAIGC fazia crer, existiam poucos apoiantes do partido no território e apenas um número reduzido de cabo-verdianos se identificava com o partido. Mesmo a comunidade emigrante cabo-verdiana mostrava-se favorável a esta possibilidade, opondo-se fortemente à implantação do PAIGC no arquipélago.

Aliás, hoje Pedro Pires²⁵ reconhece que em Cabo Verde “havia uma implantação [...] não muito forte ou grande, mas a suficiente para, ao momento do 25 de Abril, haver uma grande movimentação a favor do PAIGC.” (Lopes, 2002, p.374)

Contudo, a UDC não teve grande influência, limitando-se a fazer alguma campanha política ao nível da imprensa. Salienta Lopes (2002, p.331) que “a sua hipótese de se afirmar era frágil, até porque o PAIGC propagava que era um partido neocolonialista, a soldo de endinheirados da terra e dos saudosos, em Portugal, do colonialismo.”

Uma das vozes da oposição, Leitão da Graça (2004) líder do UPICV, mostrava-se contra o princípio de unidade entre os dois países, dado que considerava que era uma decisão unilateral – decidida pelos deputados guineenses antes da proclamação da independência de Cabo Verde, sem a consulta do povo - que negava o direito à autodeterminação do povo cabo-verdiano. Do seu ponto de vista, a política do PAIGC visava anexar o arquipélago à Guiné-Bissau, situação que violava as normas do Direito Internacional.

O mesmo autor refutava a justificação de que eram um mesmo povo, uma vez que Cabo Verde era fruto da miscigenação entre colonizadores e escravos vindos de várias partes de África e possuía um modo de vida, uma estrutura social e uma cultura próprias e diferentes da Guiné-Bissau.

Contudo, os novos partidos não tinham uma base sólida e, por repressão e forte afirmação do PAIGC, saíram do panorama político ainda antes do fim das negociações com Portugal.

Sobre esta questão defende Pereira (2003, p.272) que o “PAIGC teve de privilegiar uma larga acção de consciencialização dos Cabo-Verdianos em geral, através da reactivação, reorganização e adaptação das estruturas clandestinas à nova fase que se

²⁵ Entrevista concedida a 18/04/1995, em Praia, Cabo Verde a José Vicente Lopes. In Lopes, 2002

impunha, como também no sentido de desencorajar a acção antipatriótica dos «partidos» concorrentes.”

Desta forma, ainda que não fosse consensual por parte dos cabo-verdianos, a via da negociação da independência com o PAIGC foi a que seguiu em frente.

Importa, aqui, evidenciar que, embora não fosse do agrado dos portugueses, segundo afirma Pedro Pires²⁶, o PAIGC tinha sido reconhecido como a única força política, tanto pela OUA como pela ONU como representante legítimo do povo de Cabo Verde. Para além disso, os representantes do MFA em Cabo Verde faziam uma forte pressão no sentido de dar início à transição de poder, a fim de resolver a situação com a maior brevidade possível.

Salienta Lopes (2002) que o apoio do MFA ao PAIGC se deveu ao carácter marxista-leninista da parte do movimento que se encontrava em Cabo Verde, que defendia este partido como tendo o apoio da população em detrimento dos outros partidos que, segundo o MFA, não tinham significância.

Esta solução ganhou ainda mais força com o afastamento de Spínola, facto que permitiu que o PAIGC alargasse a sua rede de apoiantes em Cabo Verde.

Voltando ao referendo, os argumentos não foram aceites pelo PAIGC e como fracassou a intenção de criar uma terceira via, após vários recuos e inúmeras negociações, foi assinado o acordo de independência, a 19 de Dezembro de 1974, em Lisboa, no qual Portugal se comprometia a conceder a independência total num prazo de seis meses.

Neste acordo, para além de ter ficado definida a independência de Cabo Verde, foi nomeado um Governo de Transição, promulgado no decreto nº 754/74, com metade dos ministros nomeada por Lisboa e outra metade pelo PAIGC. Esse Governo de Transição, conforme refere Évora (2004), tinha por objetivo principal elaborar a legislação para realizar o recenseamento eleitoral no arquipélago para eleger, por sufrágio direto e universal, uma Assembleia Constituinte que, num prazo de 90 dias, deveria aprovar a primeira Constituição do Estado de Cabo Verde e declarar a sua independência, como veio a acontecer a 5 de julho de 1975.

Para além disso, esse Governo deveria criar condições para fazer nascer uma sociedade democrática, com liberdade de expressão e, reforça Nascimento (2004, p.2), “numa base de absoluta igualdade de oportunidades e de tratamento, no respeito pela vontade da maioria das populações interessadas, emanação da ideia matriz do processo de descolonização.”

²⁶ Idem, p.362

Lopes (2002) chama a atenção para o facto do Governo de Transição ter tomado posse numa altura política, material e financeira, particularmente difícil, tanto em Cabo Verde como em Portugal.

Na realidade, em Cabo Verde a opinião acerca da descolonização não era unânime e, para além disso, a situação económica era crítica, pois o arquipélago não tinha fontes próprias de recursos, atravessava um período prolongado de seca extrema, com os «stocks» alimentares a atingirem os limites. Sem dinheiro para o reabastecimento e a indústria praticamente falida, Cabo Verde dependia apenas dos subsídios vindos de Portugal, que também atravessava uma profunda crise económica, e aguardava as verbas disponibilizadas pela ONU.

Havia, ainda, um certo receio por parte da população tanto pela independência como pela unificação com a Guiné-Bissau, e o Governo de Transição dava tempo para haver um ajustamento político-administrativo e preparar a nova etapa.

Segundo o Decreto-Lei nº 203-A/75 pretendiam-se umas eleições livres e sérias e foi definido que seria uma votação por lista, com a mais votada a ser a vencedora.

O direito ao voto seria consagrado a todos os naturais residentes em Cabo Verde maiores de 17 anos e aos emigrantes cabo-verdianos com vínculo à terra natal, por meio do voto postal, ambos desde que com capacidade eleitoral (cf. art. 3º).

O sistema eleitoral seria organizado em círculos eleitorais, por divisão do território cabo-verdiano definida pelo Governo de Transição, que determinaria também a respetiva denominação ou o critério que levaria à definição (cf. art. 35º). E em cada círculo eleitoral seria eleito um deputado por cada 3000 eleitores inscritos ou resto superior a 1500, com pelo menos dois deputados para cada círculo (cf. art. 36º).

O Governo de Transição tinha, também, como função apurar o número de eleitores inscritos e anunciar o número total de deputados e a sua distribuição pelos círculos.

O Governo de Transição nomearia a Comissão Eleitoral de Cabo Verde com responsabilidade para coordenar o trabalho das comissões de recenseamento, receber e avaliar as propostas de candidatura, supervisionar as eleições e anunciar os candidatos eleitos (cf. artigos 42º e 45º).

No entanto, não pode ser esquecido que, nessa altura, em Cabo Verde só havia um partido, o PAIGC e, como tal, a única lista que disputou as eleições da Assembleia Constituinte a 4 de julho de 1975 foi organizado pelo PAIGC.

Mesmo assim, o ato contou com uma adesão bastante elevada, o que refletiu o desejo de independência dos cabo-verdianos. Segundo Évora (2004, p.68), “ o partido [PAIGC] simbolizava a luta pelo fim do regime colonial, dada a luta armada e diplomática que fez” e o início de um regime de independência política.

De acordo com dados oficiais²⁷, 86,7% dos cidadãos recenseados – 105.503 – participaram no ato eleitoral, com 95,6% a votarem a favor da única lista apresentada. Segundo Lopes (2002), esta votação representou uma grande vitória para o PAIGC e também um grande alívio para Portugal, por ser considerado um êxito a nível diplomático.

O PAIGC, assumindo ser a força política que governaria o país a partir desta fase de transição, elaborou o programa do governo, elegendo a indústria²⁸ como grande aposta, a fim de contornar a problemática da dependência que a agricultura tinha do clima.

De forma a garantir a sustentabilidade após a independência, neste período de transição, os principais dirigentes viajaram por vários países em busca de apoios e acordos de cooperação.

2.1.4 Independência

Se o ato de centrar a força num único partido foi um dos principais motivos de sucesso da luta armada, no que concerne à atribuição de postos governamentais esta centralização provocou várias discussões.

Lopes (2002) denota que após a morte de Amílcar Cabral, a ala cabo-verdiana do partido perdeu alguma confiança nos guineenses e não queriam ter uma Constituição igual à da Guiné-Bissau nem ter um Conselho de Estado com comissários e subcomissários. Defendiam a sua própria Constituição e um Governo, com ministros e secretários de Estado, para a República de Cabo Verde, ou seja, queriam construir a sua própria identidade, independente da Guiné-Bissau.

Havia também que definir as divisões de poderes e reorganizar o próprio partido, o que aconteceu a 25 e 26 de junho com a reunião do Conselho Superior de Luta do PAIGC. A escolha de Aristides Pereira para Presidente da República de Cabo Verde teve como maior defensor Luís Cabral²⁹, que acreditava que, como o partido não tinha em Cabo Verde a força que tinha na Guiné-Bissau, “era preciso dar-lhe força, fazendo do Secretário-Geral o Presidente da República.” (Lopes, 2002, p.421)

A proposta da ala cabo-verdiana era que deveria haver um Presidente da República para a Guiné-Bissau e outro para Cabo Verde, com Pedro Pires a ocupar o cargo no

²⁷ In *African Official Database*

²⁸ Destaca-se “ainda a refinaria de petróleo, a petroquímica, as docas para limpeza e reparação de barcos, a pesca, o cimento, a cal, a cerâmica e os cortumes como sectores de actividade económica a desenvolver.” (Lopes, 2002, p.418)

²⁹ Entrevista concedida a 26/05/1995, em Lisboa, Portugal a José Vicente Lopes. In Lopes, 2002, p.421

arquipélago e Aristides Pereira a manter o cargo de Secretário-Geral do PAIGC, de forma a tomar funções de coordenador binacional.

Contudo, após algum debate, acabou por ficar definido que Aristides Pereira, que tinha uma posição neutra nesta discussão, ocuparia o mais alto cargo em Cabo Verde acumulando funções de Secretário-Geral do partido.

Mesmo com estas divergências foi cumprido o protocolo de Lisboa e, conforme foi dito no ponto anterior, após o recenseamento eleitoral, a 30 de Junho de 1975 foi realizada a votação para os 56 deputados à Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde.

Após o apuramento, esta reuniu-se para eleger a mesa da presidência, elaborar o texto da proclamação da independência e a Lei da Organização Política do Estado (LOPE) e escolher o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro.

Desta forma, Abílio Duarte foi aclamado Presidente da Assembleia, Aristides Pereira, Secretário-geral do PAIGC, foi nomeado Presidente da República e Pedro Pires Primeiro-Ministro.

A partir de 5 de julho de 1975 Cabo Verde era um país livre e o Conselho Superior de Luta do PAIGC no seu primeiro *Boletim* autoproclamou-se o guia do povo cabo-verdiano.

O primeiro Governo tomou posse a 17 de julho e era constituído por 11 ministérios, distribuídos por 11 elementos do partido. Assim para Abílio Duarte ficou a pasta dos Negócios Estrangeiros e para Corsino Tolentino a sua Secretaria de Estado; Silvino da Luz tomou conta da pasta da Defesa, Segurança e Ordem Pública; Carlos Reis ocupou-se da Educação, Cultura, Juventude e Desportos; para Osvaldo Lopes da Silva ficou a Economia; a Amaro da Luz foi entregue o Ministério das Finanças; Sérgio Centeio ficou a superentender na Agricultura e Águas enquanto Manuel Faustino ficou encarregue da Saúde e Assuntos Sociais, Herculano Vieira dos Transportes e Telecomunicações e Silvino Lima das Obras Públicas. Finalmente, David Hopffer Almada ficou com o Ministério da Justiça.

O sistema de governo assumido foi parlamentar, onde tanto o Presidente da República como o Primeiro-ministro – chefe do Executivo - eram responsáveis perante a Assembleia Nacional Popular e o Poder Legislativo era definido como o poder supremo na estruturação dos interesses do povo cabo-verdiano. (Évora, 2009)

Quanto à LOPE, deveria ter um carácter provisório até à aprovação da Constituição definitiva de Cabo Verde num prazo de 90 dias, na qual constariam os fundamentos e objetivos do Estado, as liberdades, direitos e deveres dos cidadãos e a organização política e judicial. Porém, esse prazo que não foi cumprido, como se verá no capítulo seguinte.

Posteriormente foi também constituído o Conselho da Unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, com o objetivo de criar a Constituição da Associação dos dois Estados,

mantendo a ideia de unidade entre os dois países, através de um partido binacional. No entanto, a existência da mesma força política dirigente do Estados de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, foi um facto pouco consensual, tanto entre os dirigentes como entre população, conforme também se verá no próximo capítulo.

Ainda de registar que o Governo da República de Cabo Verde, no seu *Boletim Oficial* nº 16, publicou a lei nº4/75 de 19 de abril, na qual figuravam os símbolos que individualizavam o Estado soberano: a Bandeira, as Armas e o Hino.

Após a independência, deveria passar-se para a última fase do processo, ou seja, a consolidação nacional. Porém, como a Nação tinha precedido o Estado, tal passo não se revelou necessário, embora haja um aspeto que se prende com a construção do projeto coletivo, a abertura política e o início do regime democrático, conforme se pode verificar no capítulo 4.

Capítulo 3: A Fase do Partido Único

No capítulo anterior, percebeu-se que o nascimento do PAIGC tinha como objetivo a luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e a união política dos dois países.

Conquistada a independência, ainda que em momentos separados, o partido iniciou a sua liderança binacional, com Chefes de Estado diferentes, mas com a mesma ideologia e idêntico sistema político.

Desta forma, em Cabo Verde, os dirigentes do partido adotaram um regime monopartidário e autoritário, com o domínio total por parte do PAIGC de todas as atividades económicas e sociais do arquipélago.

Segundo define Fernandes (1995, p.149) o regime monopartidário, caracteriza-se por não consentir “a circulação da sede do Poder nem a alternância ideológica, o que estabiliza facilmente a forma e encaminha o Estado para o autoritário ou totalitário”, o que veio a acontecer com Cabo Verde.

Havia, ainda, o princípio da unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, idealizado por Amílcar Cabral, que o considerava vantajoso para ambos. Esta unidade foi planificada de forma a existir um Conselho de Unidade, sendo as Assembleias Nacionais de cada país os órgãos supremos do Poder Legislativo responsáveis pela nomeação dos respetivos Governos.

Aristides Pereira (2003, p.103) defende que a união entre os dois países foi a melhor decisão, dada a conjuntura em que se encontravam, levantando a seguinte questão: “A Guiné e Cabo Verde – dois países pequenos e pobres, com fraca densidade demográfica – em que ficariam a perder seguindo uma via de unificação, a estudar e a realizar-se em moldes aceites pelas duas partes?”

O mesmo autor relembra que a ideia da unificação de Amílcar Cabral não pretendia ser uma imposição, antes deveria resultar de uma consulta à população, situação que nunca aconteceu. No entanto, os princípios de Cabral defendiam que, apesar do respeito pelas diferenças culturais, era importante “considerar os ganhos” da unidade e “a sua concretização de forma racional e controlada poderia trazer aos dois países [...] mais expressão do que cada um dos países isolado.” Assim, dado que havia um objetivo comum, o esforço conjunto teria melhores resultados, o que, como se verá, não se veio a verificar.

Na verdade, como assinala Fernandes (2007), várias circunstâncias, entre as quais o intervalo de tempo entre a independência de um e de outro país, fizeram com que esta unidade na prática não funcionasse. De tal forma que o Conselho de Unidade, criado em Janeiro de 1977, não teve consequências práticas. A Constituição da Guiné-Bissau, redigida

em Setembro de 1973, apenas fazia uma referência a Cabo Verde no artigo 20³⁰ e só com a aprovação da Constituição da República de Cabo Verde, em 1980,³¹ é que este facto foi corrigido.

Este foi o último ato político em prol da unidade, dado que no mesmo ano ocorreu um golpe de estado na Guiné-Bissau que depôs o Governo liderado por Luís Cabral e rompeu com o conceito de unidade, conforme se verá de seguida.

Esta rutura levou ao nascimento de um novo partido, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que, tendo características ideológicas semelhantes ao PAIGC, não tinha qualquer relação com a Guiné-Bissau.

3.1 O Período do Domínio do PAIGC

Para se entender a razão de o PAIGC ser tão dominante nos territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde é necessário iniciar este capítulo com um pequeno resumo da formação do partido.

Como se viu anteriormente, a PAIGC foi criado em 1956, por nacionalistas guineenses e cabo-verdianos, com os objetivos de libertar os dois povos do colonialismo português e unir as duas nações.

Salienta Pinto (2005) que, a adesão ao marxismo político por parte do PAIGC – entre outros movimentos nacionalistas africanos – deveu-se à conjuntura internacional do momento em que foi criado.

Na realidade, da II Guerra Mundial resultou a política de blocos, liderada pela URSS a leste e os EUA a ocidente, e cada bloco tentava aumentar a sua zona de influência. Ora, uma das formas de alastrar esta influência era apoiar os territórios africanos que começavam a reivindicar a sua independência relativamente aos colonizadores, os países europeus.

³⁰ Artigo 20: “O originário do Arquipélago de Cabo Verde goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres que o cidadão do Estado da Guiné-Bissau, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como tal.” (Fernandes, 2007, p.63)

³¹ O artigo 18º, no ponto 3 da Constituição referia que as FARP eram “uma instituição da Unidade dos Povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau e a sua organização deverá ser progressivamente articulada [...] e no artigo 22 dizia que era “vocação histórica do Povo de Cabo Verde (...) criar com o Povo da Guiné-Bissau uma união orgânica, livre e voluntária [...]” e essa união seria “democraticamente decidida pelos representantes legítimos, eleitos dos dois Povos e sujeita a referendo popular.”

No artigo 23º fazia ainda referência ao fortalecimento de relações de cooperação com base na estratégia socioeconómica, com vista ao desenvolvimento e, no artigo 24º, eram referidas a criação de estruturas interestatais de cooperação e coordenação e a elaboração de estruturas supranacionais de integração, com a finalidade de assegurarem o progresso e a justiça social para os dois povos.

A opção pelo modelo político soviético em detrimento do norte-americano deveu-se, por um lado, ao contacto em Portugal, de forma clandestina, dos estudantes africanos que formaram os movimentos nacionalistas com a ideologia marxista, e, por outro lado, à necessidade dos EUA manterem a sua neutralidade em relação à política colonial portuguesa, de forma a poderem continuar a usufruir da utilização da Base das Lages.

Desta forma, o bloco de Leste ganhou vantagem política, que culminou na formação militar e no apoio logístico, desde o início da guerra colonial. Vantagem que os EUA não puderam contrapor, não só devido à relação estratégica que havia com Portugal, como também pela oposição da opinião pública norte-americana, bastante fragilizada com a guerra do Vietname.

Toda esta conjuntura levou o PAIGC a optar pela parte de onde lhe vinha mais apoio, o regime soviético, que lhe serviria de suporte para a tão desejada independência e de ponte para a instauração de um partido único, defendido por este modelo.

No que respeita à organização dos seus quadros, segundo Fernandes (2007), ainda em 1973, no Congresso do partido em Boé, na Guiné-Bissau, foram criados dois órgãos superiores do partido: o Conselho Superior de Luta (CSL)³², com um total de 85 membros, responsável máximo do PAIGC entre dois Congressos, e o Comité Executivo de Luta (CEL)³³, constituído por 24 membros, que respondia perante o CSL e tinha como funções aplicar a ideologia do partido, cumprir o seu programa, dirigir todas as atividades e promover as relações externas do partido.

Estes organismos serviram de base para os seus membros formarem toda a estrutura política e administrativa dos dois Estados, fomentando a ideia de aliança entre o partido e os Estados.

Após a proclamação da independência, o primeiro objetivo do partido estava concluído, faltava construir a unidade entre os dois países.

No entanto, Cabo Verde enfrentava graves dificuldades económicas. A prioridade era construir o novo País em todos os domínios e a situação socioeconómica era precária. Não existiam infraestruturas nos vários domínios, particularmente nos setores produtivos, como a indústria, a agricultura e a pesca.

Este facto foi corroborado por Lopes Filho (1996), ao referir que as principais preocupações estavam relacionadas com a capacidade de organização nos âmbitos da

³² De Cabo Verde, o CSL era constituído por: Aristides Pereira, Abílio Duarte, Carlos Reis, Herculano Vieira, Honório Chantre, Joaquim Silva, José Araújo, Júlio de Carvalho, Manuel Santos, Olívio Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Pedro Pires e Silvino da Luz. (Fernandes, 2007)

³³ Os cabo-verdianos que compunham o CEL eram: Aristides Pereira, Pedro Pires, José Araújo, Abílio Duarte e António Chantre. (Fernandes, 2007)

produção agrícola - para não depender da ajuda alimentar externa -, da saúde, da educação e da criação de riqueza e de emprego.

Para atenuar esta precariedade, o Governo teve necessidade de recorrer à Comunidade Internacional para colmatar as dificuldades básicas, de forma a haver um suporte para dar início às reformas, principalmente, à reforma agrária.

Lopes (2002) chama a atenção para o facto de o Governo cabo-verdiano, após a independência, insistir na investida diplomática, no sentido de fomentar relações externas e de cooperação. O objetivo era criar ligações com todos os países do Mundo, independentemente do sistema político, por forma a conseguir o maior apoio possível para o seu desenvolvimento, tornando-se, assim, o país afro-lusófono com a política externa mais independente, mesmo tendo a sua política baseada no marxismo.

No III Congresso do PAIGC, realizado em Bissau em Novembro de 1977, o partido foi definido como “um movimento de libertação no poder, a quem cabe actuar como força dirigente na construção de uma sociedade livre e próspera.” (Comissão do V Aniversário da Independência de Cabo Verde, 1980, p.27)

A ideia da unidade não estava esquecida e nesse congresso foi renovada a sua estratégia, promovendo-se o desenvolvimento complementar e convergente e a coordenação das estruturas de poder dos dois Países, mas as medidas concretas eram difíceis de concretizar, não só por dificuldade em chegar a acordo, mas também pela precariedade dos dois países.

O PAIGC era também caracterizado pelos seus dirigentes como “um partido democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista” (PAIGCa, 1974, p.147)

Cabo Verde, era definido como “um Estado de democracia nacional revolucionária, baseada na unidade nacional e na participação popular e orientada para a construção duma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.” (Comissão do V Aniversário da Independência de Cabo Verde, 1980, p.28)

Contudo, segundo Lopes Filho (1996, p.341), o sistema de governação do Estado de Cabo Verde revelava-se “um instrumento ao serviço do partido”, ou seja, a “unicidade do partido” modelava todo o aparelho estatal, de forma que se baseava na ideia de que “o partido decide, a Assembleia [Nacional Popular] ratifica e dá força legal às decisões do primeiro e o Governo executa sob a fiscalização do PAIGC.”

Desta forma, o Estado de Cabo Verde, no momento em que nasceu, apresentava um regime monopartidário e, conseqüentemente, autoritário, dado que o exercício do Poder era exclusivo do PAIGC que facilmente se confundia com o Estado.

Importa, aqui, chamar a atenção para a particularidade da permanência da LOPE como base orientadora da organização jurídico-política da administração do país, situação

que se manteve até à promulgação da Constituição pela Assembleia Constituinte, ato que só viria a acontecer em 1980.

No artigo 1º esta lei assumia assim o seu carácter marxista: “A soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligados ao Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente da sociedade.”

Todavia, conforme relembra Évora (2004), o que foi acordado com o Governo português foi que a LOPE seria uma lei transitória, com um prazo de 90 dias, até à elaboração da Constituição da República de Cabo Verde. Este prazo não foi cumprido, ficando em vigor de 5 de Julho de 1975 a 5 de Setembro de 1980, altura em que foi aprovada, por unanimidade, a primeira Constituição do país. Sendo assim, é de notar que, para além do incumprimento do acordo estabelecido com o Governo português, durante cinco anos foram publicadas leis sem qualquer possibilidade de se verificar a sua constitucionalidade.

De acordo com esta autora, mesmo após a aprovação da Constituição em 1980, as características do regime continuou a ser reconhecido como regime monopartidário. Para além do carácter profundamente ideológico da Constituição, no seu artigo 4º estava expresso que o PAIGC era a única força “política dirigente da sociedade e do Estado”, tendo como missão histórica “estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado” e “definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização.”

Entre os órgãos do poder encontrava-se a ANP, que representava o Órgão Supremo do Poder do Estado, era presidida por Abílio Duarte e tinha como funções decidir sobre as questões fundamentais da política interna e externa e organizar e controlar a aplicação das orientações políticas, económicas, sociais e culturais definidas pelo PAIGC (art.50º).

Outro órgão era o Presidente da República, na altura Aristides Pereira, que, para além de ser Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas, representava a República de Cabo Verde (art.69º).

O terceiro órgão do Estado era o Governo, órgão executivo e administrativo supremo, que dirigia a política do país, de acordo com as orientações gerais determinadas pela ANP (art.77º). Era composto por um Primeiro-Ministro, nessa conjuntura Pedro Pires, e pelos Ministros e Secretários de Estado (art.78º).

Por fim, existiam os Tribunais, órgãos responsáveis pelas questões judiciais e totalmente independentes dos outros órgãos de Poder na execução das suas funções (arts.

88º e 91º). Esses tribunais eram divididos em Tribunais de Zona, Tribunais Sub-regionais, Tribunais Regionais e Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Supremo.

Neste sistema governativo, os poderes da Assembleia Nacional dependiam das diretrizes do partido, inclusivamente a eleição do Presidente da República e do Primeiro-ministro eram da responsabilidade dos seus membros.

Para além do regime político, a Constituição também estabelecia algumas normas organizacionais no domínio económico, segundo as quais o Estado se considerava “como proprietário exclusivo dos bens naturais e dos serviços” (arts. 9º e 10º, respetivamente), devendo a economia nacional reger-se com base nos “princípios de direcção e planificação estatais e com controlo sobre o comércio externo” (art. 12º). Este controlo incluía a produção industrial, os meios de comunicação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os transportes, ou seja, toda a atividade económica era centralizada e planificada pelo Estado, com a criação de cooperativas e empresas públicas.

Também na área social o Estado criou organizações sociais³⁴ - organizações da juventude e organizações de mulheres -, que serviam para sensibilizar e mobilizar mais pessoas para a máquina do partido.

De realçar que tanto as organizações sociais como as organizações sindicais tinham como princípio a independência orgânica e autonomia. No entanto, estavam sob o controlo do partido.

A influência social do partido era tão forte que existia uma discriminação positiva, no sentido de serem dados alguns benefícios, como a progressão de carreira, por exemplo, a militantes e apoiantes do partido.

O partido controlava ainda a educação – introduzindo a sua ideologia no ensino; a cultura – utilizando a censura como instrumento de controlo; e as forças armadas que, para além da missão de defesa da soberania e integridade territorial, eram consideradas instrumentos político-militares do partido.

O PAIGC estendia, ainda, o seu domínio a outras áreas como a polícia, a magistratura, a burocracia e até aos meios de comunicação social, que serviam para propagandear a sua política e ideologia, uma vez que eram totalmente dominados pelo Estado.

Não admira, por isso, que, segundo Lopes Filho (1996), na prática, o aparelho administrativo apresentasse várias lacunas, nomeadamente, no débil funcionamento dos órgãos municipais e na carência de formação profissional dos quadros das autarquias,

³⁴ Alguns exemplos destas organizações foram a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde (JAAC-CV) e a Organização dos Pioneiros Abel Djassi. (OPAD-CV).

devido à preferência do preenchimento dos postos de trabalho municipais por ligação ao partido e não pelas competências técnicas.

Contudo, conforme evidencia Évora (2004, p.74), “a preocupação do PAIGC/CV era limitar qualquer tipo de oposição e para isso contava com os membros do partido e com a fraca cultura de participação do povo.”

A contestação política tinha de ser clandestina, “porque o regime criou mecanismos eficazes de repressão“, com perseguições, detenções e torturas como formas de intimidação, violando claramente os direitos humanos e a própria Constituição que defendia no artigo 26º “a igualdade de todos os cidadãos perante a lei” e no artigo 34º “o direito à integridade física e moral”, “o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência” e proibia a tortura (Évora, 2004, p.77).

No entanto, a mesma autora defende que comparativamente aos restantes países africanos, o regime autoritário e repressivo cabo-verdiano foi mais moderado, permitindo a existência de algumas organizações independentes do partido, como foram os casos do Instituto de Previdência e Assistência Judiciária, de algumas associações comerciais e da igreja católica.

Facto corroborado, ainda que parcialmente, por Cohen (1991, p.114) para quem “os regimes monopartidários em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram dos mais moderados, talvez por suas peculiaridades étnicas e culturais, e que mesmo sendo repressivos possibilitaram que pequenas contestações fossem feitas.”

Na mesma linha de pensamento, Silveira (2005) salienta que, comparativamente com os casos do partido único do continente, que adotaram um modelo leninista e que tinham de construir uma nação gerindo os valores, crenças e rivalidades de várias etnias, em Cabo Verde existia já uma nação, onde os valores da civilização ocidental estavam perfeitamente integrados na vivência da população crioula.

Para além de ser um regime mais moderado, os seus dirigentes pretendiam distanciar-se dos restantes países africanos acerca do propósito e da legitimidade deste tipo de regime porque, ao contrário daquilo que, na sua ótica, se passava em Cabo Verde, consideravam que o regime monopartidário dos restantes países africanos era apenas justificado pela pretensão de um grupo de pessoas em controlar o Estado e tirar proveitos disso.

Importa, aqui, fazer um reparo sobre a natureza do regime monopartidário na África Lusófona. Pinto (2005) avança três teorias para explicar as suas características comuns: a teoria monopolista, a teoria do Estado comprador e a teoria patrimonialização.

A primeira, de origem marxista, baseava-se nas características do Estado colonizador, porque foi o papel monopolístico do Estado colonial que permitiu a formação da classe política que o substituiu após a independência. (Pinto, 2005)

A segunda, igualmente de inspiração marxista, acusava o Estado de se limitar a comprar bens e serviços e nada acrescentar ao desenvolvimento do país, ou seja, o Estado era apenas comprador.

Finalmente, a teoria da patrimonialização, de origem weberiana, baseia-se na dominação «legal», pois apenas uma pequena elite, que no caso africano foi maioritariamente de origem militar, beneficia da transição de poder e suporta o regime, ao mesmo tempo que continua a sua ascensão social, política e económica.

Talvez atendendo à natureza destes regimes se possa perceber as limitações socioeconómicas a que estes Estados estiveram sujeitos durante tantos anos. No caso particular de Cabo Verde, conforme se verá adiante, foi a abertura política que serviu de alavanca para o progresso económico do país.

Mas, voltando ao regime de partido único em Cabo Verde, existem vários fatores para explicar a sua adoção.

Para alguns autores, a escolha deste sistema deveu-se ao tipo de colonização portuguesa, dado que a elite do partido tinha frequentado o ensino em Portugal porque na fase colonial o sistema de ensino era centralizador e pouco avançado. Um desses autores, Lopes Filho (1996, p.344) refere que o programa do PAIGC no período entre a independência de Cabo Verde e 1980 foi baseado “na experiência portuguesa” e nos países do leste europeu, adotando a ideia de partido único e com uma ideologia marxista-leninista, uma vez que os seus dirigentes tinham recebido apoio e formação marxista no bloco de leste, onde o Partido Comunista era o único partido aceite.

Para outros autores, o partido único era defendido pelos dirigentes do partido, não só como o mais conveniente para garantir a unidade nacional e a coesão social, como também pela circunstância de o PAIGC ter sido o único responsável pela libertação do arquipélago. Assim, os seus representantes tinham o direito e o dever de construir o novo Estado.

Como é evidente, esta posição permitia que os líderes se mantivessem no poder indefinidamente, à semelhança da tradição histórica africana, em que o poder estava centralizado no rei, no régulo ou no soba e na sua corte.

Relativamente ao argumento da coesão social estar em risco devido à multiplicidade étnica e religiosa e como tal necessitar de ser assegurada pelo regime monopartidário, Martins (2009) chama a atenção para o facto de a estrutura étnica dos nativos do arquipélago resultar da miscigenação dos portugueses com escravos vindos da

costa africana, criando, por isso, características raciais, culturais e religiosas próprias, ou seja, as características étnicas, por si só, já constituíam uma estrutura homogénea.

Porém, este monolitismo político era apoiado pela comunidade internacional, nomeadamente pela ONU e pela OUA, que eram da opinião que deveriam ser os movimentos de libertação nacionais, por força de terem assumido o processo de independência, a liderar as novas nações. Ora, em Cabo Verde, o PAIGC era o único partido reconhecido como o representante do povo cabo-verdiano.

3.2 A Cisão com a Guiné-Bissau e o aparecimento do PAICV

No capítulo 2 referiu-se que o PAIGC tinha entre os seus dirigentes várias ideologias políticas, embora o marxismo fosse a predominante e a base do partido. Estas diferenças foram colocadas em segundo plano quando o objetivo da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde era comum.

Porém, segundo Fernandes (2007), o ideal de unidade entre os dois países foi sempre muito discutido em reuniões e conferências. Se a unidade política não passou do papel, surgiram alguns protocolos de cooperação na tentativa de unir institucionalmente os dois países.

Segundo Lopes (2002), foi no conjunto das três Conferências Intergovernamentais e na presença dos respetivos Chefes de Estado que foram tomadas as poucas medidas para desenvolver a unidade. Foi na sequência destas conferências que surgiu, em 1977, a companhia marítima Naguicave, que veio facilitar as trocas comerciais, as importações e as exportações, entre os dois países e entre ambos e o mercado externo, sendo esta a decisão mais preponderante de todas as tomadas para a construção da unidade.

Fernandes (2007) refere que se estabeleceram também formas de cooperação na área dos transportes e comunicações, com ligações aéreas, telefónicas e marítimas; na agropecuária, com programas de complementaridade da produção alimentar; na saúde, com a assinatura de convénios; na educação, com a uniformização do ensino e aposta na formação; e na área dos negócios externos, com a proteção consular de um e de outro quando apenas existisse o consulado de um e com a criação de embaixadas em comum.

Em suma, as medidas tomadas serviam não só para os dois países se complementarem social e economicamente, mas também para fomentar a unidade, objetivo perseguido pelo PAIGC.

No entanto, esta unidade foi sempre muito contestada, tanto no interior do partido como por parte da oposição que existia, ainda que maioritariamente clandestina.

Conforme se viu anteriormente, ainda a independência de Cabo Verde não tinha sido formalizada e já existiam movimentações políticas a oporem-se ao PAIGC, sendo as mais relevantes a UPICV e a UDC. Estas forças políticas acabaram por ser afastadas, tanto por divergências internas como por imposição do PAIGC, que era mais forte e organizado. Ainda assim, as vozes da oposição não cessaram e, aqui e ali, iam surgindo contestações, muitas delas vindas do exterior do país, nomeadamente de Portugal onde estava exilada a maioria dos opositores ao regime.

Apesar disso, a união foi preservada até 1979, altura em que as divergências ideológicas ressurgiram, na denominada «crise dos trotskistas». Esclarece Fernandes (2007) que, os chamados «trotskistas», membros do PAIGC, eram antigos estudantes que tinham atuado apenas de forma clandestina em Portugal. Tinham regressado ao país após o 25 de Abril e eram a face mais contestatária do partido, fazendo oposição no seio do mesmo, chegando a caluniar os membros intervenientes na luta armada.

Foi durante este conflito interno que as opiniões se dividiram em dois polos apostos: um que defendia um regime político mais aberto e pluralista – os trotskistas - e outro conservador, mas com a vantagem de estar numa posição hierárquica superior na direção do partido, e, por conseguinte, na direção do Governo.

Este conservadorismo, acrescido da proibição da criação de outros partidos políticos com outras ideologias, provocou uma desestabilização no interior do partido, ou seja, havia uma “convivência dentro da mesma organização de ideias diferentes e contrárias por não haver alternativas legais para formalizar essas tensões.” (Évora, 2004, p.81)

Sobre este assunto, o ex-trotskista João Carlos Fonseca³⁵ revela que a partir do III Congresso do PAIGC, em 1977, percebeu-se que havia uma discriminação em relação a esta ala do partido, dado que “feito o Congresso” se constatou que “nenhum dos elementos conotados com o trotskismo foi eleito para o CSL.” (Lopes, 2002, p.554).

Foi devido a este conflito e à impossibilidade de eleições para os cargos de dirigentes ou de contestação que muitos militantes foram erradicados ou abandonaram o partido.

Para Manuel Faustino³⁶, considerado o líder deste ramo ideológico, “a ruptura é consequência de todo um processo, que começa em Portugal, antes do 25 de Abril” e

³⁵ Entrevista concedida a 22 de abril de 1995, em Praia, Cabo Verde a José Vicente Lopes.

³⁶ Entrevista concedida a 25 de abril de 1995, em Praia, Cabo Verde a José Vicente Lopes.

acrescenta que se sentia “que havia visões e modos diferentes de estar na política entre nós e eles.” (Lopes, 2002, p.556)

Do ponto de vista de Fernandes (2007, p.88), o conflito não se resumia a uma luta ideológica, era também “uma disputa pela ocupação de posição dentro do partido e lugares no governo da República.” E vai mais longe, salientando como fonte de divergência a heterogeneidade do partido a partir da sua fundação, uma vez que os seus membros provinham de três regiões diferentes; Conakri, Cabo Verde e Portugal.

No entanto, o mal-estar dentro do partido não era só entre trotskistas e conservadores. Existia ainda a ala guineense e a cabo-verdiana que divergiam na forma de condução do processo no que diz respeito à construção da unidade e estas divergências cedo se notaram.

A ala guineense era constituída por membros do povo, mais humildes e “havia uma hierarquia partidária e militar que era mais obedecida”, enquanto que a ala cabo-verdiana pertencia a uma elite burguesa, mais instruída, mais informada e mais crítica, na qual prevalecia “uma massa crítica e uma liderança mais baseada na discussão dos problemas do que na obediência cega.” (Lopes, 2002, p.649)

Esta diferença era fonte de descontentamento e afastava as duas nações.

Sobre este assunto, Mateus (1999) relembra que a tensão entre cabo-verdianos e guineenses era histórica, derivada do facto de, no início da era colonial, a costa da Guiné ser administrada a partir da cidade da Praia e, numa fase mais recente do colonialismo, os postos de trabalho na área administrativa no território guineense serem ocupados por cabo-verdianos, por terem formação superior e falarem corretamente português, devido ao sistema de ensino adotado nesta colónia. Assim, os guineenses viam os cabo-verdianos como exploradores e dominadores, situação que provocou um constante clima de desconfiança e competitividade entre ambos.

Aliás, aquando da independência de Cabo Verde, em 1975, os quadros mais aptos e influentes do partido deslocaram-se da Guiné-Bissau para Cabo Verde, colocando este Estado numa posição mais favorável, tanto no seio do partido como no exterior. Esta medida não foi bem recebida pela ala guineense, que se sentia discriminada no seio do partido.

Estes conflitos foram-se acentuando também devido ao contínuo empobrecimento da Guiné-Bissau, às divergências de opiniões entre os militantes e dirigentes e à perda da identidade ideológica do PAIGC.

Acusando a ala cabo-verdiana de ser colonialista e hegemónica, João Bernardo Vieira, vulgarmente conhecido por Nino Vieira, insurgiu-se contra o Governo e liderou o golpe de estado que ocorreu na Guiné-Bissau a 14 de Novembro de 1980, que ficou conhecido como Movimento Reajustador. Fundamentado por “um carácter anti-cabo-

verdiano e anti-uniidade com Cabo Verde”, o líder era “a favor da unidade na igualdade.” (Lopes, 2002, p.655)

Conforme refere Nascimento (2004), este golpe de estado na Guiné-Bissau – que levou à deposição do presidente Luís Cabral³⁷ – significou o fim da união binacional para os partidários cabo-verdianos.

Leitão da Graça (2004), que estava exilado em Portugal quando se deu o golpe de estado, considerou que este foi resultado de uma profunda crise, cuja maioria das causas vinha do período de luta pela independência, provando que a ideia de unidade não correspondia à realidade.

O mesmo autor aponta ainda duas razões fundamentais para a quebra de união entre os dois países. Em primeiro lugar “porque se procurou impô-la pela cúpula segundo o método utilizado pelos soviéticos no espaço que dominavam na Europa e em segundo lugar porque se subestimou o nacionalismo guineense.” (Graça, 2004, p.273)

De notar que após a destituição do Governo Constitucional de Luís Cabral, os responsáveis pelo golpe militar formaram um Conselho da Revolução, que assumiu os destinos do Estado e da Nação, passando a ter as funções do Conselho de Estado, da ANP e dos Comissários de Estado.

De acordo com Fernandes (2007, p.94), os dirigentes de Bissau não consideravam que o golpe de estado “punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido”. No entanto, os discursos proferidos pelo Conselho de Revolução, com palavras de ordem como “correr com os colonos que ainda estavam na Guiné-Bissau”, “devolver a identidade nacional aos guineenses” e “segunda libertação nacional”, não foram do agrado da ala cabo-verdiana.

E foi nesta altura que foram cortadas as relações entre os dois países. Aristides Pereira apoiava Luís Cabral, que tinha a mesma visão de unidade. Com a sua deposição, o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC reuniu-se numa sessão extraordinária a 15 de novembro e condenou o golpe de estado, acusando os golpistas de deslealdade para com o partido.

No dia 18 de novembro, num comunicado dirigido ao país, o Secretário-geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, acusou o Conselho da Revolução de ter cometido um erro grave contra os princípios do partido e de esta tomada de posição revelar que não se reviam na definição política e ideológica do partido.

Em jeito de conclusão, Pedro Pires³⁸, que sempre defendeu que Aristides Pereira deveria ter assumido funções de coordenação binacional, referiu que o facto de não existir

³⁷ Fernandes (2007, p.102) refere que Luís Cabral foi destituído do seu cargo e preso, acusado de “corrupção, repressão das liberdades e má gestão económica do país.”

um “elemento integrador e coordenador” entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde conduziu ao golpe de estado da Guiné-Bissau. E foi mais longe, considerando ainda que era o desfecho provável de dois países que seguiam em direções diferentes, ou seja, “não havendo o 14 de Novembro, talvez viesse a acontecer uma outra coisa. Sabíamos, entre nós, que havia qualquer coisa que não marchava bem.”

Não existindo hipótese de reconciliação, o PAIGC foi desmembrado oficialmente por iniciativa dos dirigentes cabo-verdianos que, em Conferência Nacional, decidiram criar um novo partido herdeiro do PAIGC, não esquecendo o seu carácter histórico – na luta pela independência – político e ideológico. Assim, a 20 de Janeiro de 1981 foi proclamado pública e oficialmente o PAICV.

Os dois países só normalizaram as suas relações diplomáticas em 1982, numa Cimeira de Reconciliação, em Maputo, organizada por Samora Machel, onde estiveram presentes Aristides Pereira e João Bernardo Vieira.

Aquando da sua fundação, o novo partido elegeu Aristides Pereira como Secretário-Geral e Pedro Pires como Secretário-Geral Adjunto e foi feita uma revisão constitucional em Fevereiro de 1981, onde todos os artigos referentes ao PAIGC foram substituídos por PAICV e todas as referências à unidade entre os dois países foram eliminadas.

Conforme revela Lopes (2002), o fim da unidade trouxe algumas alterações na política económica de Cabo Verde, com a anulação dos poucos projetos comuns com a Guiné-Bissau, sendo o mais relevante a Naguicave.

Todavia, no que respeita à política externa, após a cisão, Cabo Verde passou a ser um importante interveniente na resolução dos conflitos da África Austral e foi nomeado o representante africano dos Países Menos Avançados, dando provas do seu prestígio diplomático.

Cabo Verde conseguia assim passar para o exterior uma imagem de um país moderado, como forma de proteger a sua fragilidade económica, ao contrário da Guiné-Bissau onde permanecia o carácter revolucionário.

Évora (2004) relembra que mesmo após esta rutura, foi mantido o regime monopartidário autoritário em Cabo Verde, sendo o novo partido responsável pelo programa político, económico, social e cultura do Estado.

Este regime, nas palavras dos seus militantes, denominava-se democracia nacional revolucionária, cuja característica era “as massas” participarem “de facto na gestão da sociedade, tanto na elaboração e na aplicação das decisões como no controlo da execução das mesmas.” (PAICV, 1983a, p.4)

³⁸ Entrevista concedida a 18 de abril de 1995, em Praia, Cabo Verde a José Vicente Lopes.

Sendo assim, o regime era “de natureza popular e democrática, tanto pela sua composição e pelos interesses” que representava, “como pela forma e métodos de exercício do poder, assegurando que a unidade nacional” se fazia “em benefício do povo.” (Idem)

Como tal, era crucial “converter a ideologia do Partido no guia do pensamento e da acção quotidiana das massas trabalhadoras”, introduzindo os seus princípios na educação e divulgando a sua ideologia entre os militantes e a restante população, através dos meios de informação e das instituições educacionais e culturais. (PAICV, 1983b, p.8)

Na prática, um Estado que adotou uma economia planificada, onde o comércio era controlado por ele e onde não existia oposição partidária porque um único partido se considerava “a força política dirigente da sociedade e do Estado” não pode ser considerado democrático.

Porém, a alteração da conjuntura mundial e a subida de tom da contestação relativamente ao carácter autoritário e opressivo do regime por parte dos opositores levaram a que, conforme se verá no próximo capítulo, o Governo obrigado a aceitar a abertura política.

Capítulo 4: Transição do Sistema de Partido Único para o Sistema Multipartidário

Após a cisão com a Guiné-Bissau, o PAICV em Cabo Verde submeteu-se a eleições legislativas, mantendo-se o mesmo regime monopartidário e autoritário.

Com efeito, ocorreram duas eleições legislativas, em 1980 e em 1985, sob o signo do monopartidarismo. Se nas primeiras, houve uma forte adesão às urnas por parte da população, o que demonstrava a aceitação do tipo de governação e o apoio à separação da Guiné-Bissau, o mesmo não aconteceu nas segundas, onde se registou uma elevada taxa de abstenção. Era o sinal de que o regime estava esgotado.

De acordo com Pinto (2008, p.4), este regime não foi exclusivo em Cabo Verde, ou seja, “o regime do partido único na África Lusófona vigorou, por força da política de blocos e do interesse soviético em África, até bastante tarde.”

Um conjunto de acontecimentos, tanto a nível internacional, com várias alterações políticas, como a nível nacional, com o reconhecimento do colapso económico e político do regime, fez o partido do governo ceder e negociar a abertura política com aquele que viria a ser o único partido que reunia os requisitos essenciais para disputar as eleições, sendo as eleições de 1991 as primeiras pluripartidárias ou pluralistas.

De acordo com Fernandes (1995, p.150) os regimes pluripartidários caracterizam-se por serem regimes “em que está prevista a revolução legal, de tal modo que a forma torna viável a alternância no Poder e a mudança ideológica pelo consentimento expresso da sociedade civil.” Contudo, esta transição política que ocorreu entre 1990 e 1991 não pode ser considerada como o início da democracia. Conforme salienta Pinto (2009b, p.136) “a existência de multipartidarismo não se assume como condição suficiente para a instauração da democracia.”

Segundo Fernandes (1995, p.148) “são sistemas democráticos aqueles em que a totalidade da população adulta pode participar, directa ou indirectamente, na tomada de decisões e na escolha de governantes.” No caso particular da República de Cabo Verde, tal como em quase todas as democracias modernas, adotou-se uma democracia representativa, dado que a população adulta apenas pode participar na eleição dos governantes. Porém, a instauração do novo regime representa um processo complexo.

Na realidade, para Cabo Verde ser considerado um país democrático, necessita não só da realização de eleições livres, mas também que o exercício do Poder seja proveitoso no sentido de garantir “os direitos e as liberdades indispensáveis ao Homem para alcançar a sua realização enquanto pessoa – educação, saúde, emprego, habitação.” (Silveira, 2005, p.153)

4.1 Razões da Transição do Sistema de Partido Único para o Sistema Multipartidário

Segundo o balanço feito pela Comissão do V Aniversário de Independência de Cabo Verde, em 1980 a economia era pouco produtiva, com muita dependência do exterior e com grande desequilíbrio estrutural, o que transparecia numa taxa de desemprego a rondar os 35%, e mantinha o país num grau de desenvolvimento muito baixo.

Nesta altura, o Produto Interno Bruto (PIB) cobria apenas 60% da despesa nacional, sendo a restante percentagem coberta por importações financiadas por remessas de emigrantes e pela ajuda externa.

Contudo, em termos políticos, mesmo após a cisão com a Guiné-Bissau, as eleições legislativas mantiveram a data para 7 de dezembro de 1980, a fim de mostrar que toda a situação criada não abalava as estruturas do Governo de Cabo Verde.

Estas eleições decorreram com grande participação eleitoral, e, de acordo com dados oficiais³⁹, 75,8% dos 126.028 cidadãos recenseados participaram no ato, tendo 92,6% votado favoravelmente na manutenção do sistema de partido único.

Para Silveira (2005), o regime de partido único foi mantido pois tinha como missão constituir uma organização institucional que permitisse o reconhecimento da República de Cabo Verde como país independente e soberano pela comunidade internacional.

Devido à prioridade para erguer todas as instituições necessárias para o desenvolvimento do país, questões como cidadania e liberdade de expressão foram deixadas para segundo plano.

Porém, estas eleições serviram também para a oposição mostrar o seu ponto de vista e denunciar o caráter autoritário e opressivo do regime. Os opositores do regime, reforçados com a desagregação do PAICV, defendiam a democratização de Cabo Verde e o fim do regime do partido único.

Uma das frentes de oposição mais fortes encontrava-se em Portugal, onde se tinham refugiado, para além dos opositores partidários, muitos dos ex-militantes do PAIGC.

E foram estes opositores que organizaram o Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (GRIS), que reivindicava o fim do regime de partido único, eleições livres e a democratização do país. No entanto, este grupo viria a desfazer-se pouco depois por divergências internas.

³⁹ In *African Elections Database*

Na mesma altura, também em Portugal, surgiu o Círculo Cabo-Verdiano para a Democracia (CCPD), movimento que se espalhou pelos estudantes e que chegou a realizar algumas ações clandestinas em Cabo Verde. O CCPD defendia a democracia e promovia a identificação e união cultural do povo cabo-verdiano emigrante. Porém, também este movimento não teve continuidade devido aos seus membros terem como prioridade a carreira profissional aquando do regresso à terra natal. Mais tarde, alguns dos seus membros voltariam a surgir no panorama político, aquando da abertura política.

António Caldeira Marques, ex-militante do PAIGC e outros opositores criaram, em 1981, a Liga Cabo-verdiana dos Direitos Humanos, que denunciava episódios de maus-tratos em Cabo Verde. E em 1983, o mesmo opositor juntou alguns companheiros para formar a Frente Ampla de Cabo Verde (FAC), com o objetivo de reunir toda a oposição proveniente do PAIGC.

Também a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), que tinha surgido de forma modesta após a independência⁴⁰, manteve as suas campanhas de denúncias e ações contra o regime entre os emigrantes – em Roterdão, Nova Iorque e Lisboa, principalmente – e, de forma clandestina, em Cabo Verde, inicialmente na Ilha de Santo Antão e, depois, espalhando-se por todas as ilhas. Os seus dirigentes opunham-se ao governo de partido único por considerarem a sociedade cabo-verdiana suficientemente homogénea e equilibrada para sustentar um regime democrático. (Ramos & Chantre, 1991)

Para tentar controlar esta oposição crescente, em 1985, aquando das eleições legislativas, a 7 de dezembro, o regime adotou pequenas reformas políticas.

Entre as medidas tomadas estava o facto de os candidatos às eleições legislativas passarem a ser apresentados diretamente às populações das ilhas, em vez de serem nomeados pela ANP. Esta alteração, baseada no tipo de eleições mais populista adotado em Moçambique, pretendia mostrar um regime a tender para o democrático.

Esta aproximação à democracia, onde existia apenas uma lista – a do PAICV – deixava muito a desejar, uma vez que a ala mais conservadora impedia que os candidatos independentes integrassem as listas.⁴¹

Apesar desta tentativa de aproximação à população, o regime estava a perder a confiança do povo, facto comprovado pela elevada taxa de abstenção registada nas eleições - 31,1%, segundo a African Official Database.

Acrescido a isto estava o fraco desenvolvimento económico do país, que o tornava completamente dependente da ajuda externa. O arquipélago era pobre em recursos

⁴⁰ A UCID foi criada em 1977 por um grupo de emigrantes e exilados cabo-verdianos e inscreveu no seu programa “a luta contra os maus Governos, o colonialismo e o neocolonialismo.” (Ramos & Chantre, 1991, p.6)

⁴¹ A título excecional foi integrado um único candidato independente. (Évora, 2004)

naturais, a agricultura era uma atividade frágil, condicionada pelas condições climáticas difíceis de contornar e pela pouca terra arável e pobreza do solo de características vulcânicas.

De notar que Cabo Verde tem um clima árido, caracterizado por duas estações climáticas distintas, a «estação seca» e a «estação das chuvas», com um regime pluviométrico bastante irregular, que pode levar a secas prolongadas⁴², seguidas de chuvas intensas, o que torna as atividades dependentes do clima – a agricultura e a pastorícia, por exemplo – bastante difíceis de controlar e de retirar delas o rendimento suficiente.

A emigração, herdada da época do colonialismo⁴³, era também uma causa e consequência do subdesenvolvimento do país, uma vez que não eram criadas forças produtivas geradoras de emprego, de acordo com a Comissão do V Aniversário de Independência de Cabo Verde.

Não sendo o único responsável pelo fraco desenvolvimento económico, o facto de o regime de partido único adotar um modelo de economia planificada, “cabendo ao Estado a direcção do sistema económico” (PAICV, 1983a, p.14), em muito contribuiu para estas dificuldades, uma vez que o setor económico do Estado era o “dinamizador e regulador da economia nacional.” (Idem) Este modelo impedia o desenvolvimento de atividades de exportação e do setor privado, o que levou à estagnação económica.

Para tentar colmatar esta estagnação económica e controlar parte da oposição, em 1988 o governo fez uma alteração constitucional de forma a liberalizar a economia, deixando de ser o regulador dos preços dos bens essenciais, promovendo a concorrência, e retirando a exclusividade nos setores económicos mais importantes, permitindo o investimento externo e privado.

Assim, no Congresso do partido, realizado em novembro de 1988, foi definida a reorientação do sistema económico e passou-se a “incentivar, apoiar e orientar a acção do sector privado” para que cumprisse “o importante papel” que lhe incumbia “na densificação do tecido económico do país e no alargamento do mercado interno”. Para tal, era necessário “criar um ambiente favorável ao investimento através do enquadramento jurídico apropriado, e de mecanismos” que facilitassem “a concretização e o desenvolvimento das iniciativas.” (PAICV, 1988, p.34)

⁴² Aliás, uma das secas severas a que o território foi submetido ocorreu entre o processo de descolonização e prolongou-se até aos primeiros anos de independência, totalizando dez anos. (Comissão do V Aniversário de Independência de Cabo Verde, 1980)

⁴³ Como já se referiu anteriormente, durante a colonização portuguesa, o investimento em Cabo Verde foi muito reduzido. Praticamente não se criaram infraestruturas e a desertificação instalou-se. A economia era muito precária, de subsistência, centrada numa agricultura pluvial, e sem setor industrial, situação que teve como consequência uma emigração em massa, para fugir à fome e à miséria. (Comissão do V Aniversário de Independência de Cabo Verde, 1980)

Ao nível do mercado externo pretendia-se promover a “transferência de conhecimentos e tecnologias e o aparecimento de uma competência empresarial nacional capaz de actuar nos mercados de exportação”, pelo que o objetivo era “fomentar a associação do capital nacional aos investimentos realizados por parceiros estrangeiros.” Para atrair e fixar o investimento estrangeiro, o Congresso recomendava “a criação urgente e progressiva das condições gerais de instalação e o estabelecimento dos incentivos adequados”, assim como “a definição do seu enquadramento jurídico-legal”, criando estratégias que permitissem “reduzir ou compensar algumas desvantagens comparativas do país.” (PAICV, 1988, p. 34)

Mesmo com esta liberalização económica, o governo manteve o regime monopartidário, promovendo a sua ação ideológica, intensificando-a e diversificando-a de modo a atingir todas as camadas da sociedade. No entanto, sendo um país dependente da ajuda externa, que adotava uma “política de não alinhamento [...] e de solidariedade activa com os membros da OUA” e de “cooperação e bom relacionamento com todos os países” (PAICV, 1988, p.58), acabava por ser fortemente influenciado pelo que acontecia no exterior.

Esta dependência do exterior mostra que não foi por coincidência que a transição do sistema de partido único para o multipartidarismo aconteceu em 1990.

Sobre o exercício do Poder do regime monopartidário, Nascimento (2004, p.8) refere que a sua margem de manobra era cada vez mais pequena e a sua alteração era eminente, pois “novas ideias assolaram o mundo, fazendo ruir estruturas e concepções que pareciam solidamente implantadas, mudando completamente o curso dos acontecimentos internacionais.”

Évora (2004) é da opinião que o fim do regime monopartidário foi não só devido ao desgaste político, mas também por toda a conjuntura internacional promover a introdução de regimes abertos, democráticos, ao mesmo tempo que condenava regimes fechados e monopartidários.

Martins (2009) chama a atenção para o importante papel do desenvolvimento dos meios de comunicação, que permitiu à comunidade internacional intervir no sentido de defender o respeito pelos direitos humanos e pelos direitos políticos, ao mesmo tempo que difundia a democracia como força política de igualdade.

Neste ponto convém dizer que, desde o final dos anos 80. havia uma pressão internacional, principalmente dos países doadores, para a abertura ao multipartidarismo no continente africano. Aliás as exigências não se ficavam pela questão política, mas também pela abertura aos mercados internacionais⁴⁴, pela transparência na gestão das doações e

⁴⁴ A exigência da abertura do mercado foi da responsabilidade do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, principais agências de financiamento do desenvolvimento, que notaram que a ajuda financeira

pelo respeito dos direitos humanos. Esta pressão internacional estimulou também o surgimento de forças contestatárias, sociais e políticas que enfraqueceram ainda mais o regime.

Ainda que esta pressão não fosse muito intensa em Cabo Verde, pois era reconhecido o esforço dos seus dirigentes para fazer bom uso dos fundos comunitários internacionais e no país registavam-se níveis baixos de corrupção, de repressão e de violência, esta pressão acabaria por surgir sobre a forma de contágio, ou seja, a pressão externa foi indireta. (Évora, 2009)

Por outro lado, a transformação política que ocorria na Europa de Leste, com o colapso do comunismo, também teve influência sobre o novo regime que emergia. A queda do muro de Berlim em 1989 e a tentativa de Mikhail Gorbatchov de abrir a URSS à democracia em 1990, foram fatores importantes para o fim do monopartidarismo não só em Cabo Verde, como também na Guiné-Bissau e em S. Tomé e Príncipe. (Pinto, 2009b)

De acordo com a investigação de Sanches (2010), para além das alterações na Europa de Leste, também a soma de dois acontecimentos em países africanos distintos, entre 1990 e 1991, teve influência na substituição do regime monopartidário por um pluralista na maioria dos países africanos. Cabo Verde também foi contagiado por estes movimentos.

Um destes acontecimentos foi a libertação de Nelson Mandela, em 1990, e a conseqüente organização do Congresso Nacional Africano (ANC), que conduziu ao fim do *apartheid* na África do Sul. O outro foi uma manifestação dos populares em Benim, em 1991, que levou à queda do governo autoritário e à transição para o regime democrático.

Já Lopes (2002) é da opinião de que foi devido a pressões internas e externas, ao agravamento da situação económica e social e à diminuição da ajuda externa que, no III Congresso do PAICV, os seus militantes pertencentes ao governo manifestaram o interesse de iniciar a abertura política.

Para além disso, segundo Pinto (2008), a visita do Papa João Paulo II, em 25 de janeiro de 1990, foi o impulso extra para o Conselho Nacional do PAICV decidir seguir a via do multipartidarismo.

Segundo Évora, 2009 esta transição política, por transição⁴⁵, foi um processo negociado e pacífico, o que pode ser explicado por uma série de variáveis únicas no arquipélago. Características como a homogeneidade do povo, a paz social, a estabilidade

dada até então não combatia a pobreza e não tornava a economia mais eficiente. Pelo contrário, estes países estavam mais pobres, desorganizados e com uma economia mais deficitária. (Évora, 2009)

⁴⁵ A democratização por transição resulta de uma tomada de decisão conjunta entre o governo e a oposição, ou seja, o partido político que está no poder negocia de forma pacífica a transição para o regime democrático com os partidos da oposição.

política decorrente do facto de os militares não terem uma posição de força na estrutura institucional do arquipélago, um sistema de governo parlamentar com um processo decisório colegial, a existência de um governo civil, níveis de repressão e violência insignificantes e indicadores sociais acima da média no contexto africano foram importantes para criar uma base sustentável para a abertura política.

Antecipando possíveis manifestações sociais, o PAICV, em fevereiro de 1990, reuniu o seu Conselho Nacional e decidiu permitir que outros partidos políticos se organizassem e disputassem as eleições legislativas e autárquicas que iriam ocorrer no final do ano. Era o reconhecimento do fim do monopólio político e o sinal da desejada abertura.

No entanto, por considerar que anteriormente não estavam reunidas as condições, só em setembro do mesmo ano a Assembleia Nacional revogou o artigo 4º da Constituição, que substituiu a anterior Constituição pela Lei Constitucional nº 2/III/90. Com esta revisão, o sistema governativo reforçou o Poder Legislativo da Assembleia Nacional, mas preservou o Poder Executivo, que mantém competências legislativas.

Após a revisão constitucional, de acordo com Évora (2004, p.89), foram aprovados os seguintes elementos:

- uma nova Lei Eleitoral para a Assembleia Nacional – que se tornou o órgão Legislativo Supremo da República;
- uma nova lei para a Presidência da República em que o Presidente passou a ser eleito por sufrágio universal e secreto;
- a Lei do Regime Jurídico dos Partidos Políticos;
- a Lei que reconhece o Direito de Antena e de Resposta aos partidos.

Com estas alterações, instaurou-se o multipartidarismo, porque este conjunto de leis formalizava o direito de existência de partidos políticos, tornando viáveis as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde.

Para a legalização dos partidos, a Lei dos Partidos Políticos – lei 86/III/90 de 6 de outubro - configurava a necessidade de terem carácter e âmbito nacional - art. 2º; terem inscritas pelo menos 500 pessoas com mais de 18 anos - art. 6º -; e com capacidade de exercer os seus direitos políticos e civis - art. 12º.

O requerimento para a inscrição deveria ser dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e acompanhado pelo projeto dos estatutos, programas, denominação, sigla e símbolos do partido e pelo atestado de residência dos requerentes.

Para Évora (2004), o facto de a alteração da Constituição só ter acontecido em setembro, quando a decisão já tinha sido tomada em fevereiro, foi uma forma do PAICV tentar controlar o surgimento de outros partidos políticos.

Prova disso foi a disputa eleitoral para as eleições legislativas em novembro de 1990 e para as eleições presidenciais em fevereiro de 1991 envolver apenas dois partidos, o PAICV, com uma organização estruturada e o MpD, que tinha sido legalizado apenas em novembro, conforme se verá de seguida.

4.2 O Surgimento do MpD

De acordo com Cohen (1991), ao mesmo tempo que ocorria esta transformação política, já se criava um novo partido político, o Movimento para a Democracia (MpD). Imediatamente após a sua formação, em março de 1990, os seus dirigentes reivindicavam eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve entre outras medidas.

Este novo partido foi idealizado por um conjunto de jovens estudantes e alguns militantes dissidentes do PAIGC. Entre estes dissidentes estavam alguns ex-quadros importantes do antigo partido que tinham sido afastados durante a «crise dos trotskistas», por defenderem um regime mais aberto a tender para a democracia.

O objetivo fundamental da criação do MpD era fazer oposição ao regime monopartidário do PAICV, e, por consequência, foi um dos principais intervenientes no processo de abertura política e transição para a democracia.

Na II Convenção do partido, em 1993, definiu-se como um movimento que corporizava “a vontade da sociedade cabo-verdiana em se libertar dos sistemas não democráticos e suas sequelas, nomeadamente da onipotência e onnipresença do Estado providencia e do subdesenvolvimento.” (MpD, 1993, p.3).

Para além da instauração e da consolidação do sistema democrático, os seus principais objetivos eram o desenvolvimento económico e social do país, a criação de um Estado que defendesse os direitos e liberdades da população, mas também que estimulasse a participação ativa da população no exercício da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade civil. (MpD, 1993).

Na verdade, conforme relembra Évora (2004), as reivindicações feitas em março não foram um ato isolado. Mesmo sem haver a formalização constitucional da autorização para a existência de partidos políticos, o MpD organizou vários comícios de forma a aproximar-se das populações.

Contudo, o partido só foi reconhecido pelo Governo em novembro de 1990, nove meses antes das eleições.

Importa salientar que na sua formação o programa político do MpD não definiu qualquer ideologia política, apenas apresentou várias propostas para o desenvolvimento de Cabo Verde e para a defesa da democracia.

A plasticidade da sua organização era até promovida, integrando “no seu seio as mais variadas sensibilidades e tendências” o que estimularia o próprio partido, dada a “variedade de interesses, projectos e pontos de vista resultantes da efervescência social própria da democracia.” Acreditava-se que esta diversidade potenciava o crescimento do partido pela proximidade, que assim se conseguia, com a sociedade civil. (MpD, 1993, p.15)

Esta “pluralidade ideológica e diversidade de cultura política dos seus membros” e a “diferente interpretação, avaliação e valorização dos diferentes grupos sociais de interesses” (MpD, 1993, p.3) viriam a trazer alguns problemas na união do partido, como se verá mais tarde.

De notar que para além do surgimento deste novo partido no contexto político, ressurgiram também outros, como o UPICV e a UCID. No entanto o facto de estarem sedeados fora do país e de não cumprirem as exigências mínimas para a legalização, não lhes reconhecia o direito de concorrer às eleições (Sanches, 2010), embora a UCID, impedida de participar nas primeiras eleições⁴⁶, tenha estabelecido uma aliança tática com o MpD, com o objetivo de afastar o PAICV do Poder e implantar a democracia. Segundo Ramos & Chantre (1991), este partido ambicionava a criação de uma sociedade de progresso e uma democracia consolidada e foi baseado nestes princípios que foi criado.

4.3 Primeiras Eleições Gerais

A 13 de janeiro de 1991, iniciou-se um novo ciclo político com a realização das primeiras eleições legislativas livres e pluralistas em Cabo Verde, disputadas pelo PAICV e o MpD.

Segundo Évora (2009), os dirigentes do regime estavam bastante confiantes na vitória nas primeiras eleições após a abertura política, dado que a sociedade civil não mostrava indícios de descontentamento face à sua governação e, acrescentando-se, o tempo para a oposição se organizar tinha sido muito limitado.

Devido ao reconhecimento tardio, o MpD não teve oportunidade de organizar a sua campanha eleitoral e por isso insurgiu-se contra o calendário eleitoral, acusando o PAICV/Governo de tentativa de manipulação. Para além disso, solicitou a realização

⁴⁶ A UCID só viria a ser formalmente reconhecida como partido político após o seu I Congresso a 24 de julho de 1991. (Ramos & Chantre, 1991)

primeiro das eleições legislativas e só depois das presidenciais e exigiu a presença de observadores internacionais para fiscalizar as primeiras eleições.

Ainda com alguma relutância, pois o PAICV considerava que a presença de observadores tirava credibilidade ao país, as reivindicações foram atendidas e as eleições legislativas foram marcadas para janeiro de 1991.

A campanha eleitoral decorreu de 4 de dezembro de 1990 a 1 de janeiro de 1991 e transparecia a pouca experiência e imaturidade do discurso e da propaganda eleitoral de ambos os partidos, muito devido ao legado autoritário do regime que, como já se viu, impedia o debate político.

Esta falta de experiência percebia-se pelos discursos políticos que, em vez de divulgarem os seus programas eleitorais, com as suas propostas e projetos, serviam para se acusar mutuamente, revelando falta de ética de ambas as partes.

Sobre este confronto constante, Andrade (1992, p.38), numa das suas publicações, definiu a sua posição, referindo que “os conflitos ou confrontações gerados no seio dos comícios engendram tensões nada agradáveis ao povo e ao país, para além de envolverem aquele num estado permanente de inquietação.”

Para a realização destas eleições, o território cabo-verdiano foi dividido em 22 círculos eleitorais nacionais: Boa Vista, Brava, Maio, Sal, Nossa Sra. da Ajuda, Nossa Sra. da Conceição, S. Lourenço, Praia Urbano, Praia Rural, Praia Rural 2, Sta. Catarina, S. Salvador do Mundo, S. Lourenço dos Órgãos, Sto. Crucifixo, Sto. António das Pombas, Sto. André, Nossa Sra. do Rosário, Nossa Sra. da Lapa, Nossa Sra. da Luz e S. João Batista – e três círculos eleitorais no estrangeiro – África, América e Europa/Resto do Mundo⁴⁷.

A necessidade de introduzir círculos eleitorais internacionais deveu-se à existência de uma grande comunidade emigrante e à sua importância económica, pois era responsável pela entrada de divisas no país.

Segundo o artigo 12º da Lei Eleitoral de 1990, dos 79 lugares que constituíam a Assembleia, 76 eram distribuídos pelos círculos eleitorais do território nacional e os restantes três círculos eleitorais do estrangeiro deviam eleger três deputados – um por círculo.

A participação dos eleitores nestas eleições foi bastante expressiva - 75,3% - demonstrando a vontade da população de mudar de regime.

A diferença significativa com que o MpD chegou à vitória – 66,4%⁴⁸ dos votos – permitiu eleger 56 deputados, enquanto o PAICV obteve apenas 23 assentos parlamentares.

⁴⁷ In *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 3

⁴⁸ In *African Elections Database*

Garantindo dois terços dos deputados, o novo partido maioritário conquistou a possibilidade de alterar a Constituição. Nascia assim a II República em Cabo Verde.

Cerca de um mês depois, a 17 de fevereiro, foram realizadas as eleições presidenciais, vencendo, ainda de forma mais clara – 70,6% dos votos –, António Mascarenhas Monteiro, Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, tornando-se o primeiro Presidente da República eleito por voto popular.

Na sequência das eleições, Pedro Pires foi substituído por Carlos Veiga, líder do MpD e Aristides Pereira foi rendido por António Mascarenhas Monteiro, independente apoiado pelo MpD, ambos vencendo de forma clara, mostrando, sem margem para dúvidas que a população ansiava pela mudança.

A 15 de dezembro do mesmo ano foram criadas as condições para a realização das primeiras eleições autárquicas, que resultaram na conquista de 8 das 14 Câmaras Municipais – Praia, Sta. Cruz, Sta. Catarina, Tarrafal, S. Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava – pelo MpD. Além disso, duas delas, Maio e Sal, elegeram listas independentes apoiadas pelo MpD. As restantes Câmaras foram ganhas pelo PAICV – Boa Vista e Fogo – ou por independentes apoiados por este partido – Paul e S. Vicente. (Évora, 2004)

Com as eleições autárquicas terminou a transição política e a transferência de poder do PAICV para o MpD, num sistema político essencialmente bipartidário.

Após a tomada de posse, o novo governo deparou-se com um país em grandes dificuldades, e considerava-se “numa cena política híbrida” entre a democracia nascente e o regime antigo, por isso preocupou-se em anunciar um programa de reformas, que tinham como prioridade os domínios políticos, económico e social. (MpD, 1993).

Aliás, os objetivos principais do partido eram “a democratização da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente pela criação de condições institucionais, jurídicas, culturais e psicológicas susceptíveis de catalizar [sic] a emancipação da sociedade civil e as expressões políticas da sua complexidade e pluralismo” e criar as “condições básicas para assegurar o desenvolvimento auto-sustentado do país”, o que implicava “a tomada de medidas enérgicas de reforma estrutural do sistema económico.” (MpD, 1993, p.4).”

Sendo o início de uma nova era política, o governo do MpD propôs ao parlamento uma nova Constituição e uma alteração dos símbolos nacionais a 20 de julho de 1992, factos bastante contestados pela oposição, ou seja, pelo PAICV. A grande divergência consistia na forma de pôr termo a qualquer vestígio da unidade com a Guiné-Bissau, posição defendida pelo Governo, e a manutenção por motivos históricos, defendida pelo PAICV. (Évora, 2004)

Porém, o MpD considerava que a revisão constitucional, que apenas revogava o artigo 4º e permitia a constituição de outros partidos, conduzia “a que a democracia

pluralista continuasse a conviver com regras e princípios típicos do regime de partido único”, considerando essencial esta alteração para romper em definitivo com o anterior regime. (Nascimento, 2004, p.9)

De notar que o atual Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, referiu recentemente que a Constituição democrática de 1992 foi “um dos grandes momentos da II República”, embora a forma como foi aprovada “não foi edificante [...] marginalizando a oposição democrática e dando sinais de tirania da maioria.” Neves (2012, pag.4)

Assim, na nova Constituição, aprovada apenas pelo MpD e promulgada em 1992, o regime manteve o caráter parlamentar, no qual o Governo era constituído em função do resultado das eleições legislativas e a Assembleia Nacional⁴⁹, centro do poder, e o Presidente da República, Chefe de Estado, eram eleitos por sufrágio direto, secreto e universal. Évora, (2009 p.70)

Em relação à Assembleia Nacional, a nova Constituição ampliou as suas competências legislativas, além de acumular funções de fiscalização e controlo da ação governamental - art. 191.

Segundo a legislação, todos os trabalhos da Assembleia Nacional eram centrados no grupo parlamentar e o líder de cada grupo tinha uma posição privilegiada em relação aos restantes deputados.

Para além disso, foi consagrado o Estado de direito democrático, assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos - art. 2º, ponto 1. Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do Poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana do governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública - art. 2º, ponto 2.

Além das alterações na Constituição, o novo Governo reforçou as funções do Poder Local, de forma a descentralizar os serviços e os recursos e a aproximar a administração municipal da população.

Segundo Silveira (2005, p. 106), esta medida de descentralização provou que o país estava a promover a consolidação da sua democracia, pois “as autarquias são o instrumento e o veículo que, perante as particularidades de cada ilha, melhor podem assegurar a redução das assimetrias” e possuem uma maior proximidade para com o cidadão.

⁴⁹ A Assembleia Nacional Popular foi substituída pela Assembleia Nacional, perdendo mais um elo de ligação ao partido único.

Esta aproximação permitiu dar voz aos problemas básicos da população, tais como: a necessidade de abastecimento de água, eletricidade e saneamento básico; a criação de infraestruturas para a educação, a saúde, o desporto e a cultura; a adoção de estratégias de apoio e combate à pobreza; a construção de vias de acesso e habitações sociais; e a criação de incentivos ao investimento e ao emprego. (MpD, 1993)

Para além disso, pôs termo à repressão e ao controlo social, acabando com a polícia política, com as milícias populares e com os tribunais populares e reestruturando a Polícia e as Forças Armadas, assim como a Justiça e a Administração Pública, tornando-as mais eficientes.

A comunicação social também viu revistos os seus direitos, ficando assegurada a liberdade e a independência dos jornalistas, mas também a sua responsabilização e envolvimento com a sociedade civil, tornando a imprensa pluralista, democrática e independente. (MpD, 1993)

Évora (2004) salienta ainda que a mudança política iniciada com a abertura política foi acompanhada por importantes alterações no setor económico. A intenção era descentralizar a economia e abrir o mercado às entidades privadas e liberalizar os preços.

Como tal, a reforma mais importantes do novo governo foi ao nível da privatização de várias empresas estatais e a sua programação teve início logo após a tomada de posse, dada a precariedade económica em que as empresas públicas se encontravam.

O processo de privatização, supervisionado pelo Banco Mundial, foi dividido em duas fases: na primeira, procedeu-se à privatização total de alguns setores do Estado e, na segunda, iniciou-se a reestruturação dos setores que ficavam sob a gestão do Estado.

Este processo, permitiu incrementar a produtividade e a eficiência da máquina do Estado, aumentando o número de postos de trabalho e a capacidade tecnológica das suas empresas.

Os principais objetivos deste programa de privatizações eram aumentar as receitas do Estado, equilibrar a balança de pagamentos, diminuir o desequilíbrio fiscal, aumentar a rentabilidade das empresas públicas, reduzir o défice público e estimular o desenvolvimento do setor privado.

Em 1992, para legalizar este processo de privatizações, o Parlamento cabo-verdiano aprovou a Lei de Base das Privatizações que definia as condições legais de privatização das empresas públicas. Assim, estas empresas transformar-se-iam em

sociedades anónimas para que as suas ações fossem vendidas, sendo todo o processo conduzido pelo Gabinete de Apoio à Reestruturação do Setor Empresarial do Estado⁵⁰.

Na opinião de Évora (2004) esta legislação tinha duas falhas importantes: a inexistência de um órgão regulador para garantir a qualidade dos serviços e a exclusividade do governo para criar órgãos responsáveis pela privatização, o que tornava o processo pouco transparente.

Quanto às empresas estatais, como as telecomunicações, os transportes e as distribuidoras de petróleo e gás, para aumentar o retorno financeiro, foram primeiro reestruturadas, um processo moroso e difícil de concluir, devido à necessidade de investimento para as modernizar.

Em relação às privatizações estatais, Évora (2004) considera que, em empresas estratégicas, o monopólio estatal foi transferido para o privado, o que limitou a concorrência e incrementou o preço dos produtos.⁵¹

A mesma autora critica ainda a falta de transparência do processo de privatizações, por duas razões. Primeiro, porque teve início sem existir uma Bolsa de Valores e, em segundo lugar, porque a venda foi negociada por uma Comissão Nacional de Privatizações escolhida pelo Governo, não existindo nenhuma entidade fiscalizadora, dando lugar a várias denúncias de corrupção.

Algumas destas denúncias foram feitas por membros do Governo, que, como se verá no próximo subcapítulo, acabaram por se afastar, criando outro partido.

Existia, ainda, uma outra vertente em que o Governo pretendia intervir no setor económico: o comércio externo.

Para além da liberalização desse tipo de comércio, decisão que levou ao aumento da concorrência e à diminuição dos preços dos produtos importados⁵², o Governo queria aproveitar a localização geográfico do arquipélago, com a intenção de introduzir Cabo Verde nas rotas do comércio internacional e nos sistemas internacionais de transportes e comunicações, ao mesmo tempo que desenvolvia um perfil produtivo virado para a exportação, o que, de certa forma, tem vindo a concretizar-se. (MpD, 1993)

⁵⁰ Inicialmente o processo de privatizações era da responsabilidade do Ministério das Finanças e Planeamento. No entanto António Gualberto do Rosário, Ministro da Coordenação Económica, assumiu este compromisso, criando este gabinete de apoio.

⁵¹ Durante muitos anos, a Portugal Telecom, que adquiriu as telecomunicações cabo-verdianas, não possuía qualquer concorrência, ficando com o monopólio deste setor.

⁵² Esta medida teve como consequência imediata a descida da inflação para cerca de 8% em 1992. (MpD, 1993, p.24)

4.4 A Evolução Política de Cabo Verde

Num estudo comparativo sobre a institucionalização dos sistemas partidários na África Lusófona, no período de 1991 a 2006, Sanches (2011, p.122) verificou que em Cabo Verde, desde as primeiras eleições legislativas livres, “apesar de existirem dois grandes partidos – o PAICV e o MPD – a alternância política foi possível e a diferença de votos entre os partidos não é acentuada.”

De salientar que estes não foram os únicos partidos a disputar eleições. Entre 1991 e 2000 assistiu-se ao surgimento de vários partidos, ou totalmente novos ou criados por cisão de outros.

Assim, após as eleições legislativas, em 1992, foi criado o Partido Social Democrata (PSD), em resultado de divergências na UCID. (Sanches, 2010)

Como consequência da primeira crise interna no MpD, surgiu, em 1993, o Partido da Convergência Democrática (PCD)⁵³. Eurico Monteiro, Ministro da Justiça, e alguns apoiantes consideravam que o Governo se estava a desviar dos seus objetivos no setor social e privilegiava a economia e, por isso, pretendiam destituir o Primeiro-Ministro Carlos Veiga. Não ocorrendo esta mudança, este grupo formou o novo partido e concorreu às eleições de 1995. (Évora, 2004)

Depois, em 2000, nasceram o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS) e o Partido da Renovação Democrática (PRD), este último também de mais uma cisão no MpD.

De acordo com Évora (2004), estas divergências no seio do MpD não estavam só relacionadas com os objetivos do programa do Governo, mas também com a falta de definição ideológica do partido que tinha sido formado por pessoas que tinham em comum o objetivo de combater o regime monopartidário e democratizar o país.

Estes pequenos partidos, formados por cisão de outros ou por iniciativa própria, têm concorrido de forma isolada, em coligações ou nas listas dos dois maiores partidos. Uma das coligações foi registada nas eleições de 2001, onde o PCD, o PTS e o UCID formaram a Aliança Democrática para a Mudança (ADM). (Sanches, 2010)

Mesmo assim, têm tido pouca relevância no cenário político devido à cláusula barreira que, na legislação cabo-verdiana, estabelece um mínimo de 5% dos votos numa eleição legislativa para o partido conseguir alcançar assentos na Assembleia. Desta forma,

⁵³ Este partido saiu do panorama político após as eleições de 2006, onde concorreu pelo MpD e não conseguiu eleger nenhum deputado, o que levou à sua auto-dissolução em 2007.

estes pequenos partidos não têm conseguido votos suficientes para mais do que um número residual de deputados.

No que concerne à legislação em vigor para o sistema eleitoral, foi feita uma revisão ao longo do ano de 1994, criando-se a Comissão Nacional de Eleições - Lei nº 112/IV/94; o novo regulamento para o recenseamento eleitoral - Lei nº 113/IV/94 -; e novas leis eleitorais para a Assembleia Nacional - Lei nº 116/IV/94 -, Presidência da República - Lei nº 117/IV/94 – e para os Órgãos Municipais - Lei nº 118/IV/94.

Voltando às eleições, em 1995, foram disputadas por quatro partidos – MpD, PAICV, UCD e PCD – e mesmo assim, a tónica da vitória manteve-se do lado do MpD que obteve 61,3%⁵⁴ dos votos, elegendo 50 dos 72 deputados para a Assembleia Nacional e acentuando a maioria absoluta.

Nestas eleições, onde já vigorava a nova Lei Eleitoral, foi diminuído o número de círculos eleitorais, que foram reduzidos para 20, mantendo-se os três extranacionais. O número de deputados também foi diminuído de 79 para 72, contudo este número só foi considerado constitucionalmente após a revisão constitucional de 1999, que definia um mínimo de 66 deputados e um máximo de 72 a serem eleitos para a Assembleia Nacional. (Évora, 2009)

Na sua moção de estratégia, de 1993, o MpD apelava à maioria absoluta, considerando que “a criação de uma base eleitoral, ampla e estável, rondando os 50 a 55% do eleitorado e tocando os vários estratos sociais” era uma necessidade, para que o partido pudesse “mobilizar a nação rumo à democracia e ao desenvolvimento.” (MpD, 1993, p.12)

E a sua vontade foi respeitada.

Na opinião de Évora (2004), o MpD foi premiado por, durante o primeiro mandato, conseguir melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, aumentando o acesso à rede elétrica e ao saneamento, construindo escolas e estradas e desenvolvendo o setor das telecomunicações.

Dando continuidade ao conjunto de reformas iniciado em 1991, no segundo mandato sucessivo iniciado em 1995, o MpD deu prioridade ao setor público e à estabilização macroeconómica, estabelecendo como metas a eliminação da dívida interna, a liberalização da economia e a conclusão do processo de privatizações estatais.

Para a estabilização económica e financeira foram assinados o Acordo Stand-By⁵⁵ com o Fundo Monetário Internacional e o acordo de cooperação cambial com Portugal.

⁵⁴ In *African Elections Database*

⁵⁵ Este Acordo destina-se a conceder apoio de curto prazo a países com dificuldades na sua balança de pagamentos devido a défices temporários ou de natureza cíclica em troca da adoção de algumas medidas macroeconómicas.

A fim de colmatar a dívida interna, foi criado um *Trust Fund*⁵⁶, numa parceria entre Cabo Verde e alguns países e instituições, gerido pelo Banco de Portugal, tornando-se Portugal um importante parceiro tanto nas trocas comerciais, como na cooperação bilateral. (Martins, 2009)

Para além disso, no plano social o Governo adotou medidas de combate ao desemprego e à pobreza e facilitou o acesso à saúde, educação e habitação e tentou melhorar a qualidade destes serviços.

No entanto, segundo Silveira (2005, p.205), sem prever as consequências das medidas macroeconómicas, o Governo “aprofundou as diferenças entre os mais desprotegidos e os beneficiários do sistema”, o que fez diminuir o poder de compra da classe média e enriqueceu alguns grupos privilegiados.

No que diz respeito às eleições presidenciais, a 18 de fevereiro de 1996, António Mascarenhas Monteiro foi o único candidato, sendo, desta vez, apoiado tanto pelo MpD como pelo PAICV.

Em 1999, o Parlamento aprovou a Lei nº92/V/99, de 8 de fevereiro, onde estava definido o primeiro Código Eleitoral de Cabo Verde que passava a constituir o quadro jurídico de referência para as eleições a partir de então. Esta lei sofreu uma revisão após as eleições autárquicas de 2000 – Lei nº118/V/2000, de 24 de abril – que pretendeu reforçar o papel da Comissão Nacional de Eleições, enquanto órgão independente na administração eleitoral, no sentido de valorizar a transparência e o rigor nas eleições.

Nas terceiras eleições legislativas, realizadas em 2001, o MpD foi derrotado pelo PAICV, com 49,5% dos votos e 40 assentos parlamentares, ficando 30 para o MpD e dois para a coligação ADM.

Nas eleições seguintes, em 2006, manteve-se o mesmo resultado, com uma votação favorável ao PAICV de 52,28% e 41 deputados, restando 29 para o MpD e dois para o UCID.

De acordo com Silveira (2005, p.203), estes resultados eleitorais foram “muito mais um acto de emoção cívica, de reacção às políticas do MpD, do que uma escolha deliberada e convincente por uma alternativa política.”

Sendo um grande defensor das políticas sociais quando se encontrava na oposição, o novo Governo intensificou as medidas de desenvolvimento social, incidindo nos domínios da educação, saúde, habitação, emprego e segurança social, de forma ao seu acesso ser o mais igualitário possível. Acrescido a estas medidas, principalmente no

⁵⁶ Trust Fund são instrumentos de financiamento de cooperação para o desenvolvimento, que promovem a cooperação e estabelecem novas parcerias com instituições multilaterais, sociedade civil, fundações e setor privado.

segundo mandato, o Governo reforçou os mecanismos de regulação das atividades económicas, nomeadamente o controlo do setor privado, com o objetivo de tornar estas atividades mais equilibradas e justas.

Em relação às eleições presidenciais, em 2001, Pedro Pires derrotou Carlos Veiga por uma diferença de apenas 12 votos após uma segunda volta, mantendo-se a disputa pelo lugar de Presidente, bastante competitiva nas eleições de 2006, onde a diferença entre candidatos foi de pouco mais de 3300 votos.

Desta forma e no mesmo período de tempo, foi demonstrado que os eleitores seguiram sempre a ligação partidária para votar nas eleições presidenciais. Assim, o candidato presidencial que tinha o apoio do partido no Poder vencia as eleições presidenciais, alternando também entre o PAICV e o MpD.

Contudo, e segundo dados oficiais⁵⁷, entre as eleições legislativas de 1991 (24,7%) e as de 2006 (45,8%) verificou-se um crescente aumento na abstenção eleitoral, servindo este dado como indicador do pouco envolvimento dos eleitores na vida política do país, o que pode ser devido ao facto do sistema eleitoral ser fundamentalmente bipartidário. (Sanches, 2010, 2011)

Importa salientar que o carácter bipartidário cabo-verdiano tem raízes que vêm das primeiras eleições depois da queda do regime de partido único. Relembre-se, como se viu anteriormente, que a transição política para a abertura à democracia envolveu duas forças políticas, o PAICV e o MpD. Mesmo com o surgimento de outros partidos, este padrão tem sido mantido ao longo das várias eleições.

Évora (2009) revela ainda outro fator que reforça este padrão: o facto de a representação do eleitorado se reger pelo método d'Hondt de lista fechada e bloqueada. Segundo este método, o número de votos conseguidos por cada partido é dividido sucessivamente pelos números inteiros e os quocientes são ordenados decrescentemente, tornando-se, assim, mais favorável para os partidos maiores ou em coligação, pelo que os partidos mais pequenos, quando concorrem sem ser em coligação, têm dificuldade em introduzir-se no órgão legislativo. Sendo de lista fechada, a votação não elege diretamente um deputado de forma singular, mas sim inserido num partido.

Existem, ainda, dois outros fatores que contribuem para manter o bipartidarismo: o facto dos partidos políticos receberem um financiamento proporcional à representação parlamentar e o tempo de antena nos «media» ser também proporcional ao número de assentos parlamentares.

⁵⁷ In *African Elections Database*

Desta forma e dada a insularidade do país, é difícil para os pequenos partidos introduzirem-se nos círculos eleitorais não só porque já se encontram consolidados pelos grandes partidos, como também pelo limitado recurso financeiro destes partidos.

Mais recentemente, nas eleições de 2011, houve uma mudança de paradigma. Apesar de ser o mesmo partido, o PAICV, a vencer as eleições legislativas, com 52,7% dos votos – 38 deputados para o PAICV, 32 para o MpD e 2 para a UCID – o mesmo não aconteceu com o candidato às presidenciais, vencendo, à segunda volta, Jorge Carlos Fonseca, candidato apoiado pelo MpD. Em relação à abstenção, verificou-se uma diminuição – 24%⁵⁸ - o que denota um maior interesse por parte da população pela atividade política.

Em relação ao Código Eleitoral, este sofreu nova revisão em 2007, passando cada ilha a representar um círculo eleitoral, exceto a ilha de Santiago, que por ser a maior e a mais populosa foi dividida em Santiago Norte e Santiago Sul.

No que diz respeito à legitimidade das eleições, os observadores internacionais caracterizaram-nas como livres e justas, não havendo registo de boicotes ou de retaliação por parte dos principais partidos políticos e cumprindo os direitos político e civil. (Sanches, 2011)

No que concerne à consolidação do regime democrático, Évora (2004) considera que, nos primeiros dez anos, o processo estagnou, muito devido ao facto de o partido eleito nas duas primeiras eleições legislativas, o MpD, ter tido um fraco desempenho no que se refere à institucionalização da democracia.

De acordo com Silveira (2005, p. 157) o MpD era “um partido sem agregação ideológica, sem cultura democrática e sem estrutura filosófica”, cujo objetivo era “o poder pelo poder”.

Para além disso, o facto de o mesmo partido ter sido eleito por maioria absoluta em duas eleições consecutivas também dificultou esta consolidação, dado que se assistiu a um majoritarismo por parte do MpD, sendo muitas medidas importantes aprovadas sem existir consenso político.

Um exemplo concreto destas medidas majoritaristas foi, como já foi referido, a alteração dos símbolos nacionais: a bandeira e o hino nacional de Cabo Verde. O objetivo era romper definitivamente com qualquer ligação com o PAIGC. Porém, a proposta de mudança apresentada à Assembleia Nacional foi aprovada apenas pelos deputados do Governo com toda a oposição a votar contra.

⁵⁸ In *African Elections Database*

Na opinião de Évora (2004), dado que a decisão era sobre os símbolos da nação, a decisão deveria ser tomada após um referendo nacional e não só a nível parlamentar, pois só nesta condição a mudança seria legítima.

Um outro exemplo referido por Silveira (2005) esteve relacionado com uma denúncia de alguns membros do Governo de “promoção do amiguismo” e “corrupção de vontades” em algumas medidas do próprio Governo, no ano 2000. Ora, depois desta denúncia, em vez de se fazer diligências para resolver o problema, estes membros foram simplesmente demitidos.

Esta tomada de posição revelou que o sistema político não funcionava na realidade, pois, segundo a Constituição de Cabo Verde, só o facto de o Presidente do Parlamento responsabilizar o Governo pela má gestão, poderia levar à sua demissão ou à demissão do Presidente da Assembleia ou, no mínimo, a uma moção de confiança, o que não ocorreu e foi agravado pelo silêncio do Procurador-Geral da República. Como todos os membros envolvidos nestas tomadas de posições pertenciam à mesma cor partidária, o sistema político democrático foi bloqueado.

Segundo o mesmo autor, esta atitude e outras – como a autossuspensão do Primeiro-Ministro Carlos Veiga para se candidatar por iniciativa individual⁵⁹ à Presidência da República⁶⁰ - atentam “contra todos os princípios e regras de convivência num Estado de Direito”. (Silveira, 2005, p.181)

Aliás, uma das críticas feitas pela oposição, principalmente pelo PAICV, o único partido da oposição com peso parlamentar, estava relacionada com a falta de estímulo do Governo para o pluralismo democrático, acusando-o até de falta de transparência na escolha para os órgãos públicos e de uso abusivo dos meios de comunicação social para se promover.

Facto corroborado por Silveira (2005), que salienta que a isenção da comunicação social – que tem o dever de informar o eleitorado, controlar o Governo e articular a opinião pública – era difícil de assegurar, pois o investimento privado era reduzido e pouco rentável, o que conduziu a que estivesse refém dos interesses políticos e religiosos.

Desta forma, durante os primeiros dez anos, por ainda não ter existido uma alternância política que permitisse dar início à consolidação democrática, Cabo Verde viveu uma “democracia minimalista, baseada no voto secreto, no sufrágio universal, em eleições

⁵⁹ O artigo 371 do Código Eleitoral de Cabo Verde refere que não podem existir candidaturas por iniciativa própria, pois um dos requisitos da candidatura é que seja proposta por um mínimo de 1000 e um máximo de 4000 cidadãos eleitores.

⁶⁰ Com esta autossuspensão, o lugar de Primeiro-Ministro foi ocupado interinamente, mas de forma definitiva – outro desvio à Constituição –, pelo Vice Primeiro-Ministro, Gualberto do Rosário.

regulares disputadas com base na competição entre os partidos políticos e em direitos e liberdades garantidas pela constituição.” (Évora, 2004, p.108)

Dito de outra forma, aspetos como o respeito pela oposição política e a aceitação das suas propostas e a igualdade social e económica não eram tidas em conta, apesar de ser um dos pontos defendidos pela moção de estratégia do partido em 1993, que defendia o consenso nacional entre os partidos “na busca das melhores soluções políticas para os problemas da sociedade” e para a consolidação democrática. (MpD, 1993, p.46)

De acordo com Fonseca (1997), esta falta de pluralismo poderia ser colmatada se Cabo Verde tivesse uma sociedade civil forte e ativa. O problema era que a sociedade civil era pouco interventiva, fruto do modelo autoritário do colonialismo português e da continuidade que este modelo teve durante o regime monopartidário.

Aliás, mesmo com a abertura política, não houve um estímulo ao desenvolvimento da sociedade civil. Pelo contrário, o Governo agiu sempre no sentido de neutralizar novas ideias e opiniões, levando a um desapontamento da sociedade civil pela falta de soluções para os seus problemas, como se tornou visível nos níveis de participação política nas eleições de 1995.

Porém, segundo Pinto (2008), a alternância política que ocorreu em 2001, deveu-se ao peso da diáspora e ao melhor acesso à educação, sensibilizando a sociedade civil para o poder que tem para controlar o exercício do Poder e manifestar-se contra medidas pouco democráticas e obscuras.

O resultado destas eleições alterou o comportamento legislativo do partido vencedor, neste caso o PAICV, face às eleições anteriores, havendo uma maior abertura às propostas da oposição, o que proporcionou uma evolução no sistema democrático cabo-verdiano.

Segundo a investigação de Évora (2009, p.150) esta “diferença de comportamento” do partido maioritário, que tinha uma nova postura em relação às “iniciativas legislativas originadas do partido da oposição”, pode ser justificada por dois fatores.

Em primeiro lugar, o PAICV não conseguiu uma maioria qualificada, como o MpD nas eleições anteriores, o que alterou o comportamento governativo.

Em segundo lugar, devem ser tidas em conta as mudanças que ocorreram no interior do MpD que, para além das cisões já citadas, obrigaram a uma mudança na liderança. Esta mudança alterou o estilo de fazer política do partido e influenciou a sua atuação no Parlamento, tornando as discussões políticas mais pacíficas e construtivas.

Na mesma investigação, a autora refere que, entre 2001 e 2002, os partidos políticos que compunham o Parlamento eram caracterizados por uma baixa iniciativa

legislativa quando estavam na oposição e uma mudança de comportamento, com uma maior iniciativa, quando o partido era maioritário.

Esta pouca atividade da oposição estendia-se também às funções que deveria assumir em relação à fiscalização e controlo das ações do Executivo. Aliás, esta fiscalização da oposição estaria muito mais direcionada para os círculos eleitorais do que para questões de âmbito nacional, o que acabava por favorecer o Poder Executivo, que se sobrepunha ao Poder Legislativo.

Este facto é corroborado pela constatação da mesma autora de que o Poder Executivo, desde 1996 até 2005, tinha apresentado mais propostas de lei e, conseqüentemente, mais propostas aprovadas e publicadas do que o Poder Legislativo, transformando-se, assim, no principal legislador.

Este favorecimento do Poder Executivo tem repercussões ao nível do Parlamento e das Comissões, que acabam por sair enfraquecidas, dado que a ação legislativa está centralizada no plenário e nos grupos parlamentares, com destaque para o líder destes grupos, que, por sua vez, dependem do Chefe do Executivo, o Primeiro-Ministro e presidente do partido. Assiste-se, assim, a um predomínio do Poder Executivo.

Face ao exposto, conclui-se que o Poder Legislativo funciona quase apenas para votar as propostas do Executivo, concentrando, assim, no Primeiro-Ministro o poder de decisão, facilitado pelas contínuas maiorias absolutas que se têm verificado nas várias eleições legislativas.

Ora, não havendo um equilíbrio entre estes dois poderes, com um Poder Legislativo pouco eficaz e enfraquecido, e condicionado pelos resultados do sistema eleitoral, Évora (2009) defende que ainda não se pode considerar que exista uma consolidação democrática em Cabo Verde.

Aliás, a mesma autora refere que “o fato de um país incorporar os princípios e as regras que definem um governo democrático não é suficiente para produzir democracias com qualidade e garantir a consolidação do regime democrático.” Évora (2009, p.15)

Para a implantação de uma verdadeira democracia é necessária não apenas o fim do regime autoritário, com a realização de eleições livres e democráticas, mas também a consolidação deste novo regime, situação que depende de muitos fatores.

Apesar de Cabo Verde ser considerado um modelo de democracia consolidada em África, esta ainda é limitada, dado que a avaliação tem em conta apenas as perspetivas formal e processual e não a análise da eficiência das instituições, nomeadamente as políticas, sendo esta uma das sugestões que será dada no subcapítulo que se segue.

4.5 Visão Prospetiva

Como foi referido anteriormente, um dos aspetos mais importantes para o desenvolvimento de Cabo Verde é a sua consolidação democrática, que, apesar de não estar finalizada, continua em marcha.

De acordo com Évora (2009), para se construir esta consolidação é necessário haver um equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo, o que não acontece ainda em Cabo Verde. Por isso, a autora indica a importância de realizar uma visível reforma política, no sentido de chamar os cidadãos ao seu dever de participar no processo legislativo, o que tornaria o Parlamento mais eficiente.

Para tal, medidas, como a democratização das atividades da Assembleia Nacional e a regulamentação da participação civil neste processo, seriam importantes estímulos para promover a visibilidade e a transparência do Órgão Legislativo e aproximar o eleitor do seu representante eleito.

Na mesma linha de pensamento, Silveira (2005) defende que a democracia deveria ser ativa e participativa para não ficar à merce do Estado, pelo que o povo deveria ter assegurada uma representatividade múltipla a todos os níveis da organização do Estado e, para além disso, ver salvaguardadas as minorias e as diferenças culturais, sociais e geopolíticas. Só assim poderá existir uma democracia virada para o futuro.

Segundo o mesmo autor, as eleições só serão justas quando forem eliminadas as desigualdades sociais e económicas entre os cidadãos, sendo nessa altura possível exercer de forma equilibrada o poder democrático.

Mesmo pelos responsáveis do Governo atual, a consolidação da democracia ainda é um processo em construção, uma vez que, segundo os seus dirigentes, é necessário estimular a liberdade e apostar na ampliação e reforço da cidadania, dado que uma sociedade civil ativa incentiva a qualidade e a melhoria das condições de vida de uma sociedade. (PAICV, 2011 pag.34)

Aliás, no programa de Governo para a Legislatura 2011-2016 é referida a necessidade de “criar as condições para aprofundar as liberdades, reforçar a cidadania e o empoderamento individual e social e também, por essa via, consolidar a democracia e garantir paulatinamente o exercício por TODOS de TODOS os direitos.” (PAICV, 2011, p.43)

Para além disso, e reconhecendo o papel dos partidos políticos na construção da democracia, o Governo compromete-se a “reforçar a sua autonomia e liberdade de acção e garantir uma maior transparência das suas actividades.” (PAICV, 2011, p.43)

Outra perspetiva para entender o desenvolvimento de Cabo Verde é através da análise da evolução do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶¹.

De acordo com Pinto (2009b), o IDH relativo ao ano de 2005 e divulgado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2007/2008⁶², revelou que Cabo Verde se encontrava no nível médio de 0,736, no 102º lugar, num total de 177 países.

De acordo com Amaral (2009, p.18), esta posição no IDH revela que os cabo-verdianos conseguiram travar as suas lutas ideológicas sempre de forma pacífica e que Estado soube implementar “os oito pilares da boa governança de um Estado independente, mono-étnico, de democracia consolidada, com rotatividade partidária no governo,” considerando que estes pilares são: “estimulação da consciência de cidadania participativa; respeito pela lei e previsibilidade da resolução de conflitos; transparência nas acções; receptividade ou satisfação atempada das necessidades dos cidadãos; mediação consensual; equidade e inclusividade sociais; eficácia e eficiência da utilização de recursos; e mecanismos claros de prestação de contas. “

Porém, o último relatório do PNUD, de 2012, mostrou que o país desceu alguns postos, passando para o 132º lugar do ranking, num universo de 186 países, mantendo-se no nível médio, mas com um índice de 0,586, índice este que tem vindo a subir lentamente desde 2010 – com 0,581 e 2011 com 0,584. Esta descida pode ser explicada tanto pela entrada de novos países, como pela evolução mais rápida de outros países, que foram ocupando lugares superiores no ranking.

De salientar que existe um dado muito preocupante que contribuiu para esta descida no índice: a média de anos de escolaridade que se apresenta nos 3,5 anos⁶³ em vez dos esperados 12,7 anos. Pode-se especular que esta elevada taxa de insucesso escolar se deve à política de educação que não é adequada às necessidades do arquipélago.

Apesar disso, neste relatório verificou-se uma taxa de alfabetização de 84,3%, um pouco superior à de 2007/2008 – 81,2% -, o mesmo acontecendo com a taxa média de vida à nascença, que passou de 71,0 anos para 74,3 anos. Embora a diferença não seja muito

⁶¹ Recorde-se que o IDH foi criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen e a elaboração do seu relatório anual é da responsabilidade do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas desde 1993. Este índice é utilizado para medir comparativamente o rendimento *per capita*, a escolaridade, a esperança média de vida, entre outros elementos que são indicadores do desenvolvimento. Para facilitar o seu entendimento apresenta três níveis: alto, se igual ou maior que 0,800; médio, se entre inferior a 0,800 e superior a 0,500; e baixo, se inferior a 0,500. (Pinto, 2009b, Martins, 2009). No último relatório já surgem quatro níveis: desenvolvimento muito alto – a partir de 0,80; desenvolvimento alto – mais de 0,71 e menos de 0,80; desenvolvimento médio – entre 0,535 e 0,71 – e desenvolvimento baixo.

⁶² De notar que o relatório foi divulgado com uma diferença de cerca de dois anos entre o ano em estudo e a sua elaboração.

⁶³ Segundo o relatório do PNUD estes dados são referentes a 2010 e baseados em regressão transnacional.

elevada, estes dados mostraram que tem havido um esforço governamental, tanto na área da saúde, como na área da educação/alfabetização.

Outro dado também preocupante está relacionado com o PIB, que passou de um valor estimado pelo Banco Mundial de 5803 dólares americanos (USD) *per capita* para um valor real de 3616 USD *per capita*, o que revela que houve um decréscimo relevante da qualidade de vida dos cabo-verdianos. Esta descida tão pronunciada do PIB pode explicar-se não só porque o primeiro valor é estimado e o segundo é real, como também, e talvez mais importante, devido aos impactos negativos da recessão internacional que teve início em 2008.

Sendo um país dependente do exterior e uma economia aberta, a crise internacional teve um grande impacto na economia cabo-verdiana. A grande dependência de produtos importados para colmatar as suas necessidades básicas constituiu um problema acrescido, pois assistiu-se a uma subida enorme no preço das matérias-primas, quer sejam cereais, quer sejam produtos petrolíferos. Além disso, sendo o arquipélago muito vulnerável aos acontecimentos internacionais, viu as suas receitas do turismo, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e as remessas baixarem substancialmente, o que se ressentiu bastante na economia cabo-verdiana, dado que a soma das remessas com a ajuda ao desenvolvimento representam mais do que um terço do PIB.

Para tentar colmatar esta recessão e diminuir os seus efeitos, foram adotadas políticas de estabilidade macroeconómica no sentido de assegurar uma baixa inflação e o aumento do rendimento da população. Para além disso, recorreu-se a investimentos e políticas estratégicas no sentido de fomentar os fatores competitivos, através da criação de infraestruturas e de um ambiente favorável à fixação do setor privado e também da reforma do setor público. (PAICV, 2011)

Em relação ao comércio, ainda existe uma percentagem de importação de produtos comerciais – 44,8% do PIB, 0,7 milhares de milhões de USD – muito superior à exportação – 2,9%, -, o que não se verifica nos serviços onde as exportações – 31,3%, 0,5 milhares de milhões de USD – são superiores às importações – 23,2%, 0,4 milhares de milhões de USD. Estes dados revelam que o país ainda tem a balança comercial bastante deficitária, não só porque a soma das importações é muito superior às exportações, mas também porque o valor gasto em dólares norte-americanos é bastante superior ao valor recuperado com as exportações.

Por fim, com uma população contabilizada em 500 mil habitantes em 2012, estima-se que haja um crescimento da população para 600 mil habitantes para 2030.

Noutra abordagem, Pinto (2008) e Silveira (2005) são da opinião que o desenvolvimento de Cabo Verde, como de todos os países da África Lusófona, está

dependente da sua abertura ao mundo globalizado, aceitando, de forma natural, a transferência de alguma soberania interna para organizações internacionais que se comprometam a defender os interesses do país.

É nesta integração regional que importa salientar o importante papel das Organizações Não Governamentais (ONG) no desenvolvimento de Cabo Verde.

A plataforma das ONG de Cabo Verde foi criada em 1996 e teve a influência de três acontecimentos importantes no arquipélago: a independência do país em 1975, a promulgação da lei sobre as associações em 1987 - Lei nº78/III/87 - e a abertura política em 1991. (Sangreman et al, 2010)

A maior parte destas ONG fazem parte do programa da APD e os seus principais objetivos estão relacionados com a colaboração no sentido de desenvolver o país e têm várias áreas de intervenção, limitadas pelo financiamento externo de que dependem para priorizar uns projetos em detrimento de outros.

Para Nascimento (2009), a pobreza do arquipélago não está só relacionada com o legado colonial e com a escassez de recursos, mas essencialmente com a adoção de políticas de desproteção familiar e social.

E é nesta área que as ONG têm vindo a atuar. Daí apostarem na proximidade com os municípios, ou diretamente com os parceiros, descentralizando a cooperação. Não sendo o principal objetivo, fazem também uma análise crítica do poder político, ora colaborando com o governo, ora fazendo oposição ao modelo governamental proposto, agindo sempre de forma independente dos partidos políticos.

Para além das ONG, Cabo Verde tem beneficiado de ajuda externa, quer através de donativos e empréstimos, quer através de acordos com outros países, no sentido de criar uma base de cooperação que permita incrementar o desenvolvimento do país.

Martins (2009, p.71) salienta ainda que este apoio internacional tem sido relevante, principalmente no que concerne ao “fornecimento de produtos alimentares essenciais que o arquipélago não consegue produzir de forma a garantir as necessidades diárias da população.”

No entanto esta ajuda obedece a um programa internacional e de acordo com Pinto (2009b, p.145) estas “modalidades de cooperação derivam da natureza da APD e da forma como a mesma é canalizada. Assim, o tipo ou natureza da APD indica a forma como a ajuda irá atingir o sector beneficiário.”

Por esta razão e pela ligação que manteve com as suas ex-colónias, Portugal foi, quase desde a independência, «recrutado» para dar apoio técnico a nível económico e

administrativo a estes países⁶⁴, apoio que se tem vindo a prolongar não só nestas áreas, mas também noutras, de acordo com as necessidades de cada um.

Mais recentemente, e em particular no caso de Cabo Verde, Portugal tem estabelecido acordos bilaterais – os Programas Indicativos de Cooperação –, onde são definidas as principais áreas de intervenção e acordos multilaterais, nomeadamente inseridos em programas da União Europeia (UE), da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e das Nações Unidas, entre outras.

Um exemplo de acordo bilateral está relacionado com a área da educação, na qual, segundo Barreto (2010, p.251), Portugal tem procurado cooperar no sentido de oferecer “bolsas para institutos e universidades em Portugal”, garantindo “o desenvolvimento e consolidação das instituições de ensino superior em Cabo Verde, com uma cooperação entre instituições dos dois países e não entre instituições cabo-verdianas e docentes portugueses individualmente.

Aliás, com o intuito de criar uma estratégia de cooperação entre os países de língua oficial portuguesa – Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe -, foi criada a CPLP em julho de 1996, tornando-se um importante passo para a globalização da economia e uma ferramenta a longo prazo para responder aos desafios futuros, sem deixar de respeitar as realidades políticas, sociais e culturais de cada um dos seus membros.

Na altura da sua formação, pretendia-se que os seus constituintes cooperassem nas vertentes económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica, fomentassem a promoção e a divulgação da língua portuguesa e concertassem esforços político-diplomáticos, principalmente ao nível das relações internacionais. Para além disso, na revisão dos seus estatutos, em 2001, ficou também definido que seriam criadas condições para a implementação de uma política de cooperação efetiva entre os países membros, em que, segundo Pinto (2005) haveria uma dinâmica intracomunitária, com projetos e ações globais.

Se nos primeiros quatro anos a CPLP teve pouca visibilidade e se dedicou à instalação e estruturação, a partir daí tem tido alguns avanços, com Portugal e o Brasil a serem os maiores financiadores do Orçamento. No entanto, apesar desta evolução, Pinto (2005, p.357) refere que “não falta à CPLP vontade de desenvolver projectos, faltam-lhe, isso sim, recursos para fazer as acções necessárias à consecução dos mesmos.”

⁶⁴ Conforme se referiu anteriormente, o tipo de colonização portuguesa não permitiu a criação de infraestruturas económicas e administrativas, sendo todo o monopólio dado à Metrópole. Por esta razão toda a organização administrativa, legislativa, social e económica teve de ser reestruturada.

Em particular, e ao abrigo da cooperação no seio da CPLP, foi assinado em março de 1998 o Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal. Este acordo permitiu criar uma taxa de câmbio fixa, primeiramente entre o escudo português e o escudo cabo-verdiano e, após a adesão de Portugal ao Euro em 2000, entre o euro e a moeda cabo-verdiana.

Este passo foi determinante para a economia cabo-verdiana, não só porque diminuiu o risco cambial, como também foi crucial para a integração económica e financeira do país na economia internacional. Factos corroborados por Martins, Loureiro & Ribeiro (2008, p.92), que salientam que esta ancoragem cambial proporcionou uma “estabilidade macroeconómica” e facilitou “o aprofundamento das relações económicas de Cabo Verde com o continente europeu.”

Aliás, Silveira (2005) defende que uma das medidas prioritárias em termos de política externa seria a criação de vínculo com a UE, e Portugal, com o qual Cabo Verde e as restantes ex-colónias têm mantido uma relação privilegiada, tem servido de ponte para o estabelecimento deste vínculo.

Um exemplo desta intervenção portuguesa aconteceu quando Cabo Verde deixou de pertencer aos Países Menos Avançados e passou a ser considerado um País de Desenvolvimento Médio. Nessa altura, em 2004, Portugal interveio no sentido de solicitar um período transitório que permitisse que Cabo Verde se adaptasse a esta mudança, dado que esta implicava uma perda de benefícios e apoios internacionais.

Este período foi concedido por três anos, segundo Resolução 59/209 das Nações Unidas de dezembro de 2004, e só a partir de janeiro de 2008 é que Cabo Verde foi incluído, oficialmente, no grupo dos Países de Rendimento Médio.

Este novo estatuto permitiu que Cabo Verde beneficiasse do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, destinado às regiões ultraperiféricas da UE, como os Açores, a Madeira e as Canárias. (Martins, 2009)

Para além disso, o arquipélago acordou uma parceria especial com a UE, em vários domínios, nomeadamente na segurança e desenvolvimento, de modo a permitir que Cabo Verde participe nalguns programas da UE.

A acrescentar a esta parceria, Cabo Verde tem feito acordos de cooperação com outras entidades, como a *Millenium Chalenge Account* dos Estados Unidos da América, por exemplo, e aderiu à Organização Mundial do Comércio, entrando oficialmente no mercado liberalizado das atividades comerciais.

Todo este alargamento político-económico, acordos e parcerias conduz a que, segundo Silveira (2005, p.9), Cabo Verde seja “um caso de regionalismo africano” a

enfraquecer, uma vez que cada vez mais assimila os valores da sociedade ocidental, tanto nos aspetos políticos e socioculturais, como através da sua herança genética.

Para finalizar, não se pode deixar de salientar o papel da Organização das Nações Unidas, que na Cimeira do Milénio realizada em setembro de 2000, definiu um conjunto de objetivos cuja finalidade era o desenvolvimento dos seus 189 Estados Membros. Estes objetivos são conhecidos pelos Oito Objetivos do Milénio e a sua meta é 2015.

De acordo com Pinto (2009b), os Estados Membros, onde se inclui Cabo Verde, comprometeram-se a:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome, através da redução para metade da percentagem de pessoas com um rendimento inferior a 1 dólar por dia e da percentagem da população com fome;
2. Alcançar o ensino primário universal, proporcionando a todas as crianças condições para terminar o primeiro ciclo do ensino;
3. Promover a igualdade de género e a autonomia da mulher, eliminando disparidades entre sexos no ensino a todos os níveis até 2015;
4. Reduzir a mortalidades infantil, reduzindo em dois terços a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos;
5. Melhorar a saúde materna, reduzindo em três quartos a taxa de mortalidade materna;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves, controlando a sua propagação e invertendo a tendência crescente;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental, o abastecimento de água potável e habitação para os pobres, promovendo políticas de desenvolvimento sustentável e de preservação dos recursos naturais, reduzindo para metade a percentagem de pessoas sem acesso a água potável e melhorando significativamente a vida de 100 mil habitantes de bairros degradados e
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento, elaborando um programa de redução da dívida dos países em desenvolvimento adequado, de modo a tornar o endividamento viável a longo prazo, implementando estratégias de promoção do emprego, negociando o acesso a medicamentos essenciais e a novas tecnologias de informação e desenvolvendo um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias.

Destes objetivos, o Governo atual assume que quatro já foram atingidos, o que parece promissor para alcançar os restantes quatro, ou seja, a totalidade. na data prevista. Não especificando quais são, a mesma entidade salienta que já foram tomadas medidas

para eliminar a pobreza extrema e também foram feitos progressos nas áreas do crescimento económico e da redução da pobreza. (PAICV, 2011)

Entre estas medidas são referidas a modernização da agricultura e o apoio financeiro aos agricultores, o que aumentou a produção agrícola, diminuiu o preço dos géneros alimentícios e, conseqüentemente, diminuiu a dependência internacional.

No contexto social têm sido feitos esforços no sentido de expandir a proteção social e, em colaboração com vários parceiros, várias famílias têm sido apoiadas na reabilitação das suas casas. Para além disso, investiu-se na capacitação, de forma a “criar as habilidades necessárias para a nova economia e incutir a atitude do empreendedorismo na sociedade cabo-verdiana” e na modernização do ensino, desde o pré-escolar até ao universitário. (PAICV, 2011, p.16)

Contudo, a área onde ocorreu maior investimento foi nas infraestruturas, com a construção de aeroportos internacionais, portos, estradas e pontes, escolas, hospitais e centros de saúde, para além do alargamento da rede elétrica a 95% do território e do aumento do acesso à água potável, que já chega a 90% da população.

Todos estes investimentos e políticas tiveram como resultados concretos o aumento da qualidade de vida, o reforço da cidadania e a classificação de Cabo Verde como um dos países com melhor IDH de África. Este facto mostra o esforço que o país tem feito no seu desenvolvimento e a criteriosa aplicação da APD.

No entanto, apesar desta melhoria significativa, Cabo Verde ainda continua a enfrentar vários desafios, principalmente ao nível do desemprego, da energia e da pobreza.

Em relação ao desemprego, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2010, a taxa de desemprego desceu de 17,3% - valor de 2000 – para os 10,7%⁶⁵, sendo as camadas mais afetadas os jovens e as mulheres. Com os níveis de educação mais altos, é necessário criar empregos qualificados com melhores salários.

Como consequência desta taxa de desemprego, encontra-se a taxa de pobreza, que apesar de também ter descido, continua a ser preocupante, uma vez que praticamente um quarto – 24% - da população é pobre, sendo mais incidente nas zonas rurais, devido à limitada área de terra arável.

Por fim, a energia continua a ser um enorme desafio, onde ainda muito há para fazer, nomeadamente em termos da reorganização do setor, de capacitação dos recursos humanos e do investimento na melhoria da transmissão e da distribuição da eletricidade, pois, apesar do já referido aumento da rede, ainda existem demasiados cortes de energia, que se tornam críticos principalmente para a competitividade das empresas.

⁶⁵ In IV Recenseamento Geral da População e de Habitação – CENSO 2010, <http://www.ine.cv/censo/files/Resumo%20indicadores%20RGPH%202010.pdf>

Para além destes três fatores prioritários, existem ainda outros setores onde é necessário apostar, como os transportes, principalmente entre ilhas; a capacitação dos recursos humanos; a melhoria da qualidade do sistema educativo; a melhoria da eficácia da administração pública; o aumento da competitividade económica global e o crescimento do setor privado competitivo no mercado internacional.

Em suma, o Mundo está a mudar e Cabo Verde tem de acompanhar esta mudança. A evolução da crise económica e financeira internacional é imprevisível e não se prevêem mudanças significativas a curto prazo. A instabilidade política do mundo árabe, a instabilidade na região subsariana e a crise internacional são fatores de incerteza que dependem da eficácia das políticas a ser implementadas por todo o Mundo.

Assim sendo, cabe ao Governo de Cabo Verde a responsabilidade de gerir a economia neste contexto de incerteza, diversificando as fontes de financiamento e de investimento e construindo novas parcerias. Só assim será possível sobreviver a esta crise e continuar a demanda do desenvolvimento sustentável.

Conclusão

Após a descoberta do arquipélago de Cabo Verde, devido à sua localização estratégica, o colonizador português teve necessidade de o povoar, introduzindo culturas, animais e pessoas vindas, quer da Europa, quer de África, o que fez nascer uma sociedade mestiça, com características de homogeneidade tanto étnica como religiosa. Estas características tornaram o arquipélago num caso particular.

Se na Era do Colonialismo, o continente africano foi assolado pela exploração dos seus recursos naturais e humanos, na década de 50 assistiu-se à criação de movimentos independentistas que, na África Lusófona, por falta de visão do Estado Português, culminou na Guerra Colonial.

Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e um dos mais ativos defensores da liberdade para os povos africanos, elaborou uma estratégia de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, com o objetivo duplo de assegurar o êxito da luta e abrir perspectivas para o desenvolvimento de ambos os países.

E foi com o objetivo de lutar pela independência dos dois países que o PAIGC declarou guerra a Portugal a 23 de janeiro de 1963. No entanto, dada a posição geoestratégica da Guiné-Bissau, a luta foi travada, quase na sua totalidade, no seu território, ficando Cabo Verde com o compromisso de lutar na frente diplomática, procurando apoio internacional.

Contudo, o processo de independência de Cabo Verde não foi pacífico. Aliás, Nascimento (2009, p.250) defende que “a identidade cultural cabo-verdiana não se transmutou imediata e incondicionalmente num desejo independentista, e menos ainda, na adesão a uma independência liderada pelos combatentes da Guiné.”

Em jeito de resumo, pode afirmar-se que o processo de descolonização de Cabo Verde pode ter sido um pouco precipitado, tendo em conta que a transição de poder não permitiu a construção de estruturas administrativas que servissem de alicerce suficientemente sólido para o Estado que estava a nascer.

No entanto, seria difícil ter sido de outra forma, dada a pressão intensa exercida pela comunidade internacional, pelo MFA e pelo PAIGC, que tudo fez para acelerar este processo. A esta pressão acresceu também a situação política instável em que se encontrava Portugal.

Assim, conforme afirma Pinto (2005, p. 186), a descolonização “iniciou-se com décadas de atraso e decorreu com uma celeridade excessiva”, ficando marcado “por uma

reduzida capacidade negocial de parte de Portugal” e pela “falta de um projecto de descolonização aglutinador da vontade nacional, sendo que essa carência foi resultante da inexistência de uma elite alternativa ou de uma contra-elite preparada para assumir o poder e a mudança.”

Mesmo assim, o conflito político-armado chegou ao seu propósito, com a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e com uma liderança binacional, onde foram traçadas diretivas para a construção da unidade entre os dois países, que permitissem o seu desenvolvimento coordenado e complementar.

De notar que o PAIGC teve um papel muito importante para a agregação do povo cabo-verdiano, não só durante a luta de libertação, como também durante a fase de transição do Poder e, mais tarde, após a independência, assumindo-se como única força política com capacidade para elaborar um projeto de construção do Estado de Cabo Verde.

Por esta razão, mas também pela conjuntura internacional, como todas as nações da África Lusófona, também Cabo Verde, adotou o regime de partido único e autoritário, sistema que se prolongou por quinze anos.

Durante este período, era proibida qualquer organização política e todas as atividades socioeconómicas eram baseadas na economia planificada, estando o Estado no centro de todos os investimentos, o que teve como consequência a estagnação económica.

A oposição do regime era exercida maioritariamente do exterior, dada a repressão que se vivia no país.

Um destes opositores, Leitão da Graça (2004), contestava fortemente as razões para a adoção do regime de partido único. Defendia que não era mais eficaz para a integração nacional, dado que já existia unidade nacional antes mesmo da independência; não era necessária para impedir a luta de classes e fomentar a união nacional, pois a sociedade cabo-verdiana era heterogénea; e não assegurava um melhor desenvolvimento do país em menos tempo, visto que o país se mantinha subdesenvolvido.

Devido a esta estagnação e também por uma questão de liderança política, em 1980, quando se deu o golpe militar na Guiné-Bissau, a manutenção de um partido binacional tornou-se inviável. Porém, esta cisão entre os dois países teve como consequência a criação de um novo partido, com os seus objetivos, mas unicamente cabo-verdiano, o PAICV, que manteve o mesmo regime monopartidário.

Apesar das características autoritárias, Cahen (1991) defende que o regime de partido único em Cabo Verde, assim como em S. Tomé e Príncipe, foi bastante mais moderado, permitindo a existência de algumas manifestações políticas e sem registos de episódios de violência na dimensão daqueles que ocorreram em Angola, na Guiné-Bissau e

em Moçambique, contribuindo para uma estabilidade única no que concerne à África Lusófona.

Facto corroborado por Nascimento (2009), que salienta que regime de partido único era regido por uma relativa tolerância, fruto da necessidade de sobrevivência, a fim de evitar conflitos numa altura de carências económicas e sociais. Apesar de existirem conflitos relacionados com a reforma agrária e com o bloco socialista do PAICV, contestado pela comunidade juvenil, houve sempre um esforço para manter a paz social e política.

No entanto, esta opinião é contestada por Leitão da Graça (2004, p.263), que defende que “até à abertura política de Fevereiro de 1991, a democracia esteve ausente” de Cabo Verde, com uma total “ausência de democracia no país e a restrição significativa dos direitos do homem, o que levou à prática de muitas violações dos mesmos.” (p. 262)

Porém, a fragilidade económica que tornava o país dependente da ajuda externa, tornava-o também vulnerável às mudanças políticas que ocorriam. A queda do comunismo no Leste Europeu e o fim de alguns regimes monopartidários no continente africano – como o caso de Benim e de África do Sul, por exemplo – tiveram uma forte influência na abertura política e no início da transição democrática em Cabo Verde.

Sobre a queda do comunismo, Pinto (2005) defende que se a Guerra Fria teve como consequência o alargamento da política marxista em Cabo Verde, como em toda a África Lusófona, foi o fim desta que permitiu a abertura política.

Esta abertura política teve início em 1990, quando o Governo procedeu a uma revisão constitucional que permitia a legalização de outros partidos políticos, deixando de ser a única força política dirigente do Estado e da sociedade.

Mesmo com esta abertura, Nascimento (2009), a exemplo de Cahen (1991) refere que nunca se registaram atos de violência política, apesar das várias divergências que existiram.

Nas primeiras eleições democráticas, realizadas a 13 de janeiro de 1991, o MpD, única organização política que preenchia todos os requisitos legais, derrotou de forma clara o PAICV, tanto nas eleições legislativas, como nas presidenciais e nas autárquicas.

Esta derrota denota o desgaste político em que se encontrava o Governo e a forte presença da população nas urnas mostra que “foi um voto pela mudança, um voto de protesto contra o regime autoritário”. (Évora, 2004, p.121)

O primeiro governo eleito democraticamente tomou várias medidas de cariz democrático, como a alteração da Constituição, com o intuito de dar formalmente mais direitos ao povo cabo-verdiano, e a abolição da polícia política. Em termos económicos, a grande medida a salientar foi o início do processo de privatizações.

Mesmo com a adoção destas medidas, que valeram duas eleições consecutivas, o Governo liderado pelo MpD acabou por estagnar o processo de consolidação democrática. Conquistando a maioria absoluta nos dois mandatos, o Governo adotou um modelo majoritarista, que se opunha aos princípios democráticos, mantendo até algumas semelhanças com o regime anterior.

Provavelmente se as eleições não tivessem sido bipartidárias e existissem outras forças políticas a concorrer, o início da consolidação democrática teria sido mais precoce. Por outro lado, Sanches (2010) salienta o facto de o sistema político cabo-verdiano ter assumido um carácter bipartidário, situação que o tornou mais estável, favoreceu a governabilidade e a implementação de políticas públicas.

Contudo, este padrão bipartidário característico de Cabo Verde deveu-se a vários fatores, sendo o principal, o facto do sistema democrático ter nascido com a disputa de eleições entre o PAICV e o MpD, tornando-se estas duas forças políticas as dominantes no cenário político.

O ponto de partida desta consolidação foi alcançado após a transferência de Poder que ocorreu nas eleições de 2001, quando o PAICV passou a governar e o MpD a fazer oposição.

Segundo o estudo de Sanches, em 2011, Cabo Verde combinava características de uma democracia consolidada – com uma relativa previsibilidade dos resultados eleitorais, por exemplo -, com aspetos de uma democracia mais recente, como é o caso do surgimento de novos pequenos partidos a partir da cisão de outros partidos.

Mas, considerando que a qualidade da democracia está relacionada com a eficiência do Parlamento, a investigação de Évora (2009) leva a concluir que a Assembleia Nacional de Cabo Verde ainda tem pouco poder no que concerne à formulação das políticas públicas, uma vez que o Poder Legislativo está dependente dos princípios dos dois maiores partidos políticos.

Este facto contraria a Constituição de Cabo Verde, que estabelece um sistema de governo parlamentar com um Poder Legislativo forte, o que tem prejudicado a atuação do sistema político.

Uma reforma política no sentido de tornar o Parlamento e, conseqüentemente, o Poder Legislativo mais dinâmico, democrático e representativo e a adoção de medidas que aproximem a sociedade civil do renovado Parlamento, podem contribuir para a desejada consolidação democrática.

Posto isto, como Cabo Verde está no bom caminho para atingir os Objetivos do Milénio, não parece abusivo concluir que a investigação encontrou respostas para as questões que foram formuladas na introdução.

Bibliografia

- Albuquerque L. & Santos, M. E. (1991). *História geral de Cabo Verde*. (Vol I). Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.
- Alegria, M. F., Bethencourt, F., Chaudhuri, K., Curto, D.R., Domingues, F. C., Farinha, A. D. et al (1998). *História da expansão portuguesa. A formação do Império (1415-1570)*. (Vol. I). Navarra: Temas e Debates, Circulo de Leitores
- Amaral, I. (2009) Dilemas de uma Agenda Global para a África Lusófona. In *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos* nº2 (pp.11-22)
- Andrade, B. (1975). Ao fechar a última página da colonização portuguesa. In Andrade. B, Mauro, F, Axelson, E., Boxer, C. R., Serrão, J., Kellenbenz, H. (1975). *Balanço da Colonização Portuguesa*. (pp.7-58) Lisboa: Iniciativas Editoras
- Andrade, M. M. (1992). *A queda do artigo quarto*. S. Vicente: Editora Nazarena
- Barreto, M. A. (2010). A cooperação no Ensino Superior: parceria entre a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria e o Instituto Pedagógico de Cabo Verde entre 2000 e 2004. In Sangreman, C., Sarmiento, E., Proença, F., Barreto, A., Santos, T., Ribeiro, H., et al (2010). *A cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. (cap. VI, pp.249-266). Edição CEsa e ACEP
- Boahen A. A. (2010). O colonialismo na África: impacto e significação. In Boahen A. A. (Ed.) (2010). *História geral de África. África sob dominação colonial, 1880-1935*. (2ª ed, Vol. VII, Cap.30, pp.919-950). Brasília: UNESCO.
- Boxer, C. R. (1975). As raízes de Portugal em África, 1415-1800. In Andrade. B, Mauro, F, Axelson, E., Boxer, C. R., Serrão, J., Kellenbenz, H. (1975). *Balanço da colonização portuguesa*. (pp.109-132) Lisboa: Iniciativas Editoras
- Cabral, A. (1974). *Textos políticos*. Porto: Edições Afrontamento
- Cabral, A. (1972, 15 de outubro). *Identidade e dignidade no contexto de luta de libertação nacional*. Discurso aquando do recebimento do grau de Honoris Causa na Universidade Lincoln, Pennsylvania.
- Carmo, Hermano (2000). Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra. In Teixeira, R de A. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.167-184). I Congresso Internacional “ A Guerra Colonial: realidade e ficção”; Lisboa, Portugal, Abril, 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Chinweizu (2010). A África e os países capitalistas. In Mazrui, A. A. (2010) *História geral de África. África desde 1935*. (Vol. VIII, Cap.29, pp.926-963). Brasília: UNESCO.
- Cohen, M. (1991). Arquipélagos da alternância - a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15 (pp.113-154).

- Correia, P (1991). *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito
- Correia, P. (2000). Introdução. In Teixeira, R de A. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.51-56). I Congresso Internacional “ A Guerra Colonial: realidade e ficção”; Lisboa, Portugal, Abril, 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Cunhal, A. (1964). Rumo à vitória. In Valles, E. (1974). *África: colonialismo e socialismo*. Lisboa: Seara Nova
- Davidson, A. B., Isaacman, A. F., & Péliissier, R. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935. In Boahen A. A. (Ed.) (2010). *História geral de África. África sob dominação colonial, 1880-1935*. (2ª ed, Vol. VII, Cap.27, pp.787-832). Brasília:
- Évora, R. (2004). *Cabo Verde. A abertura política e a transição para a democracia*. Cidade da Praia: Spleen Edições
- Évora, R. (2009). Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Doutor, orientada pela Doutora Maria Francisca Pinheiro Coelho, Brasília
- Fernandes, A. C. M. (2007). Guiné-Bissau e Cabo Verde: da Unidade à Separação. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras (Centro de Estudos Africanos) da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre, orientada pelo Doutor Maciel Santos Morais, Porto.
- Fernandes, A. J. (1995). *Introdução à Ciência Política*. Porto: Porto Editora
- Ferreira, E. S. (1977). *O fim de uma era. O colonialismo português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora
- Ferro, M. (1996). *História das colonizações – das conquistas às independências – séculos XIII- XX*. Lisboa: Editorial Estampa
- Fonseca, J. C. (1997, novembro). Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo Verde. In *Ciclos de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*. Praia, pp.1-9:s/e
- Guerra, J.P. (2009). *Descolonização portuguesa. O regresso das caravelas*. Prefácio de Melo Antunes. Lisboa: Oficina do Livro. (livro não paginado) Acedido em 22 de Janeiro de 2013 em www.googlebooks.pt
- Hernandez, L. L. (2002). *Os filhos da terra do sol, a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. S. Paulo: Selo Negro Edições.
- Hernandez, L.L (2005) *A África na sala de aula. Visita à África contemporânea*. S. Paulo: Selo Negro Edições
- Hrbek, I. (2010). *A desintegração da unidade política no Magreb*. In Niane, D. T. (Ed.) (2010). *História geral de África. África do século XII ao XVI*. (Vol. IV, Cap.4, pp.89-116). Brasília: UNESCO.

- Kodjo, E. & Chanaiva, D. (2010). Pan-africanismo e libertação. In Mazrui, A. A. (2010) *História geral de África. África desde 1935*. (Vol. VIII, Cap.25, pp.897-924). Brasília: UNESCO.
- Kouassi, E. K. (2010). África e a Organização das Nações Unidas. In Mazrui, A. A. (2010) *História geral de África. África desde 1935*. (Vol. VIII, Cap.29, pp.1053-1094). Brasília: UNESCO.
- Lara, A. S. (2000). *Colonização moderna e descolonização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Leitão da Graça, J. (2004). *Golpe de Estado em Portugal... Traída a Descolonização de Cabo Verde*. Praia: Gráfica da Praia
- Lima, M. S. (2000). *Génese e progresso da ideia da autonomia v. g. Independência nas colónias portuguesas*. In Teixeira, R de A. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.147-152). I Congresso Internacional “ A Guerra Colonial: realidade e ficção”; Lisboa, Portugal, Abril, 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Lopes, J. V. (2002). *Cabo Verde, os bastidores da independência*. (2ª ed.). Cidade da Praia: Spleen Edições
- Lopes Filho, J. (1996). *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. (Vol. II). Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação/e
- Ly-Tall, M. (2010). O declínio do Império Mali. In Niane, D. T. (Ed.) (2010). *História Geral de África. África do século XII ao XVI*. (Vol. IV, Cap.7, pp.193-209). Brasília: UNESCO.
- Macedo, J. B. (Adapt.) (1994). *História universal*. (2º Vol). Lisboa: Selecções de Reader's Digest
- Marques, F. P. (1999). *Sete noites, sete Ddas*. In: Brandão de Brito, J. M. (dir.). *Do Marcelismo ao fim do Império*. Braga: Círculo de Leitores
- Marques. A. H. (coord.). (1986) *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do senhor General Eanes*. (Vol. III). Lisboa: Pallas
- Martins, A. B. (2009). *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da Independência*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de Mestre, orientada por Professor Doutor José Filipe Pinto, Lisboa
- Martins, M. M., Loureiro, J. & Ribeiro, A. P. (2008, Outubro). *Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde – Portugal*. Porto: Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Faculdade de Economia, Universidade do Porto
- Mateus, D. C. (1999). *A luta pela independência*. Lisboa: Editorial Inquérito
- Mauro, F. (1975). *Haverá um paradoxo colonial português?* In Andrade. B, Mauro, F, Axelson, E., Boxer, C. R., Serrão, J. & Kellenbenz, H. (1975). *Balanço da colonização portuguesa*. (pp.59-82) Lisboa: Iniciativas Editoras

- Maxwell, K. (1985). As colónias portuguesas e a sua descolonização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, 529-547.
- Mazrui, A. A. (2010). Introdução. In Mazrui, A. A. (2010) *História geral de África. África desde 1935*. (Vol. VIII, Cap.1, pp.1-30). Brasília: UNESCO.
- Melo, A., Capela, J., Moita, L. & Pereira, N. T. (Ed.) (1974). *Colonialismo e lutas de libertação. 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento
- Movimento para a Democracia [MpD] (1993). *Moção de estratégia e estatutos do MpD*. II Convenção, Praia, Cabo Verde, janeiro 20, 1993
- Nascimento, A. (2009). *Pobreza...claro que nós temos*. Apontamentos para a análise da consciência institucional em torno da pobreza e da microviolência em contexto cabo-verdiano. In Handem, A., Pereira, A. A., Costa, A. B., Nascimento, A., Lopes, C. M.
- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC (1974a). *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde*. Porto: Afrontamento
- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC (1974b). *Sobre a situação em Cabo Verde*. Cadernos livres nº3. Lisboa: Sá da Costa
- Partido Africano da Independência de Cabo Verde [PAICV] (1983a). *Programa e estatutos do PAICV*. II Congresso, Praia, Cabo Verde, junho 21-27, 1983. Praia: DIP do PAICV
- Partido Africano da Independência de Cabo Verde [PAICV] (1983b). *O trabalho ideológico do Partido*. Documentos do II Congresso. Praia: DIP do PAICV
- Partido Africano da Independência de Cabo Verde [PAICV] (1988). *Num Mundo em Transformação, um Partido para o Futuro*. III Congresso, Praia, Cabo Verde, novembro 25-30, 1988. Praia: Grafito
- Pereira, A. (2003). *O meu testemunho. Uma luta. Um partido. Dois países*. Lisboa: Editorial Notícias
- Pinto, J. F. (2002). *Um Ocaso sem Acaso. Declínio e Queda do Império Português Após a II Guerra Mundial*. Dissertação em Espaço Lusófono: Cultura, Economia e Política apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de Mestre, orientada por Professor Doutor Marco António Monteiro de Oliveira, Lisboa
- Pinto, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidade*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática MNE
- Pinto, J. F. (2008). *Adimplendum est hodie*. In. *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*. nº1, 1-14
- Pinto, J. F. (2009a). *As Relações Europa-África: Perspectiva Diacrónica*. In *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*. nº2, 37-47
- Pinto, J. F. (2009b). *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio

- Pinto, J. F. (2010). *O Ultramar Secreto e Confidencial*. Coimbra: Edições Almedina
- Ramos, J. A. & Chantre, A.G. (Apres.) (1991). *Programa Político da União Caboverdeana independente e democrática*. 1º Congresso Nacional, S. Vicente, Cabo Verde, julho, 24, 1991. S. Vicente: Gráfica de Mindelo
- Rodney, W. (1975), *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova
- Rodrigues, C. U., et.al (2009) *Pobreza e paz nos PALOP*. (pp.247-274). Lisboa: Sextante
- Rosas, L. C. (2000). *Introdução*. In Teixeira, R de A. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.83-94). I Congresso Internacional " A Guerra Colonial: realidade e ficção"; Lisboa, Portugal, Abril, 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Rosas, F. (2000). *Introdução*. In Teixeira, R de A. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.23-29). I Congresso Internacional " A Guerra Colonial: realidade e ficção"; Lisboa, Portugal, Abril, 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Sanches, E. (2010). *Partidos e Democracia: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada*. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, 2010 – 50 anos das independências africanas. Lisboa:s/e
- Sanches, E. (2011). *Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano*. *Cadernos de Estudos Africanos*. Lisboa, 20, 111-138:s/e
- Sangreman, C., Sarmento, E., Proença, F., Barreto, A., Santos, T., Ribeiro, H., et al (2010). *A Cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. Lisboa: edição CEsa e ACEP
- Seller, J. (2004). *Atlas dos povos africanos*. Lisboa: Campo da Comunicação
- Silveira, O. (2005). *A democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri
- Soares, A. R. (2000). *A Guerra Colonial: realidade e ficção*. In Teixeira, R. (Org.) (2001) *A Guerra Colonial, realidade e ficção*. (pp.447-455). I Congresso Internacional. *A Guerra Colonial: realidade e ficção*; Lisboa, Abril 13-15, 2000. Lisboa: Editorial Notícias
- Spínola, A. (1974). *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia
- Torres, A. (1991). *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher
- Uzoigwe, G.N. (2010). *Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral*. In Boahen A. A. (Ed.) (2010). *História Geral de África. África sob dominação colonial, 1880-1935*. (2ª ed, Vol. VII, Cap.2, pp.21-50). Brasília: UNESCO.
- Valles, E. (1974). *África: colonialismo e socialismo*. Lisboa: Seara Nova
- Vitoriano, J. M., Cruz, M. A. P & Lucena, M. M (1998). *Notas de História da África Ocidental*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Webgrafia

<http://www.socgeografialisboa.pt/historia/conferencia-de-berlim>

<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>

http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_complete.pdf

www.africanelections.tripod.com

<http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDIImg/ShowImage.aspx?language=pt-PT&q=/BGC/BGC-N217&p=125>

<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1429.pdf>

<http://www.legislacao.org/primeira-serie/decreto-lei-n-o-203-a-75-verde-cabo-eleitoral-voto-40591>

[http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Joao Nascimento.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Joao%20Nascimento.pdf)

<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article72063&ak=1>

Fontes Oficiais

Constituição da República de Cabo Verde de 7 de Outubro de 1980

Comissão do V Aniversário da Independência de Cabo Verde (org.) (1980). República de Cabo Verde. 5 anos de independência 1975-1980. Lisboa: Edições 70

Direcção Nacional do Planeamento [DNP] (coord.) (2009). Relatório de Progresso de Execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ministério das Finanças, República de Cabo Verde, Praia:s/e

Lei Constitucional nº2/III/90. Institui o princípio do pluralismo político

Lei da Organização política do Estado, de 5 de julho de 1975, publicada no Boletim Governo de Cabo Verde [GCV]. (1991). Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 3.

Índice Remissivo

A

Amaral, I. – 18

Andrade, M. – 9,17,38

B

Boahen, A. – 924

Barreto, A. – 251

C

Cabral, A. – 6,14,15

Calafate, V. – 122

Chantre, G. – 6

Chinweizu. – 928

Cohen, M. – 114

Correia, P. – 13,15,52

E

Évora, R. – 15,68,70,74,77,81,89,108,121,150

F

Fernandes, J. – 63,88,94,102,148,149,150,

Ferreira, S. – 29

Ferro, M. – 235

H

Hernandez, L. – 23,111

Hrbek, I. – 113

K

Kodjo, E. – 905

L

Lara, S. – 14

Leitão da Graça, J. – 84,262,263,273

Lima, S. – 147

Lopes Filho, J. – 341,344

Lopes, V. – 229,331,353,374,418,421,554,556,649,655

Loureiro, S. – 92

M

Marques, P. – 105

Martins, M. – 92

Mateus, D. – 39,65,93

Mazrui, A. – 9

N

Nascimento, A. – 2,8,9,250

P

Pereira, A. – 103,141,148,161,272

Pinto, J. – 4,40,109,118,145,186,357,392

R

Ramos, A. – 6

Ribeiro, P. – 92

Rosas, C. – 25

S

Sanches, E. – 122

Silveira, O. – 9,106,153,157,181,203,205

Spínola, A. – 41,42,57,148,149,152

T

Torres, A. – 42,48

V

Valles, E. – 19,42,44

Vitoriano, M. – 175

APÊNDICES

Apêndice 1 – Entrevista realizada a 28 de Setembro de 2013 ao Dr. Basílio Ramos, actual Presidente de Assembleia de Cabo Verde para a Dissertação de Mestrado em Ciência Política cidadania e Governação.

- Esta entrevista tem três tópicos, sendo a primeira descolonização e sistema político de Cabo Verde. **Quais as razões que levaram ao sistema de partido unico?**

Julgo que se poderá entender a instituição do regime de Partido único em Cabo Verde a partir da explanação que se segue.

A luta de libertação nacional foi feita e conduzida por uma única força política, o PAIGC, enquanto movimento envolvendo as amplas massas populares que aspiravam à independência. Todos os cabo-verdianos, independentemente da origem social ou das convicções filosóficas, religiosa ou política, desde que aspirassem à independência e fossem contra o colonialismo, tinham lugar no referido movimento de libertação. O inimigo comum dos cabo-verdianos era o colonialismo português.

Aquando do 25 de Abril, a única força política minimamente organizada em Cabo Verde e com influência a nível internacional era o PAIGC. Este movimento rapidamente conseguiu impor-se e suscitar a adesão da esmagadora maioria dos cabo-verdianos em todas as ilhas.

A história da época regista jornadas memoráveis de mobilização popular aquando da chegada do General Spínola e do Presidente Mobutu do Zaire no Sal, da recepção dos dirigentes do PAIGC regressando da luta na Guiné (Silvino da Luz, Pedro Pires, Aristides Pereira), da chegada de Almeida Santos (Ministro Português) à Praia, da tomada da Rádio Barlavento em S. Vicente, da recusa do juramento da Bandeira Portuguesa pelos jovens recrutas cabo-verdianos no Quartel do Morro Branco, da greve da Função Pública que paralisou todas as ilhas, etc., etc. O objectivo foi o de rejeitar a tese da realização do Referendo, através do qual os cabo-verdianos deviam dizer se queriam a independência ou se queriam manter-se ligados a Portugal.

Tal força demonstrada pelo PAIGC fez com ele a tese do Referendo fosse derrotada e o referido partido reconhecido como o único e legítimo representante de Cabo Verde nas negociações com Portugal para fixar os termos da ascensão à independência nacional.

As eleições legislativas de Junho de 1975 (nas quais só o PAIGC participou) registaram uma elevadíssima taxa de participação e uma massiva votação nas listas do PAIGC. Vivia-se um ambiente de êxtase nacional, em torno dos ideais da independência.

Com isso não se pretende dizer que não tenha havido, durante o período pós 25 de Abril, outros grupos políticos opostos ao PAIGC. Surgiram a UDC (União Cabo-verdiana Democrática), defendendo a tese federalista e a UPIC (que já existia na emigração, defendendo a independência, mas sem a Unidade à Guiné), mas praticamente reduzido a um número inexpressivo de pessoas. Não conseguiram fazer frente ao PAIGC.

Por outro lado, é preciso ter em conta o contexto da época. A lógica era: Ser ou não ser a favor da independência. Não havia lugar para dissenso político-partidário, pois todas as energias deviam ser canalizadas para o desenvolvimento do país recém-independente. Não se pode perder de vista que a principal ameaça que sempre pairou sobre Cabo Verde e que a independência devia erradicar era a fome. Entendia-se que a luta contra a fome, o analfabetismo e as doenças era a prioridade. Os direitos básicos de acesso ao pão, à escola e à saúde, sobrepunham-se ao direito à liberdade política. Era este o pensamento dominante na altura. Por outro lado, em África predominava o sistema de partido único.

Hoje, como é evidente, poder-se-á questionar se não se poderia ter enveredado pela via do pluripartidarismo. Possivelmente, pois a UPIC, por exemplo, ainda que sem expressão em termos de capacidade de mobilização política, não era contra a independência. Era, sim, contra a Unidade Guiné-Cabo-Verde.

Por outro lado, manda a verdade dizer que, os principais “arautos da democracia” de 1991 e críticos do regime de partido único, foram também defensores e actores deste sistema em 1975.

Segundo tópico: Abertura ao Multipartidarismo

-Causa que conduziram a nova opção política?

-De que forma esta opção é responsável pelo actual estado de desenvolvimento de Cabo Verde?

As duas questões são interligadas, por isso procurarei responder, dando-te algumas linhas informativas acerca do surgimento de uma nova força Política, bem como as suas consequências no Panorama Político e Democrático Cabo-verdiano.

Ao longo dos primeiros 15 anos de independência, não obstante os múltiplos ganhos que enchem a maioria dos cabo-verdianos de orgulho, importa reconhecer que começaram a surgir contradições e manifestações de contestação ao regime instituído.

Desde o início, houve sempre sectores que não concordaram com o regime e se manifestavam sobretudo em privado. Eram ditos “os mandadores de boca”. O Processo da aprovação da lei da Reforma Agrária que originou os acontecimentos de 31 de Agosto em Santo Antão, a aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez constituem dois momentos marcantes da luta que se desenrolava em Cabo Verde, tendo como principais protagonistas os proprietários e a Igreja Católica.

Convém referir ainda o surgimento da UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática) na emigração e as dissensões internas do PAIGC ocorridas em 1978 (caso dos Trotskistas). Ao longo dos anos fizeram oposição clandestina ao PAIGC / PAICV e no momento da abertura desempenharam um papel importante na mobilização da oposição ao regime instituído.

Um investigador cabo-verdiano diz que o regime foi vítima do “paradoxo de Tocqville”. Ou seja, o regime foi vítima do seu próprio sucesso. O desenvolvimento registado particularmente na área da educação gerou uma massa crítica, constituída sobretudo jovem quadros, que não se contentava com os ganhos materiais e educacionais. Queria participar no poder.

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento dava sinais de esgotamento. Era preciso mudar de paradigma em termos de modelo de desenvolvimento, com a abertura ao sector privado. Ao mesmo tempo os ventos da “terceira vaga da democratização”, na sequência da queda do muro de Berlim, também chegavam a Cabo Verde.

É nesse quadro que em 19 de Fevereiro de 1990, o PAICV decide e anuncia, através de uma conferência de imprensa, a abertura do país ao multipartidarismo. A oposição organiza-se em torno do Movimento para a Democracia, cai o artigo 4º da Constituição que institui a natureza do regime, aprova-se uma nova lei eleitoral, realizam-se as primeiras eleições pluripartidárias, em Janeiro de 1991, ganhas pela oposição.

No que tange a segunda questão, é de frisar que a abertura política e a dinamização da Democracia foram, sem dúvidas, elementos estruturantes para a consolidação das Instituições da Republica, bem como elementos chaves para o itinerário do desenvolvimento do país. Várias premissas poderão ser ancoradas na normatividade desse Desenvolvimento actual de Pais, mas o bom funcionamento das instituições democráticas é indubitavelmente

um dos elementos mais importantes dadas às suas características de “estabilizador de regime”

Terceiro tópico: O futuro de Cabo Verde

- Que cenários podem ser traçados para o futuro de Cabo Verde?

Desde Independência que Cabo Verde tem percorrido uma via de ascendente de desenvolvimento. De um país inviável e ameaçado pela fome, tornou-se um país com a certeza do futuro. Os cabo-verdianos que, ao longo da sua história, viveram na incerteza, hoje acreditam no seu futuro, sentem-se orgulhosos, com elevada auto-estima, sabem que a construção de um Cabo Verde desenvolvido é possível e tal empreendimento está nas suas mãos.

Tendo em conta os estudos e as realidades políticas e socioeconómicas do País, Cabo Verde pode através da sua força anímica ancoradas na juventude e nos recursos humanos traçar cenários positivos face ao seu processo de Desenvolvimento. Caso contrário, se as Instituições da Republica deixarem de funcionar e se a juventude não seguirem os ideários do passado e do presente, Cabo Verde, pode vir a ver o seu ninho de desenvolvimentos em risco. Dai, o cenário negativo.

Outro cenário não dependente à Cabo Verde, mas que pode ser consequente dos seus actos tem a ver com a dinâmica da economia internacional que neste mundo globalizado acaba por ser interdependente, em que acaba por atingir qualquer país. Cenário este que pode ser positivo ou menos provável positivo, sobretudo para um país que depende largamente da sua diáspora e do exterior...

Acredito num Cabo Verde democrático, respeitador da liberdade e dos direitos dos cidadãos, promotor da justiça social e da equidade de género, com uma economia ambientalmente sustentável, tendo por base o turismo e os serviços informacionais e marítimos, aberto ao mundo e integrado na CEDEAO, com uma população desfrutando de elevados padrões de vida e de educação. Cabo Verde está a construir este cenário.

- Resta-nos agradecer ao Dr. Basílio Ramos esta entrevista para a dissertação de mestrado. Este depoimento, depois de passado a escrito, ser-lhe-á presente para que proceda às correcções que entender como necessárias, de forma que o mesmo integre, como anexo para a dissertação de mestrado.

Apêndice 2 – Entrevista realizada a 23 de Novembro de 2013 a Doutor Mário Matos, Ex Secretário-Geral do PAICV para a Dissertação de Mestrado em Ciência Política cidadania e Governação.

Primeiro tópico- Descolonização e sistema político pós independência!

- Quais as razões que levaram ao sistema de partido único?

Fenómenos complexos têm geralmente uma causalidade complexa. Um conjunto de variáveis terá estado na conformação do primeiro sistema político cabo-verdiano enquanto de partido único. A meu ver, os seguintes foram determinantes:

A génese e o posterior desenvolvimento da luta política e militar do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Partido que conquistou o poder na Guiné-Bissau e em Cabo Verde;

O contexto histórico em que surge o PAIGC, de emancipação dos povos colonizados e do seu direito a disporem de si mesmos; contexto de luta política, Ideológica e económica entre os dois grandes Blocos que se opunham no Mundo. Simplificando, duas cosmovisões antagónicas: o capitalismo moderno dos países do Ocidente com a dominância dos EUA, por um lado, e, por outro, o Estados colectivistas dos países do Bloco Leste encabeçados pela então URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em constantes jogos de geoestratégia para domínio/influência de territórios. Claro que isso é uma simplificação grosseira dessa realidade de antanho, apenas para se compreender o contexto histórico em que nasce o PAIGC. A interacção desses dois factores foi determinante para a configuração do sistema de partido único em Cabo Verde. Amílcar Cabral, o líder fundador do PAIGC, sem dúvida imprimiu as orientações, princípios e valores enformadores da ideologia do PAIGC e das suas escolhas políticas. Era um intelectual que seguia claramente a démarche marxista quer na “leitura/construção da realidade” quer na orientação política e estratégica que imprimiu ao Partido. Formou-se em Portugal em ambiente de esquerda, com colegas de outras colónias portuguesas e portugueses de esquerda, militantes do Partido Comunista, democratas ou militantes anti-fascista que lutavam contra a Ditadura de Salazar. A esquerda representava um pensamento avançado, libertário face à ideologia fascista retrógrada, da ditadura do Estado Novo, cerceadora de liberdades não só para os povos colonizados por Portugal, mas também das liberdades fundamentais do povo português.

A II Guerra Mundial significou também a derrocada dos impérios coloniais protagonizados pelas potências ocidentais de então, sobretudo da Grã-Bretanha e da França, países que detinham o domínio colonial da grande maioria dos territórios africanos e

muitos da Ásia. O pós-guerra trouxe um vento de emancipação dos povos que passaram a lutar pela sua soberania e direito a independência em processos ora revolucionários com recurso a luta armada como também através de movimentações de massas com criação de partidos autóctones e que acabaram por negociar a sua independência com a potência colonial dominadora. Os movimentos de libertação das colónias portuguesas em África nascem nesse cadinho de ideias libertárias e do direito dos povos a se disporem de si mesmos e a recusa de Salazar de negociar com os seus líderes. A luta desses povos esteve frequentemente inserida no confronto entre os dois Blocos. Entretanto A ONU que tinha substituído a Sociedade das Nações adoptava resoluções a condenar a existência de colónias e a reconhecer o direito desses povos à autodeterminação e independência.

No complexo processo da génese do PAIGC e na criação das condições para desencadear a luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau, Cabral e os seus companheiros fundadores do PAIGC puderam contar com a ajuda logística, em armas, em formação técnico-militar e não só, de governos dos países do Bloco Leste. Primeiro com a China e mais tarde com a URSS sobretudo e outros países de esfera de influência de Moscovo (por curiosidade, as primeiras armas ligeiras do PAIGC foram cedidas pelo Reino de Marrocos). Aqui é preciso dizer que sem essa ajuda a luta do PAIGC teria sido praticamente inviável. Mas vários países do Ocidente, nomeadamente do Norte da Europa como a Suécia, prestaram ajuda logística importantes ao PAIGC: géneros alimentícios, medicamentos, viaturas para uso civil, equipamento médico, etc., mas nunca militar.

O PAIGC desenvolveu-se, contudo, como um partido que nunca assumiu uma linha pura e dura da ideologia marxista-leninista como orientação dogmática. Nunca proclamou-se Partido Marxista-Leninista como alguns dos seus partidos amigos mais próximos como o MPLA de Angola, a FRELIMO de Moçambique e mesmo o MLSTP de São Tomé e Príncipe o fizeram nos respectivos Congressos que realizaram após as independências. Isso apesar do visível descontentamento do poderoso PCUS, o Partido Comunista da União Soviética que preferiria que aquele a quem ele considerava um aliado adoptasse também a mesma ideologia com as implicações daí decorrentes na correlação de forças entre os Blocos.

Assim, o modelo de Estado que o PAIGC foi construindo nas chamadas Zonas Libertadas da Guiné-Bissau, estava mais próximo, se bem que diferente, da concepção de um Estado Socialista mas adaptado às condições de um território em guerra com parte dele sob domínio de uma potência colonial e outra sobre a autoridade e a organização administrativa do Partido.

O PAIGC, nas negociações com as autoridades portuguesas saídas do golpe de Estado do “25 de Abril de 1974”, para reconhecer a independência da Guiné-Bissau que já tinha sido proclamada unilateralmente a 24 de Setembro de 1973 e reconhecida por uma

grande parte dos países da ONU, Impôs-se como o único e legítimo representante do povo de Cabo Verde e exigiu a independência imediata do território sem quaisquer condições de adiamento. Surgiram partidos no país, nomeadamente a UDC, de direita conservadora, fundada por cabo-verdianos que eram contra a Independência do país, que queriam uma solução tipo Cabo Verde Região Autónoma como Madeira e Açores; e a UPICV, formação política antiga, e que era a favor da Independência mas contra a Unidade Guiné-Cabo Verde, na verdade com fraca expressão social. Na altura um dos princípios dogmáticos do PAIGC era a construção paulatina da Unidade Guiné-Cabo Verde, ideia-mestra de Cabral. Não há espaço para se desenvolver agora a visão estratégica de Cabral com essa utopia. Encurtando razões, a legitimidade ganha na longa luta político-militar do PAIGC na Guiné-Bissau sem a qual não se poderia almejar a que Cabo Verde conquistasse a independência, o amplo movimento de massas.

PAIGC, pró-independência imediata do território, contra os partidos e personalidade que queriam manter uma solução atrelada a Portugal, a adesão total da juventude aberta a ideias inovadoras e revolucionárias tudo isso concorreu para que o único partido a apresentar-se às eleições da Assembleia Popular Constituinte a 30 de Junho de 1975 fosse o PAIGC, após o reconhecimento formal das autoridades portuguesas de que o PAIGC era o único representante legítimo dos povos da Guiné e Cabo Verde.

E assim nasce o regime monopartidário cabo-verdiano, um regime de liberdades condicionadas, um regime autoritário que não é totalitário. O monopartidarismo cabo-verdiano e isso se deve a um conjunto de fatores, um deles as características intrínsecas da sociedade cabo-verdiana, a sua matriz cultural e a idiossincrasia do povo e, também, o pragmatismo dos dirigentes da primeira hora que não caíram na tentação, e que não se guiaram nas suas decisões políticas pela racionalidade marxista sectária e herdaram de Cabral um pragmatismo com princípios tendo como último rácio a defesa do país e do povo. Cabo Verde poderia ter começado como um regime de democracia liberal pluripartidária? Dificilmente. Pensar assim é pensar fora da História e projectar o presente no passado...

Segundo tópico- Abertura ao Multipartidarismo.

- Causa que conduziram a nova opção política?

Geralmente atribuem-se a causas exógenas e causas endógenas e à sua maior ou menor interacção a responsabilidade da deliberação da cúpula do PAICV para a chamada “abertura política”. Os analistas dividem-se entre a preponderância de umas ou de outras. Mas, é importante registar que a transição democrática é ainda objecto de luta de imposição de sentido no campo político. Grande parte dos actores desse processo ainda são agentes politicamente activos no campo político ou que regularmente opinam no espaço público. Daí

que, por vezes, a preponderância que se possa dar às causas endógenas ou às exógenas se associa a objectivos políticos...

A liderança do PAICV, logo a liderança do país, tinha consciência de que o modelo de desenvolvimento económico dependente da reciclagem ajuda pública ao desenvolvimento (APD), ou ajuda externa, e da remessa de emigrantes, associado a uma economia de matriz estatizada, estava esgotado.

Assim, na sequência do III Congresso de 1988, foi revista a Constituição no sentido da sua liberalização económica. Na sequência dessa decisão de fundo o Conselho Nacional, a 19 de Fevereiro de 1990, adoptou uma deliberação que ficou a ser conhecida por “Declaração de Abertura Política” em que se protagonizavam eleições autárquicas ainda nesse ano, se a memória não me falha, as legislativas para cinco anos depois. Como alguém terá dito na altura pensou-se num processo de abertura democrática a conta-gotas, controlada pela cúpula do Partido, inserida na mentalidade de um “paternalismo de Estado” que o regime monopartidário protagonizou convencida como estava a liderança do país que este não estava preparado para eleições multipartidárias a curto/médio prazos. No fundo, a cúpula do Partido tinha sinais claros de que a sua legitimidade depois de quinze anos de exercício do poder em regime fechado, monopartidário, estava muito erodida mas mantinha a tese conveniente de que não havia oposição organizada capaz de lhe disputar o poder sem que o país entrasse em caos. Havia o temor dos processos de transição que ocorriam nos países da nossa sub-região que se passavam com o poder na rua e grandes agitações e instabilidade.

A partir da Declaração ter sido tornado pública em conferência de imprensa dada pelo então Secretário-Geral Adjunto PAICV e Primeiro-Ministro Pedro Pires, os acontecimentos precipitaram-se, cria-se o Movimento para a Democracia (MpD) a partir de vários grupos opositores no país e na diáspora, dissidentes do PAIGC/PAICV, personalidades que nunca alinharam com o Partido e que foram contra a Independência, numa frente ampla, dinâmica, ágil e convergente para depor o PAICV do poder e fundar um regime de democracia liberal pluripartidária.

Houve, claramente por parte do PAICV, da sua Direcção, uma sobrestimação da sua aceitação popular e da sua força na base, e uma subestimação da capacidade organizativa, de mobilização e de luta da Oposição que ela considerava não organizada e embrionária. As bases do Partido, anquilosadas, burocratizadas, desfasadas da realidade, não aguentaram o embate e tiveram momentos de desorientamento fatais. Lembra-se que, pelas características próprias desse processo os debates que deram lugar à deliberação passaram-se no Conselho Nacional, portanto, na cúpula. Não chegaram à base a não ser como orientação política de fundo que muitos não entenderam nem o alcance nem como

posicionar-se numa luta política de rua, na comunicação social, por toda a sociedade, sem que o militante comum tivesse capacidade argumentativa.

Sabemos todos o que se seguiu confluindo na estrondosa derrota do PAICV nas primeiras eleições legislativas pluripartidárias de 13 de Janeiro de 1991.

Passemos às causas exógenas. O Muro de Berlim tinha caído em 1989 na sequência de um processo de profunda reforma na URSS levada a cabo pela liderança de Gorbachov, conhecido por *perestroika* (reestruturação) e *Glasnost* (transparência). A queda do Muro foi talvez o mais emblemático símbolo de libertação, de liberdade, do século XX pelo significado desse muro que separava as duas Alemanhas. Foi o efeito dominó. Por todo o mundo as ditaduras, os regimes de partido-único começaram a ser contestados abertamente pelas respectivas oposições e por novos movimentos sociais que emergiram estimulados pelo *l'air du temps*. Nos Países Africanos de língua Portuguesa, S. Tomé e Príncipe foi o primeiro a abrir o regime. Cabo Verde não podia resistir mais a essa mudança. Pode-se afirmar sem dúvida que este contexto internacional de rotura e de vagas de democratização foi também decisivo para a deliberação da abertura política em Cabo Verde.

- De que forma esta opção é responsável pelo actual estado de desenvolvimento de Cabo Verde?

A opção por uma democracia liberal multipartidária permitiu a Cabo Verde dar um salto no seu desenvolvimento. Valorizou o país ainda mais no concerto das Nações já por se considerar exemplar o seu processo de transição democrática que decorreu sem sobressaltos de maior, com a natural dinâmica e pujança de processos de profundas roturas como foi o caso. Os actores políticos, não obstante picos de exacerbação do conflito político, respeitam as regras do jogo e os resultados eleitorais, as eleições fazem parte de uma rotina democrática, os órgãos de soberania, constituídos democraticamente pela via do voto livre dos cidadãos funcionam na interdependência de papéis e competências; a Constituição da República é moderna, com um vasto leque de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Implantou-se o poder local pela via de eleições democráticas, agora representado em vinte e dois municípios, que tem resultado em benefícios extraordinários para as respectivas populações imprimindo em muitos casos um desenvolvimento local e comunitário em precedentes.

A liberdade de expressão, de manifestação é total. A imprensa é livre e diversificada. Todas as opiniões têm espaço de expressão e ninguém é coartado de falar, de criticar, de protestar no espaço público. A economia de Cabo Verde, se bem que com forte enraizamento no modelo remessas do exterior, está a começar a apresentar sinais de alguma mudança estrutural com as receitas do Turismo a aumentar substancialmente no

PIB. Com base numa Visão de transformação de Cabo Verde numa plataforma de serviços relacionados com diferentes clusters de negócios, entre os quais os do Mar, dos serviços de aeronáutica civil, do turismo e agro-negócio, Cabo Verde almeja chegar a reestruturar radicalmente a sua economia e a assentar o seu desenvolvimento mais em recursos próprios. Não obstante fruto da pressão demográfica, por um lado, e da fraqueza económica ainda persistente em razão da dependência do exterior, as taxas de desemprego continuam elevadas e, embora se tenha diminuído substancialmente a pobreza, ela ainda atinge franjas significativas da população. Em síntese, a instauração da democracia está na base dos grandes sucessos de Cabo Verde, pela formidável libertação de energia que proporcionou.

Terceito tópico- O futuro de Cabo Verde.

- Que cenários podem ser traçados para o futuro de Cabo Verde?

Cabo Verde continuará a ter o futuro que os cabo-verdianos quiserem para eles. Pode parecer uma verdade de la Palisse mas o que até agora foi construído é graças a boas lideranças políticas e empresários empreendedores mas também a uma elevada maturidade do povo cabo-verdiano. Se os cabo-verdianos, as suas lideranças, persistirem na via da ambição para o melhor, na maturidade da forma como se desenrola e se modera a luta política, no respeito pelas regras do jogo democrático, no combate à corrupção sob todas as suas formas, no combate e prevenção da criminalidade transnacional, sobretudo a associada ao narcotráfico que mina os fundamentos morais da nossa sociedade; se persistirmos na ambição de sermos verdadeiramente desenvolvidos com aposta cada vez mais forte na criação de uma sociedade de conhecimento, inovadora e ousada, e com isso tudo mudarmos radicalmente as bases estruturais da nossa economia, fazendo-a assenta sobretudo no nosso esforço produtivo e inventivo, Cabo Verde atingirá um patamar ímpar de desenvolvimento.

- Resta-nos agradecer ao Dr. Mário Matos esta entrevista para a dissertação de mestrado. Este depoimento, depois de passado a escrito, ser-lhe-á presente para que proceda às correcções que entender como necessárias, de forma que o mesmo integre, como anexo para a dissertação de mestrado.

ANEXOS

Anexo 1 – Lei nº7/74 – Direito das Colónias à Independência

LEI N.º 7/74, DE 27 DE JULHO 1974

Tendo o Movimento das Forças Armadas, através da Junta de Salvação Nacional e dos seus representantes no Conselho de Estado, considerado conveniente esclarecer o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, cujo texto faz parte integrante da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Visto o disposto no n.º 1, 1.º, do artigo 13.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

ARTIGO 1.º

O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

ARTIGO 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

1 Foi tornada extensiva às províncias ultramarinas, pela Portaria n.º 790/74. de 8 de Agosto. Contém a rectificação publicada no Diário do Governo, 1 Série, n.º 179, de 2 de Agosto de 1974.

ARTIGO 3.º

Compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os actos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.

Visto e aprovado em Conselho de Estado.

Promulgada em 26 de Julho de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, António de Spínola.